

Número 16 | dezembro 2023  
Instituto Politécnico de Tomar  
Revista | Journal

# Antropo







Número 16 | dezembro 2023 | Instituto Politécnico de Tomar

#### PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

#### EDITORA

Sara Garcês, Instituto Politécnico de Tomar

#### EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

#### DIVULGAÇÃO

Em Linha

#### CONSELHO CIENTÍFICO

Thomas Wyrwoll - *Arqueologia, Petroiconologia, Zoologia – German Association for Rock-Art Research & Icono-Archaeological Mammalian Zoology*

Vasco Mantas - *Arqueologia Romana, Universidade de Coimbra*

Rodrigo Banha - *Arqueologia Urbana, CHAM-FCSH*

Ana Bettencourt - *Arqueologia, Universidade do Minho*

Telmo Pereira - *Arqueologia Pré-Histórica, UAL*

Luiz Oosterbeek - *Arqueologia Pré-Histórica, Gestão do Património, IPT*

Alexandra Figueiredo - *Uso de Tecnologias e Arqueologia Subaquática, IPT*

José Júlio Garcia Arranz - *História de Arte, Universidade da Extremadura, Espanha*

Leonor Medeiros - *Arqueologia Industrial (CHAM - NOVA FCSH)*

Helena Gonçalves Pinto - *Arquitetura/História UAL - Turismo e Património*

Erika Robrahn-Gonzalez - *História, Arqueologia, Grupo DOCUMENTO/Brasil - Especialista em Estratégias do Património Cultural/Políticas Sociais.*

Judite Nascimento - *Geografia, Ordenamento do Território e Urbanismo - Universidade de Cabo Verde*

#### DESIGN GRÁFICO

Sara Garcês, Instituto Politécnico de Tomar

#### CAPA

Mamoia I de Mar-de-Água, 2009 (Vermoim/Vale de São Cosme, Vila Nova de Famalicão).

Créditos: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

#### PERIODICIDADE

Semestral - ISSN 2183- 1386

LATINDEX folio nº 23611 | REGISTADA NA ERC nº 127735 | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores. Todos os artigos foram revistos por pares.

[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

## EDITORIAL

No final de 2023, assumimos a difícil, mas honrosa responsabilidade de dar continuidade ao trabalho deixado pela Doutora Ana Rosa Pinto da Cruz, editora da **Antrope** do Instituto Politécnico de Tomar, nos volumes 1 a 15. O desafio é notável, mas consideramos uma honra perpetuar o seu legado e preservar a sua valiosa contribuição.

Comprometemo-nos, com respeito e dedicação, a manter a essência da **Antrope** que tão brilhantemente cultivou.

Neste contexto, vislumbramos ser esta uma excelente oportunidade para renovar a imagem da revista **Antrope**, mantendo a revisão por pares em todas as contribuições e ampliando o âmbito temático para incluir a publicação de artigos científicos em formato de revista, monografias e relatórios de trabalhos. A **Antrope** Revista, como sempre, propõe-se a fomentar a investigação, publicação e comunicação científica, promovendo uma cultura de desenvolvimento pessoal e profissional.

É nosso objetivo criar um espaço de comunicação, divulgação e reflexão científica para profissionais, investigadores e estudantes de todas as áreas académicas relacionadas com a Arqueologia, Património Arqueológico, Antropologia e Arqueociências. Damos especial ênfase à promoção de uma cultura de publicação científica entre estudantes, arqueólogos e cientistas em qualquer fase da carreira, incentivando especialmente aqueles que estão no início da sua trajetória profissional.

Relativamente ao número atual, são publicados seis artigos. Este número da **Antrope** destaca uma variedade fascinante de contribuições que abrangem diferentes regiões e períodos cronológicos, oferecendo uma visão abrangente das investigações atuais em diversas áreas disciplinares. Cada contribuição neste número enriquece o panorama científico, oferecendo novas perspetivas e desafios para a compreensão das diversas facetas do nosso passado.

O primeiro artigo, da autoria de Diogo Marinho, explora os afloramentos gravados na união de freguesias de Anhões e Luzio, Monção, revelando a presença rara do círculo segmentado na arte rupestre do Noroeste português. O estudo propõe interpretações fundamentadas na Arqueologia Interpretativa, Antropologia e uma abordagem contextual celeste, sugerindo que esses locais podem representar símbolos solares e fases do calendário solar, possivelmente funcionando como lugares de culto ou observatórios astronómicos.

Hantissié Hervé Farma, no segundo artigo, oferece uma visão da colonização na África de Oeste no início do século XX. Focando-se nas “ruínas em pedra” entre o Burkina Faso e a Côte d’Ivoire, o autor examina as mudanças nas metodologias de investigação e interpretações ao longo do século. O artigo destaca as contínuas questões em torno da cronologia, identidade dos construtores e funções desses vestígios arquitetónicos.

Héla Oueslati, no terceiro artigo, destaca a importância das tradições orais na compreensão do espaço doméstico em Kairouan. Através de uma abordagem baseada em mitos, a autora analisa as práticas habitacionais que moldam a organização do espaço e influenciam as identidades pessoais e coletivas na casa tradicional “kairouanaise”.

Rufus Malim, no quarto artigo, aborda o xamanismo e totemismo por meio da análise interpretativa de um sepultamento xamânico de 12.000 anos no Levante Sul. Integrando características zoológicas, dados etnográficos e antropológicos, o autor oferece novas perspetivas sobre as crenças e práticas dessas antigas sociedades.

Ana Rosa Cruz<sup>†</sup>, José Ruivo, Tiago Tomé, Pedro Valério, Maria de Fátima Araújo e Virgílio Hipólito Correia, no quinto artigo, apresentam evidências de uma ocupação na Lapa Rasteira no século V d.C., destacando características funerárias e de abrigo temporário, juntamente com desafios relacionados às datas de radiocarbono e conservação de moedas de bronze.

Finalmente, Ana M.S. Bettencourt, no sexto artigo, realiza uma análise do Neolítico na bacia do rio Ave, Noroeste de Portugal, centrando-se em monumentos funerários e explorando o seu papel simbólico ao longo do tempo, desde o Calcolítico até à Idade do Ferro.

A editora,  
Sara Garcês

## ÍNDICE

<b>Talvez seja tempo de olhar para cima! As gravuras rupestres do Monte da Fonte Seca, Vargielas e Chão das Agradas, Monção, Viana do Castelo</b>	<b>7</b>
<b>Diogo Marinho</b>	
<b>Ruptures et permanences dans l'historiographie des « Ruines en pierres du pays lobi » : 1902-2009 (Afrique de l'ouest)</b>	<b>25</b>
<b>Hantissié Hervé Farma</b>	
<b>Traditions orales, pratiques habitantes et espace domestique Kairouanais, Tunisie</b>	<b>39</b>
<b>Héla Oueslati</b>	
<b>A Shamanic and Totemic analysis on a 12000-Year-Old Shaman Burial from the Southern Levant (Israel)</b>	<b>51</b>
<b>Rufus Malim</b>	
<b>A ocupação tardo-romana da Lapa Rasteira do Castelejo (Alvados, Porto de Mós)</b>	<b>63</b>
<b>Ana Rosa Cruz<sup>†</sup>, José Ruivo, Tiago Tomé, Pedro Valério, Maria Fátima Araújo, Virgílio Hipólito Correia</b>	
<b>Paisagens Neolíticas na Bacia do Ave, Noroeste de Portugal. Revisão da Literatura</b>	<b>83</b>
<b>Ana M. S. Bettencourt</b>	



# Talvez seja tempo de olhar para cima! As gravuras rupestres do Monte da Fonte Seca, Vargielas e Chão das Agras, Monção, Viana do Castelo

Recebido em:  
19 de dezembro de 2022  
Aceite em:  
3 de Março de 2023  
Publicado em:  
28 de Dezembro de 2023

DIOGO MARINHO <sup>A</sup>

<sup>A</sup> Universidade do Minho, Braga, Portugal. Email: [diogomarinho981@gmail.com](mailto:diogomarinho981@gmail.com)

## RESUMO

### Palavras-chave:

Noroeste português;  
Arte rupestre;  
Círculos segmentados;  
Símbolo solar;  
Lugares de culto e observação solar.

O Noroeste português tem-se revelado um terreno fértil no que diz respeito à descoberta de afloramentos gravados de vários períodos cronológicos. Assim sendo, os afloramentos localizados na união de freguesias de Anhões e Luzio, Monção em Viana do Castelo, são mais um exemplo da arte rupestre desta região, sendo que, todos possuem como elemento em comum, a gravação do círculo segmentado, raro no Noroeste. Por consequência, foi realizado o estudo destes afloramentos com o objetivo de os dar a conhecer e de interpretar a funcionalidade e simbologia destes motivos, tendo por base pressupostos da Arqueologia Interpretativa, da Antropologia, bem como uma abordagem que tem em conta o contexto celeste. Com efeito, é plausível colocar a hipótese de que os círculos segmentados correspondem à representação do símbolo solar e que, nos sítios gravados, parecem evidenciar várias fases do calendário solar. Por outro lado, estes lugares seriam carregados de um forte simbolismo, podendo ser lugares de culto e/ou observatórios astronómicos, devido ao seu carácter exclusivo e afastados de outros contextos arqueológicos de cronologia genérica.

## ABSTRACT

### Key-words:

Northwest Portugal;  
Rock art;  
Segmented circles;  
Solar symbol;  
Places of worship and solar observation.

Northwest Portugal has proved to be fertile ground when it comes to discovering engraved outcrops from various chronological periods. Thus, the outcrops located in the union of parishes of Anhões and Luzio, Monção in Viana do Castelo, are yet another example of the rock art of this region, all of which have in common the engraving of the segmented circle, rare in the north-west. Consequently, the study of these outcrops was carried out with the aim of making them known and interpreting the functionality and symbolism of these motifs, based on the assumptions of Interpretive Archaeology, Anthropology, as well as an approach that takes into account the celestial context. In fact, it is plausible to hypothesise that the segmented circles correspond to the representation of the solar symbol and that, in the engraved sites, they seem to show various phases of the solar calendar. On the other hand, these sites would be loaded with strong symbolism and could be places of worship and/or astronomical observatories, due to their exclusive nature and distance from other archaeological contexts with a generic chronology.

## 1. INTRODUÇÃO

O Noroeste do território português tem-se revelado um terreno fértil no que diz respeito à descoberta e redescoberta de afloramentos gravados, de vários períodos cronológicos.

Os afloramentos que aqui se dão a conhecer foram encontrados durante o trabalho de campo<sup>1</sup>, no âmbito do projeto de Mestrado em Arqueologia, intitulado *Círculos segmentados gravados no Noroeste de Portugal. Inventário, estudo e interpretação*.

A pertinência da elaboração deste artigo, deve-se, também, aos motivos gravados nas respetivas superfícies pétreas, sendo dominante o círculo segmentado, algo raro no contexto do Noroeste português.

Pretendeu-se efetuar este estudo, através de uma abordagem holística. Assim, este trabalho, não se circunscreve apenas à descrição dos motivos, mas correlaciona os lugares gravados com o contexto físico onde se inserem; com recursos mineiros metálicos e com condições de visibilidade para o espaço envolvente e para o ciclo solar. Na microescala de

<sup>1</sup> Estes contaram com a preciosa ajuda do Sr. Cândido Verde a quem se agradece a indicação de alguns dos afloramentos gravados aqui publicados.

análise foram abordados os dados relacionados com: a caracterização das superfícies gravadas; a descrição das gravuras presentes; a sua organização interna no espaço gravado; o número de círculos segmentados e a orientação dos respetivos segmentos que os definem. Por fim, foi analisada uma possível inter-relação com outros contextos arqueológicos. Este conjunto de abordagens possibilitou a proposição de algumas interpretações para a funcionalidade destes lugares gravados, bem como do seu papel simbólico.

As premissas nas quais este trabalho assenta são claras. Entende-se que a arte rupestre pode ter funcionando como um veículo de comunicação entre comunidades, sendo um fator dinamizador das sociedades do passado (Ingold, 1987; Bradley, 1997), com correspondências aos mitos e às crenças dessas comunidades (Tilley, 1994). Ou seja, atuar sobre a rocha e criar imagens é algo que está imbuído de grande simbolismo e significado, demonstrando uma forte inter-relação das comunidades com o meio envolvente.

Um aspeto que tem de ser realçado, é a interligação entre o afloramento e os motivos aí gravados. Tal como Bradley, defende-se que os elementos do mundo físico possuíam significado para as comunidades do passado. *"The stones and other features that were selected from wider terrain were credited with special powers and allowed contact with supernatural"* (Bradley, 2000, p. 13). Estas premissas justificam a escolha do termo "superfície", um termo mais neutro e menos controverso do que "suporte", pois este último distancia a gravura do afloramento gravado.

Entendendo a arte rupestre como uma prova da agência exercida pelas comunidades do passado no meio envolvente é importante, tentar perceber de que forma ela podia atuar quando executada. Segundo Giddens (2000 [1979]), a agência é tida como um fluxo dinâmico e contínuo, que se traduz na ação humana e na sua capacidade de criar práticas através do quotidiano. Por consequente, as ideias que foram gravadas ou pintadas em determinado local podem, a partir desse momento, gerar novas ações por parte da audiência, numa perspetiva dinâmica.

Cimentando esta posição, Jones (2007) defende que o ato de gravar é uma forma de perpetuação de memórias, admitindo também a possibilidade de se regravarem esses mesmos lugares.

Neste trabalho usa-se, ainda, o conceito de lugar, como eivado de sentidos e animado, sendo parte integrante

da paisagem em que insere, na qual se produzem ações que se perpetuam na memória coletiva das comunidades aí existentes. Estes conceitos resultam da interação entre as características físicas e naturais e a ação humana, que, por consequente origina alterações na paisagem ao longo do tempo e molda o diálogo das comunidades com o meio, sendo este parte do seu universo socioideológico (Bradley, 2000; Ingold, 1993, 2000; Tilley, 2004). Tudo isto leva a criar o sentimento de pertença a um determinado lugar, originando diversas formas de o manifestar, sendo a arte rupestre um veículo para atribuir significado ao lugar que se ocupa (Feld and Basso 1996 in Van Dyke & Alcock; Ingold, 2000; Nash, 2007).

Em termos práticos, o estudo destes quatro afloramentos gravados, implicou a limpeza superficial de cada um, de forma a possibilitar a total perceção dos motivos. Seguidamente foi preenchida uma ficha de campo para cada um deles, com os seguintes parâmetros: (1) localização administrativa (distrito, concelho, freguesia e lugar); (2) coordenadas geográficas, em graus minutos e segundos, segundo o sistema WGS 84, e respetiva altimetria; (3) acesso ao local do afloramento; (4) contexto físico e ambiental; (5) contexto arqueológico; (6) descrição física da superfície gravada; (7) historial; (8) descrição dos motivos gravados; (9) descrição da técnica de gravação; (10) estado de conservação; (11) bibliografia; (12) classificação. Terminada esta fase, procedeu-se ao registo fotográfico de cada afloramento (de pormenor e de contexto). Por fim, realizou-se o varrimento fotogramétrico de cada afloramento, com intuito de proceder à criação de modelos fotogramétricos de cada afloramento no trabalho de gabinete.

No trabalho de gabinete, foram sistematizados os dados recolhidos no trabalho de campo, construindo-se, assim, a primeira imagem sobre estes afloramentos. Posteriormente, realizou-se o tratamento gráfico das fotografias tiradas. Por fim, realizou-se a fotogrametria de cada afloramento, com recurso, em primeira instância, ao programa 3DF Zephyr para a criação dos seus modelos 3D. Seguidamente, utilizou-se o programa Meshlab para realizar o tratamento dos respetivos modelos.

Na posse de todos os dados, realizou-se, por fim, a escrita deste artigo, apresentando o resultado do trabalho descrito bem como algumas propostas interpretativas em relação aos motivos gravados, aos afloramentos e ao lugar em que se inserem.



## 2. LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FÍSICA E AMBIENTAL

Os quatro afloramentos gravados localizam-se na união de freguesias de Anhões e Luzio, concelho de Monção, distrito de Viana do Castelo (Fig. 1). Apesar dos quatro afloramentos em estudo estarem todos localizados no mesmo contexto físico genérico – a Serra da Anta, existem alguns micro-contextos que se devem especificar. O afloramento gravado do Monte da Fonte Seca, situa-se na vertente sudoeste do mesmo monte (N 41°59'49" / O 8° 26' 59"). Os afloramentos do Chão das Agradas e das Vargielas 1 e 2, situados noutra patamar, localizam-se na vertente sul e su-sudoeste do Monte do Campo Redondo, respetivamente (N 41° 59'49" / O 8° 26' 59"; N 41° 59'52" / O 8° 27' 0", respetivamente) (Fig. 2).

Todos os afloramentos encontram-se localizados a média altitude (entre 421 e 434 metros).

Os afloramentos localizam-se todos em áreas irrigadas (perto de um lameiro e do regato das Vargielas), estando o Monte da Fonte Seca um pouco mais distante e os restantes na bacia de receção deste regato. Este corre para o ribeiro do Gadanha que desagua diretamente no rio Minho, sendo uma das principais fontes de abastecimento de água da população local. O substrato geológico da região onde se inserem os afloramentos gravados é o granito de grão fino a médio, de duas micas, designado de Granito do Extremo, que aflora à superfície (Moreira & Simões, 1988) (Figs. 3 e 6). No que diz respeito aos recursos mineiros, não se observa a sua presença na proximidade, regista-se apenas algumas jazidas de estanho em dois lugares distintos, a cerca de 10 km, a sudoeste do local. Assim, realça-se a ausência da proximidade destes sítios arqueológicos com recursos mineiros metálicos, como ouro, prata e estanho que apesar de existirem diversas jazidas não são alcançáveis a partir dos afloramentos num território teórico de exploração pedestre de 2 horas, tal como foi comprovado com outros afloramentos do Noroeste no trabalho de Marinho (2022).

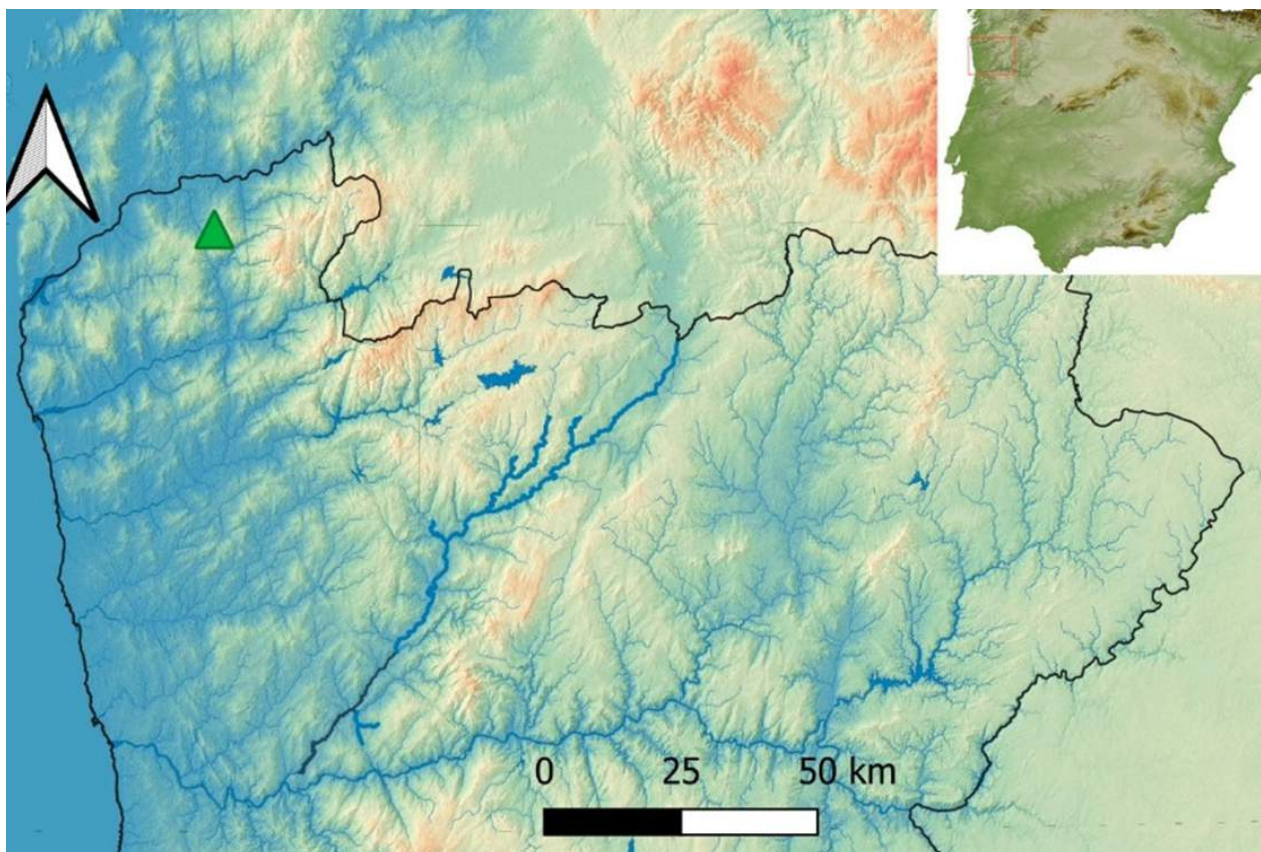


Figura 1: Localização das gravuras rupestres no contexto da Península Ibérica e do Noroeste português.



Figura 2: Localização dos afloramentos das Vargielas 1 e 2 e Monte da Fonte Seca, a partir do afloramento do Chão das Agradas.

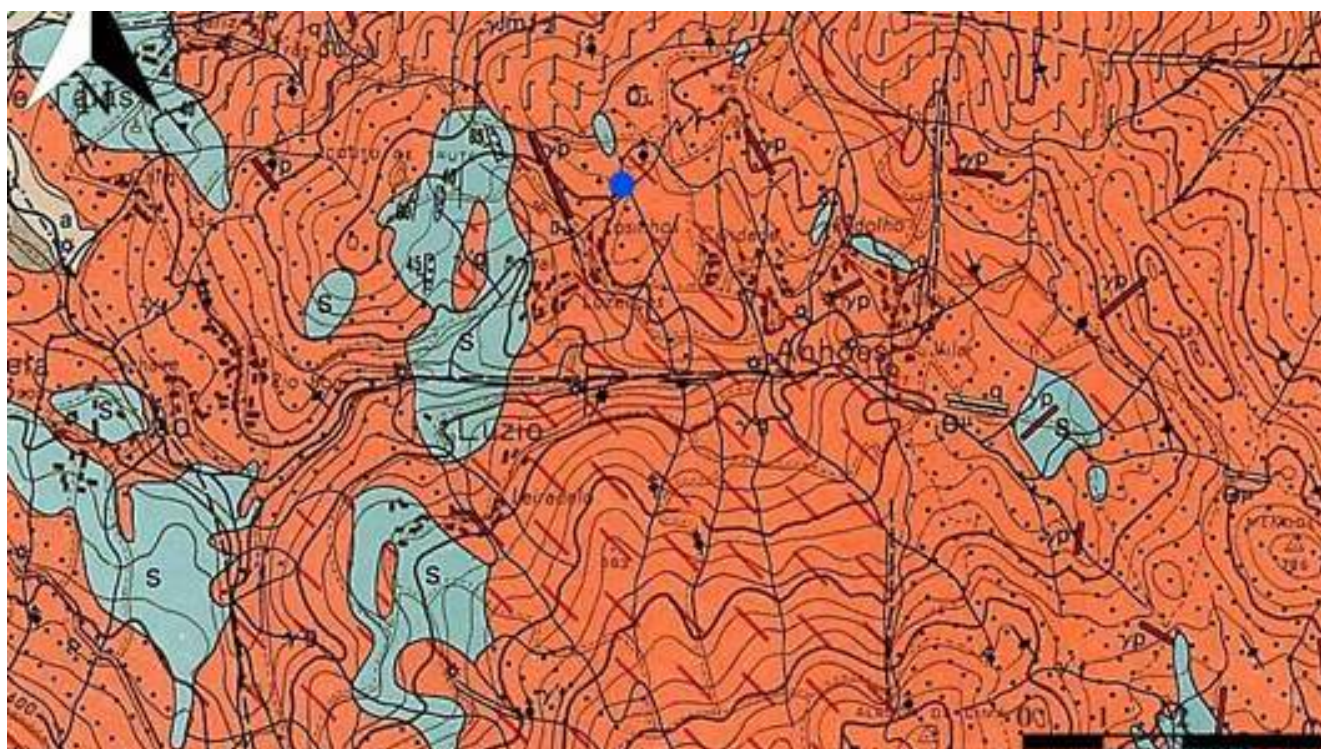


Figura 3: Extrato de Carta Geológica de Portugal 1D – Arcos de Valdevez, escala 1/50 000, LNEG, com localização do núcleo de gravuras rupestres.

Relativamente ao coberto vegetal, a vegetação arbórea predomina, sobretudo os eucaliptos e os pinheiros e, relativamente à vegetação arbustiva, observa-se, essencialmente, a presença do tojo e da urze, sendo atualmente, uma zona de pasto de gado bovino.

### 3. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Há proximidade com um conjunto de sítios arqueológicos interessantes, sendo estes, na sua esmagadora maioria, monumentos megalíticos ou monumentos de tradição megalítica. Através dos dados do Portal do Arqueólogo, estes posicionam-se a sul, sudeste e oeste do núcleo. A sul, regista-se, a cerca de 2 km, a Mamoia da Alagoa de Cima (Queiroga, 2003). A sudeste, a cerca de 3,5 km, observa-se um núcleo de monumentos megalíticos (Mamoas 1, 2, 3 e 4 das Lameiras) (Lima, 2004; Miguel, 2013).

A cerca de 4 km para sudeste, observa-se, também, o monumento megalítico da Serra das Antas (Sabrosa *et al.*, 2004). É provável que grande parte destes monumentos se articule com os motivos mais antigos gravados nestes afloramentos, ou seja, os motivos de arte atlântica clássica e esquemática, mas não os círculos segmentados, como se verá adiante.

## 4. OS LUGARES GRAVADOS

### 4.1. GRAVURAS RUPESTRES DO MONTE DA FONTE SECA

#### 4.1.1. DESCRIÇÃO FÍSICA DA SUPERFÍCIE GRAVADA

Afloramento rasante ao solo, de pequenas dimensões com um contorno pentagonal, possuindo cerca de 2,70 metros no sentido norte/sul e 1,77 metros no sentido este/oeste. É de granito de grão fino, Granito do Extremo, segundo a notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, 1D – Arcos de Valdevez, na escala 1/50 000 (Moreira & Simões, 1988). Contém algumas diáclases no sentido noroeste/sudeste. A sua superfície, encontra-se ligeiramente inclinada para sul.

#### 4.1.2. DESCRIÇÃO DOS MOTIVOS GRAVADOS

O afloramento está parcialmente gravado, encontrando-se os motivos a nordeste e sudoeste. Observa-se um círculo segmentado, localizado no quadrante nordeste, executado através de percussão

seguida de abrasão. Os segmentos que constituem este motivo orientam-se norte-nordeste para su-sudoeste e de este para oeste (Figs. 4 e 5). Na parte superior do afloramento, surge uma figura quadrangular, tendo na extremidade sul duas fiadas de pequenos sulcos verticais, paralelos, intercalados por um espaço com o que parece ser um semicírculo com apêndice. Observa-se, ainda, outra figura indeterminada que se assemelha a um retângulo aberto, junto de uma diáclase a sul, e uma cruz grega, no centro do painel, mais recente devido ao facto de ter um sulco menos erodido.



Figura 4: Afloramento gravado do Monte da Fonte Seca (à esquerda) e respetiva fotogrametria (à direita). A régua tem 50 cm.



Figura 5: Decalque sobre fotogrametria da rocha do Monte da Fonte Seca.

## 4.2. GRAVURAS RUPESTRES DO CHÃO DAS AGRAS

### 4.2.1. DESCRIÇÃO FÍSICA DA SUPERFÍCIE GRAVADA

Afloramento pouco destacado do solo, com uma superfície aplanada, de dimensões médias, possuindo cerca de 5,05 metros no sentido nordeste/sudoeste e 2,20 metros no sentido este/oeste. Possui um contorno oval, encontrando-se subterrado em algumas partes. É de granito de grão fino com algumas micas, denominado de Granito do Extremo, segundo a notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, 1D – Arcos de Valdevez, na escala 1/50 000 (Moreira & Simões, 1988). Tem algumas diáclases no afloramento, estando estas orientadas no sentido nordeste/sudoeste (Fig. 7).

### 4.2.2. DESCRIÇÃO DOS MOTIVOS GRAVADOS

O afloramento encontra-se parcialmente gravado, estando as gravuras concentradas na área central e norte/nordeste da superfície, sendo todas executadas por picotagem seguida de abrasão (Figs. 8 e 9). No quadrante nordeste junto de uma diáclase com direção sudeste/noroeste, contabilizam-se cinco círculos segmentados, uma figura indeterminada, dois círculos simples com covinha no interior e um quadrado

segmentado. Nesta área, observa-se que os cinco círculos segmentados estão sensivelmente, alinhados no sentido sudeste/noroeste. Na parte superior destes motivos observa-se uma figura indeterminada, na extremidade nordeste, um triângulo com covinha interior, a sudoeste um quadrado segmentado e na extremidade sudeste, junto de um círculo segmentado, observa-se um semicírculo com covinha no interior. Observa-se que três dos círculos segmentados, situados nas extremidades do painel, possuem os seus segmentos orientados para nordeste/sudoeste e para noroeste/sudeste, sendo que, dois círculos segmentados, situados junto da figura indeterminada e acima do quadrado segmentado, possui os seus segmentos orientados a norte/sul e a este/oeste.

Na área central do afloramento que se demarca da área sul por uma diáclase, com sentido sudeste/noroeste, contabilizam-se três círculos segmentados, três covinhas, um círculo simples com covinha interior e quatro círculos simples. Dois círculos segmentados situam-se na zona a norte e nordeste, adossados à área a norte anteriormente descrita, seguindo-se um conjunto de três covinhas. Associadas a estas, observa-se um círculo simples com covinha interior, existindo, abaixo deste último motivo, um círculo segmentado que se encontra associado a dois círculos simples. No quadrante sudeste ocorre mais dois círculos simples.



Figura 6: Localização do afloramento do Chão das Agradas, a partir dos afloramentos das Vargielas 1 e 2.



Figura 7: Chão das Agradas, vista a partir de norte.

Os segmentos dos dois círculos segmentados localizados a norte e nordeste, orientam-se a nordeste/sudoeste e a sudeste/noroeste. No círculo segmentado associado aos círculos simples os seus segmentos orientam-se a nordeste/sudoeste e a sudeste/noroeste. Na área a sul da superfície não é possível observar nenhuma gravura (Figs. 8 e 9).

### 4.3 GRAVURAS RUPESTRES DAS VARGIELAS 1

#### 4.3.1. DESCRIÇÃO FÍSICA DA SUPERFÍCIE GRAVADA

Trata-se de um afloramento de grandes dimensões, com cerca de 22,07 metros no sentido nordeste/sudoeste e 6,70 metros no sentido este/oeste (Fig. 10). É um afloramento pouco destacado do solo, de granito de grão fino, com algumas micas dispersas - Granito do Extremo, segundo a notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, 1D – Arcos de Valdevez, na escala 1/50 000 (Moreira & Simões, 1988). Tem um contorno trapezoidal e possui várias diaclases por toda a superfície com várias orientações. Possui, ainda, um filão de quartzo encastrado, orientado nordeste para sudoeste. Após o topo horizontalizado, o afloramento desenvolve-se para sul e sudeste com pendente acentuada.

#### 4.3.2. DESCRIÇÃO DOS MOTIVOS GRAVADOS

O afloramento encontra-se profusamente gravado, motivo pelo qual foi pertinente a sua subdivisão em cinco painéis, a técnica utilizada em toda a superfície gravada foi a picotagem seguida de abrasão (Figs. 11 e 12). O painel 1 encontra-se na plataforma mais elevada, a norte dos restantes. É aplanado, mas tem várias diaclases, maioritariamente orientadas de nordeste para sudoeste. Encontra-se parcialmente gravado. Com exceção, de dois pequenos círculos com covinha central e, talvez, dois motivos em “U”, os restantes parecem ser históricos. Tratam-se, de motivos indeterminados, além de cruces (uma delas inscritas num retângulo) e alfabetifomes, como a letra “A” que aparece mais do que uma vez. Não se registam círculos segmentados (Fig. 13).

O painel 2 encontra-se a sul do painel 1 e norte do painel 3. Não tem motivos gravados, materializando uma zona de ligação do afloramento.

O painel 3 destaca-se em todo o afloramento, por ser o de maior pendente e, também, por ser o mais profusamente gravado. Localiza-se a sul do painel 2 e a norte do painel 4, do qual o separa uma grande diaclase. Encontra-se em parte erodido por ter servido de escorrega, o que dificulta a observação dos motivos.



Figura 8: Fotogrametria do Chão das Agradas. A régua tem 50 cm.

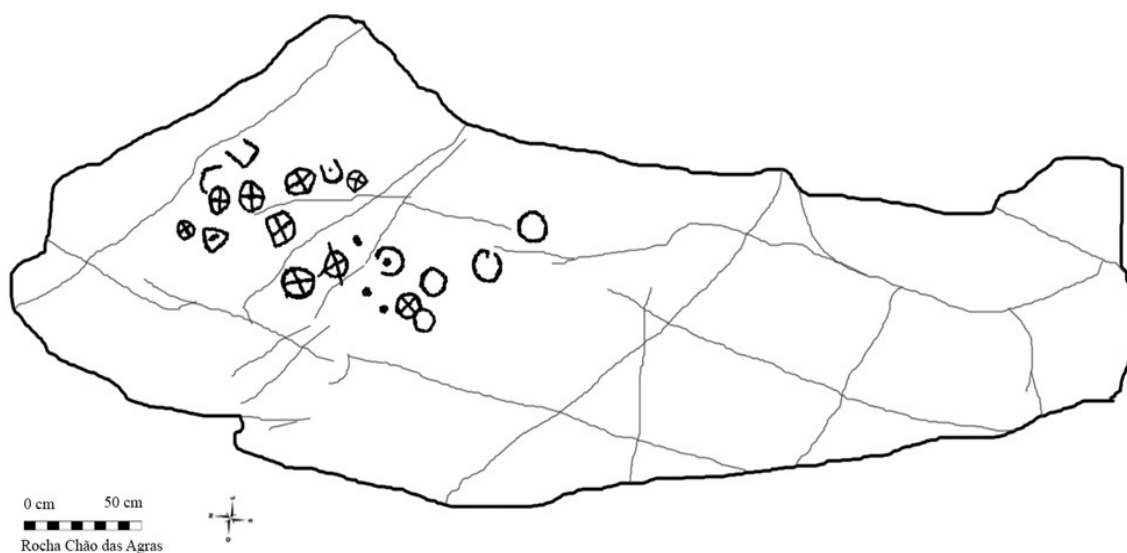


Figura 9: Decalque sobre a fotogrametria da rocha do Chão das Agradas.



Figura 10: Esquerda: Vista das Vargielas 1, a partir de sul, com o painel 5, em primeiro plano. Direita: Vista sobre as Vargielas 1, a partir de norte, com o painel 3 em primeiro plano.

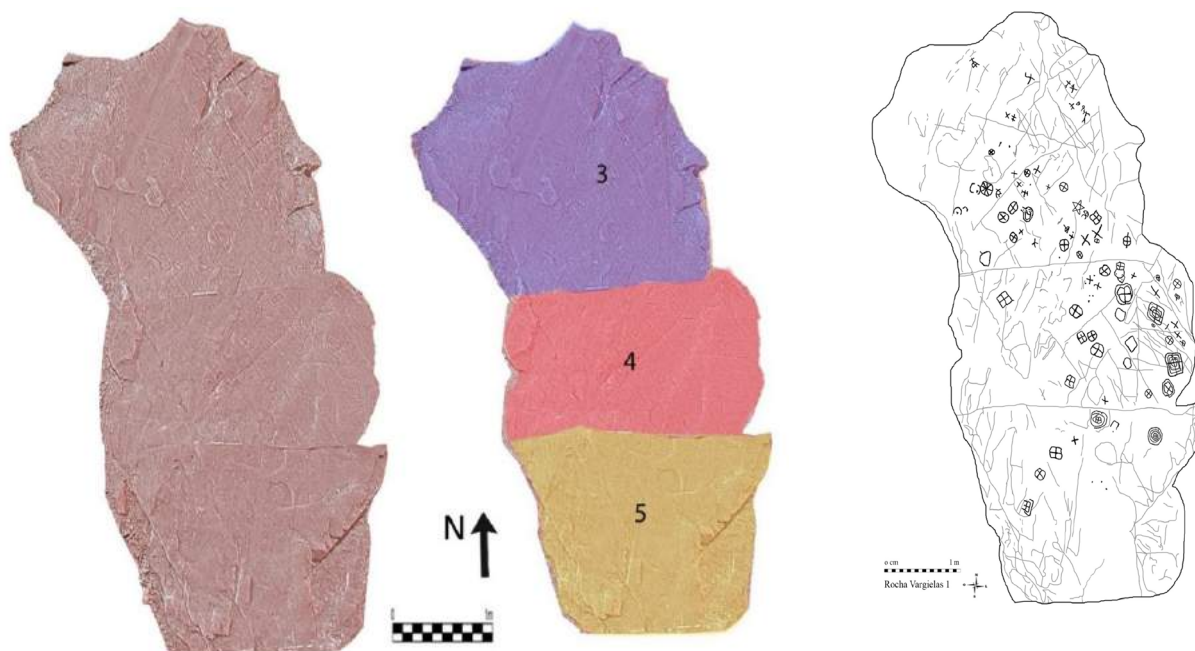


Figura 11 e 12: Fotogrametria e decalque dos painéis 3, 4 e 5 das Vargielas 1 e sua respectiva divisão. A régua tem 50 cm.



Figura 13: Fotogrametria do painel 1 das Vargielas 1. A régua tem 50 cm.

Além disso, a erosão resultante dos agentes atmosféricos também é grande. Apesar destes constrangimentos foi possível observar, no quadrante oeste, um esteliforme, inscrito num círculo. Há, ainda, a assinalar um quadrado a sudeste do painel, bem como uma figura composta por duas ovas concêntricas que se inscrevem, genericamente, na Arte Esquemática, de ar livre, do Noroeste. Na extremidade nordeste existe a possibilidade de existir a gravação de antropomorfos esquemáticos. Observaram-se, também, pelo menos, oito círculos segmentados de diferentes dimensões, distribuindo-se, essencialmente, no centro e sul do painel (Fig. 14). Um destes motivos situa-se a noroeste, outro na área central, três a sudoeste e três a sudeste. Observa-se que sete dos círculos segmentados têm os seus segmentos orientados a nordeste/sudoeste e a noroeste/sudeste. Apenas, um círculo segmentado, localizado na parte inferior do painel, possui os seus segmentos orientados a norte/sul e este/oeste. No quadrante sudeste, observa-se um pentagrama, que poderá ser já de época histórica, assim, como cruciformes, que, de um modo geral, se distribuem, um pouco por todo o painel. Entre estes há cruzes latinas e gregas, sendo notório que uma cruz grega se sobrepõe, em parte, a uma das extremidades do pentagrama. Há, ainda, um falso círculo segmentado, a sudoeste, composto por uma cruz grega dentro de um círculo, sem que os braços da cruz se interliguem com o círculo que poderá ser mais antigo, pelo facto de estar menos avivado.



Figura 14: Fotogrametria do painel 3 de Vargielas 1. A régua tem 50 cm.

O painel 4 encontra-se a sul do painel 3 e a norte do painel 5, separando-se de ambos por duas grandes diaclases que atravessam o afloramento na sua totalidade. A sua superfície a par de outros painéis é bastante inclinada e profusamente gravada.

À primeira fase de gravação parecem corresponder vários quadrados segmentados, muito erodidos e que ocorrem por todo o painel, embora com maior incidência nos quadrantes oeste e a sul. Posteriormente deverão ter-se gravado treze círculos segmentados. Estes localizam-se de forma dispersa na área central e nos quadrantes nordeste, este e sudeste do painel. Em todos os círculos segmentados, os seus segmentos encontram-se orientados de nordeste para sudoeste e de noroeste para sudeste (Fig. 15).

Destacam-se dois círculos segmentados que foram transformados no que normalmente se consideram tabuleiros de jogo. A este e nordeste, associados aos círculos segmentados, observa-se uma pequena figura oval segmentada apenas uma vez, apresentado um apêndice exterior. Apresenta uma covinha em cada um dos compartimentos segmentados e outra na terminação do apêndice. Há, ainda, a registar a ocorrência de cruciformes em todo o quadrante este deste painel, nomeadamente cruces gregas ou termos de propriedade, quer efetuadas com sulcos bastante profundos, quer feitas com objeto metálico. Realça-se a presença de duas figuras circulares adossadas a um dos círculos segmentados, a nordeste, possuindo uma das figuras, duas covinhas internas.



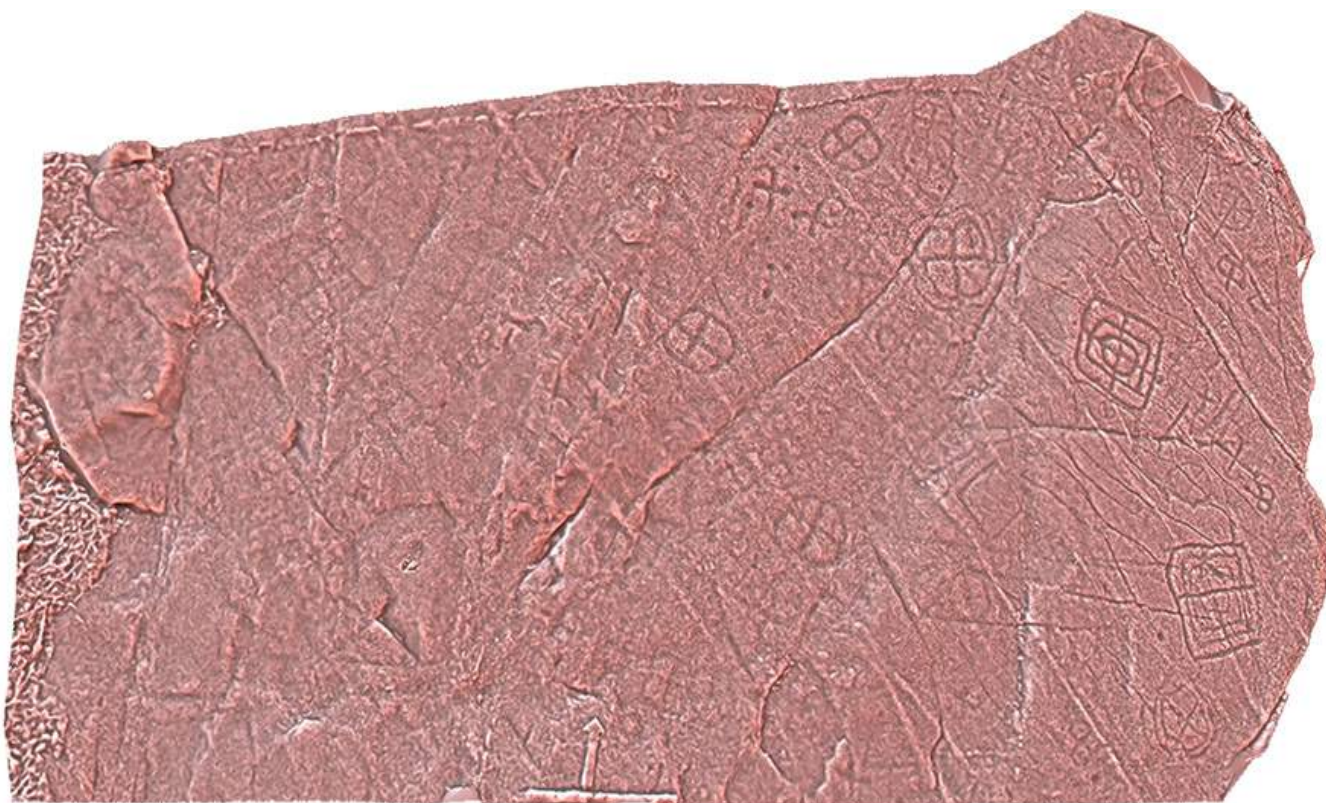


Figura 15: Fotogrametria do painel 4 de Vargielas 1. A régua tem 50 cm.

O painel 5, a sul do painel 4 localiza-se na extremidade su-sudeste do afloramento. É, também, bastante inclinado. Na sua extremidade nordeste, possui um círculo concêntrico com cerca de cinco voltas, estando associado, ao seu lado esquerdo, uma figura retangular aberta, aparentando ter apêndice exterior, orientado para este. A norte, ocorre um quadrado segmentado. Estes motivos correspondem à fase mais antiga do afloramento, sendo interessante verificar-se aqui a coexistência das gramáticas atlântica e esquemática. Posteriormente, deverão ter-se gravado dois círculos segmentados (Fig. 16). Um encontra-se localizado na área central, com os seus segmentos orientados de nordeste para sudoeste e de noroeste para sudeste, e o outro situa-se a norte, também com os seus segmentos orientados de nordeste para sudoeste e de noroeste para sudeste, estando interligado por um sulco irregular. Há algumas covinhas dispersas pela área central do painel e uma cruz grega, com sulco muito profundo, a norte. Realça-se a sudoeste uma aparente composição quadrangular segmentada, talvez um tabuleiro de jogo.

#### 4.4. GRAVURAS RUPESTRE DAS VARGIELAS 2

##### 4.4.1. DESCRIÇÃO FÍSICA DA SUPERFÍCIE GRAVADA

Afloramento pouco destacado do solo, de pequenas dimensões, com 3 metros no sentido norte/sul e 1,50 metros no sentido este/oeste, desenhando um contorno ovalado. É de granito de grão fino, com algumas micas dispersas, Granito do Extremo, segundo a notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, 1D – Arcos de Valdevez, na escala 1/50 000 (Moreira & Simões, 1988). A superfície deste afloramento possui uma ligeira inclinação para sul e sudoeste. Possui várias diaclases orientadas de nordeste para sudoeste e algumas fissuras e depressões naturais na sua área central.

##### 4.4.2. DESCRIÇÃO DOS MOTIVOS GRAVADOS

O afloramento apresenta-se parcialmente gravado, possuindo apenas um círculo segmentado, localizado no quadrante sudeste do painel. Este motivo possui os seus segmentos orientados a norte/sul e a este/oeste (Figs. 17 e 18).



Figura 16: Fotogrametria do painel 5 de Vargielas 1. A régua tem 50 cm.



Figura 17: Vargielas 2, pormenor do motivo gravado e respetiva fotogrametria. A régua tem 50 cm.

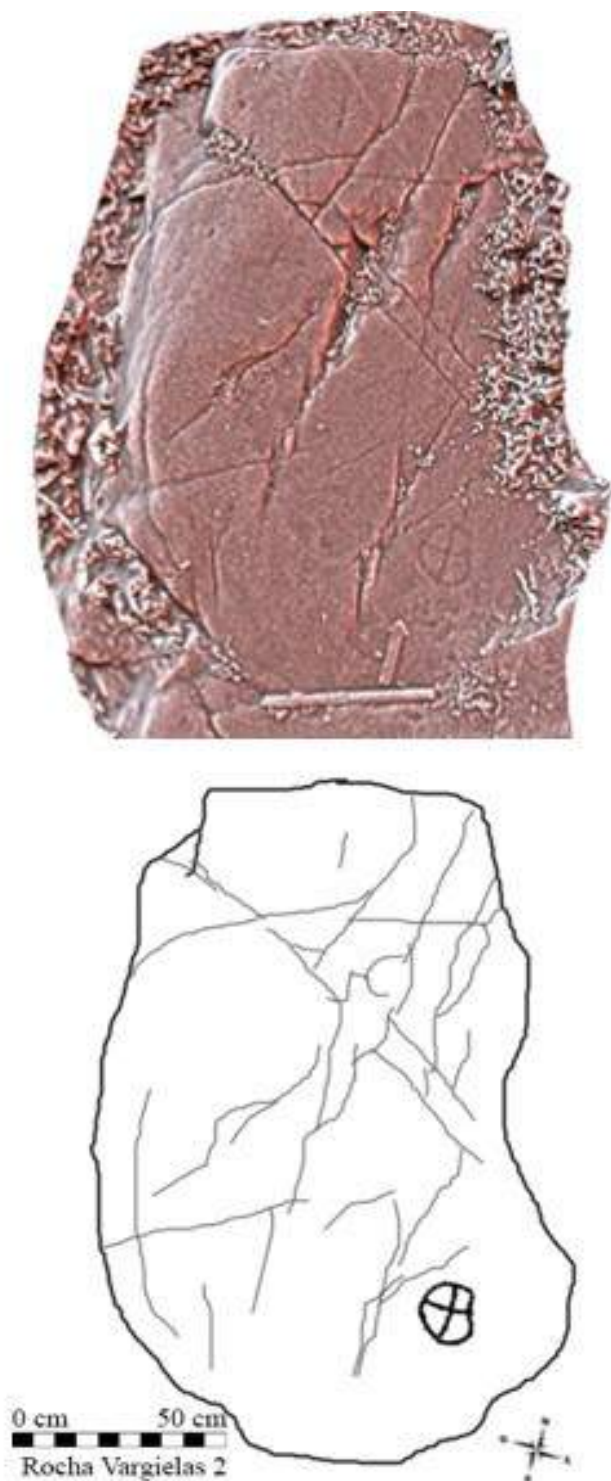


Figura 18: Vargielas 2, fotogrametria e respetivo decalque (sobre a fotogrametria).

## 5. DISCUSSÃO DOS DADOS

O estudo deste conjunto de quatro afloramentos com gravuras rupestres evidenciam a existência, em todos eles, do círculo segmentado, um motivo raro na arte rupestre do Noroeste Peninsular, conhecendo-se apenas 29 afloramentos gravados onde ele aparece (Marinho, 2022).

Todos os afloramentos são de granito e rasantes ao solo com forte pendente para sul ou sudeste.

No conjunto destes afloramentos foram contabilizados sete painéis gravados. Dos quais seis são em plano inclinado e apenas um em superfície plana (Chão das Agras).

No total, foram contabilizados 33 círculos segmentados, sendo o afloramento das Vargielas 1 aquele com maior número (23 motivos). O de Chão das Agras tem oito motivos e o Monte da Fonte Seca e Vargielas 2 têm apenas um motivo, cada.

Sendo as Vargielas 1 e 2 e a Fonte Seca, gravuras muito próximas umas das outras, podem considerar-se um núcleo específico. Neste caso, equaciona-se a hipótese de Vargielas 1 corresponder a um lugar monumental, no sentido proposto por Bradley (1997), que se articularia em rede com os restantes dois sítios com poucos motivos. Já Chão das Argas, estando afastado cerca de 500 metros, embora tenha intervisibilidade com o núcleo anterior, pode considerar-se um lugar separado.

Quanto à questão cronológica, através da análise, à microescala, da inter-relação dos círculos segmentados com motivos das artes esquemática e atlântica, da presença de sobreposições e de paralelos com objetos em ouro e em bronze, estes foram considerados da Idade do Bronze (Bettencourt 2017a, 2017b; Marinho, 2022).

Através da análise, à microescala, da inter-relação com outros estilos artísticos, foram tidos em consideração três critérios: (1) a localização dos círculos segmentados face aos outros motivos; (2) diferenças técnicas; (3) e a presença de sobreposições.

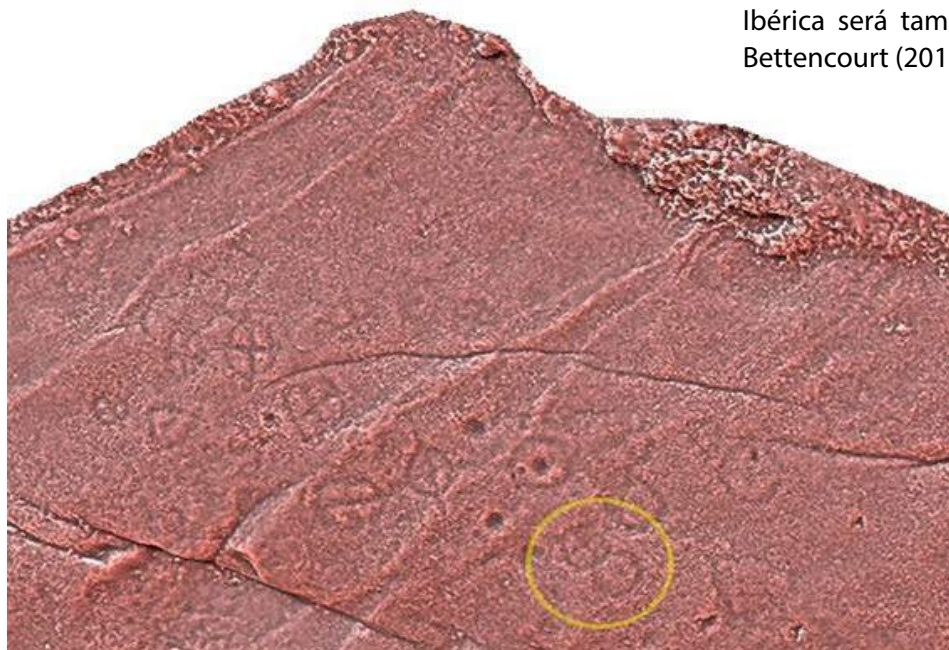
No afloramento gravado das Vargielas 1 é onde se obtém informação valiosa sobre este assunto, pois os círculos segmentados coexistem com os dois estilos artísticos vigentes no Noroeste: a Arte Atlântica Clássica e a Arte Esquemática. O motivo mais antigo, referente à Arte Atlântica Clássica, balizada entre os

finais do V e o início do IV milénios a.C. (Alves, 2009; Bettencourt, 2013; Cardoso, 2015; Alves e Reis, 2017), está localizado a sudeste do afloramento, sendo representado por um círculo concêntrico muito erodido. Parece ainda existir um círculo segmentado que se sobrepõe a um provável círculo concêntrico, porém bastante desgastado (Marinho, 2022).

Assim sendo, tudo indica que os círculos segmentados são de cronologia posterior à Arte Atlântica Clássica. No que diz respeito aos motivos de Arte Esquemática (quadrados segmentados, quadrados simples e um esteliforme), balizados entre o Neolítico e o Calcolítico / inícios da Idade do Bronze (Sanches, 1997, 2002, 2006; Bradley *et al.*, 2005; Alves *et al.*, 2013; Figueiredo, 2013) estes não parecem revelar qualquer conexão espacial com os círculos segmentados, sobretudo em relação a questões técnicas, pois existem diferenças entre sulcos, o que leva a colocar a hipótese de os círculos segmentados serem posteriores.

É o caso do afloramento do Chão das Agradas, onde os círculos segmentados assumem papel de destaque surgindo associados a motivos de Arte Esquemática (círculos com covinha central, círculos simples e um quadrado segmentado). Para além dos sulcos dos círculos segmentados estarem mais avivados do que os dos motivos de Arte Esquemática Antiga, observa-se uma sobreposição, parcial, de um círculo segmentado sobre um círculo simples, a sul da superfície gravada (Fig. 19).

Partindo desta ideia de que, os círculos segmentados começam a ser gravados na Idade do Bronze é pertinente encontrar a sua representação em outros artefactos arqueológicos deste mesmo período. Tal como já foi observado em trabalhos anteriores (Marinho, 2022) existe uma quantidade considerável de artefactos metálicos com a representação do círculo segmentado, que se balizam, de um modo geral, entre o Bronze Inicial e o Bronze Final. Consegue-se observar a sua presença e representação em discos solares de ouro encontrados na Grã-Bretanha e na Irlanda, entre o Calcolítico Final e o Bronze Inicial (Cahill, 2015). Foi ainda encontrado a representação de um círculo segmentado, em bronze, interpretado como um símbolo solar, na sepultura da mulher de Tobol, na Jutlândia, Dinamarca, estando este datado de entre os séculos XVI e XIII a.C. (Aner e Kersten, 1986, in Kristiansen e Larsson, 2006). Foram, também, encontrados paralelos no túmulo de Kivik, na Suécia, que possui oito esteios com iconografia caracterizada por círculos segmentados, equídeos, um carro, antropomorfos, armas, luras, barquiformes, entre outros símbolos abstratos (Randsborg, 1993 in Kristiansen e Larsson, 2006, p. 189; Goldhahn, 1999, 2009), estando este túmulo balizado entre os séculos XVI e XII a.C. (Goldhahn, 1999, 2009). Em termos de gravuras rupestres, encontram-se bastantes exemplos deste motivo na arte rupestre escandinava, destacando-se o afloramento de Runohall, em Ryk, Tanum 311, na Suécia, estando aí balizados, cronologicamente, entre os séculos XVII e XV a.C. (Ling, 2010). Deste modo não parece haver dúvidas de que este motivo na Península Ibérica será também da Idade do Bronze, tal como Bettencourt (2017a, 2017b) tem defendido.



*Figura 19: Chão das Agradas: relação dos círculos segmentados com outros motivos da Arte Esquemática Antiga. A sobreposição de motivos verifica-se entre o círculo segmentado do centro da composição e um pequeno círculo aí existente (ambos assinalados dentro do círculo amarelo).*

Quanto à questão interpretativa, valorizou-se a localização espacial de cada motivo no afloramento (Tab. 1), a orientação dos segmentos de cada círculo (Tab.2) e a exposição solar de cada superfície gravada. Da análise da distribuição espacial destes motivos no afloramento pode concluir-se que, a maioria destes (33%) concentra-se a este, ou seja, na posição do nascer do sol durante os equinócios da primavera e do outono. Em segundo lugar ocorrem círculos segmentados a nordeste (27%) o que corresponde ao nascer do sol durante o solstício de inverno. O ocaso durante o solstício de verão também está marcado (12%).

ORIENTAÇÃO	Nº DE MOTIVOS
Sul	2 (7%)
Este	11 (33%)
Nordeste	8 (27%)
Noroeste	4 (12%)
Área central	7 (21%)
TOTAL	33 (100%)

Tabela 1: Localização dos círculos segmentados no afloramento.

ORIENTAÇÃO	Nº DE MOTIVOS
Nordeste/sudoeste e noroeste/sudeste	29 (88%)
Norte/sul e este/oeste	3 (9%)
Norte-nordeste/su-sudoeste e este/oeste	1 (3%)
TOTAL	33 (100%)

Tabela 2: Orientação dos segmentados de círculo.

Assim, o que se prefigura é uma relação destes motivos com o movimento solar. Realça-se que no caso dos afloramentos com vários círculos segmentados (Vargielas 1 e Chão das Agrads), estes localizam-se em todos os quadrantes a este (nordeste, este e sudeste).

Quanto à orientação dos segmentos que compõem o círculo segmentado verifica-se que 88% orientam-se de nordeste para sudoeste e de noroeste para sudeste, parecendo ser uma clara alusão à posição do sol nos solstícios e equinócios que ocorrem durante o ano e mais uma evidência de que este motivo se relaciona com o culto solar.

Procedeu-se, ainda, à elaboração da Tabela 3, para se avaliar quais os quadrantes que possuem uma melhor visibilidade para o espaço físico (Fig. 20), tendo-se constatado que a partir destes quatro locais se pode observar o movimento solar desde o nascer até ao ocaso, com grande amplitude.

AFLORAMENTOS GRAVADOS	QUADRANTES COM MELHOR VISIBILIDADE PARA O ESPAÇO FÍSICO
Monte da Fonte Seca	Poente (longo alcance); nascente (curto alcance)
Chão das Agrads	Poente (longo alcance); nascente (curto alcance)
Vargielas 1	Poente (longo alcance); nascente (curto alcance)
Vargielas 2	Poente (longo alcance); nascente (curto alcance)

Tabela 3: Quadrantes com melhor visibilidade para o espaço físico a partir dos afloramentos gravados.



Figura 20: Vista panorâmica desde nascente até poente a partir de Vargielas 1 e 2, no dia 8 de maio de 2021 (primavera), às 18hoo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste conjunto leva-nos a admitir que os círculos segmentados deste grupo de afloramentos gravados, provavelmente, representam o sol; que momentos importantes do ciclo solar estão inscritos na superfície dos afloramentos, como os solstícios de verão e de inverno e os equinócios de primavera e de verão, entre outros momentos intermédios; que determinadas estrelas de orientação também parecem estar “marcadas” nestes locais, nomeadamente as que orientam o norte, como é o caso da estrela polar; (3) que estes lugares, ao valorizarem a contagem do tempo e a orientação solar, poderiam ser, simultaneamente, observatórios astronómicos e lugares de cerimónias e culto associados ao ciclo solar.

Assim, parece possível equacionar várias hipóteses sobre o papel social e simbólico destes lugares: (1) que teriam sido gravados por pessoas conhecedoras dos fenómenos astronómicos, nomeadamente do ciclo solar; (2) que, o facto de existir afloramentos com mais círculos segmentados do que outros, pode levantar a hipótese de existir lugares mais frequentados do que outros, provavelmente para cerimónias cíclicas e coletivas; (3) que o facto destes lugares se encontrarem longe dos povoados, tal como se comprovou em trabalho mais genérico (Marinho, 2022) seria intencional, como convém a lugares celebrativos e de foro religioso.

Com vista a reforçar as hipóteses aqui apresentadas prevê-se analisar estes dados a luz da metodologia apresentada pela arqueoastronomia. A esfera celeste oferece vários caminhos para explorar o significado e a funcionalidade que os afloramentos com círculos

segmentados gravados possuíram. Assim sendo, é possível através desta vertente da arqueologia, perceber o movimento aparente das estrelas, sendo o sol a estrela que possui menor magnitude, ou seja, aquela que é mais perceptível a olho nu (Magli, 2016). No entanto, é interessante perceber a sua ligação com as outras estrelas conhecidas, bem como as constelações que as mesmas formam. Para além disso, inclui-se de igual modo a lua nesta equação, pois existem evidências que este elemento teve e tem influência nas comunidades do passado e nas comunidades que ainda seguem algumas orientações que a lua fornece para as suas atividades, sobretudo na agricultura (Magli, 2016).

Voltando ao espaço físico, é interessante perceber se existe alguma intencionalidade para a criação de hierofanias, visto que nas imediações dos afloramentos aqui apresentados existem algumas proeminências físicas de destaque, sobretudo a Serra do Extremo (Fig. 21). Tudo isto poderá ser respondido com metodologias que a Arqueoastronomia oferece, e que se pretende desenvolver de futuro.



Figura 21: Esquerda: Visibilidade para oeste - serra do Extremo desde o Chão das Agrads. Direita: Visibilidade para sul - serra do Extremo desde o Monte da Fonte Seca.

## BIBLIOGRAFIA

Alves, L. B. (2009). O sentido dos signos. Reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal. Em R. Balbín Behrmann (ed.), *Arte Prehistórica al Aire Libre en el Sur de Europa* (pp. 381-490). Junta de Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo.

Alves, L. B., & Reis, M. (2017). Tattooed landscapes. A reassessment of Atlantic Art distribution, research methods and chronology in the light of the discovery of a major rock art assemblage at Monte Faro (Valença, Portugal). *Zephyrus* (80), 49-67.

Alves, L. B., Bradley, R., & Fábregas Valcarce, R. (2013). Tunnel Visions: a decorated Cave at El Pedroso, Castile, in the light of fieldwork. *Proceedings of the Prehistoric Society* (79), 193-224.

Bettencourt, A. M.S. (2013a). O monumento megalítico de Leira das Mamas, Lamas, Braga. IN: A.M.S. Bettencourt, eds. *A Pré-História do Noroeste Português. Territórios da Pré-história em Portugal*, vol. 2. Braga/Tomar: CEIPHAR/CITCEM, 266p.

Bettencourt, A. M. (2017a). Post-palaeolithic rock arts of north-western Portugal, an approach. Em A.M.S. Bettencourt, M. Santos-Estevez, H.A. Sampaio, D. Cardoso (eds.), *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberian Atlantic Northwest* (pp. 123-149). Oxford: BAR Publishing.

Bettencourt, A. M. (2017b). Gravuras rupestres do noroeste português para além das artes atlântica e esquemática. Em J. M. Arnaud e A. Martins (eds.), *Arqueologia em Portugal – 2017. Estado da Questão* (pp. 1039-1053). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Bradley, R. (1997). *Rock Art and the Prehistory of Atlantic Europe*. Londres: Routledge.

Bradley, R. (2000). *An Archaeology of Natural Places*. London; New York: Routledge.

Bradley, R., Fábregas Valcarce, R., Alves, L. B., & Vilaseco Vázquez, X. (2005). El Pedroso a prehistoric cave sanctuary in Castille. *Journal of Iberian Archaeology* (7), 125-156.

Cahill, M. (2015). Here comes the sun...! solar symbolism in Early Bronze Age Ireland. *Archaeology Ireland*, 29(1), 26-33.

Cardoso, D. (2015). *Arte Atlântica do Monte de S. Romão (Guimarães) no Contexto da Arte Rupestre Pós-Paleolítica da Bacia do Ave - Noroeste Português*. (Tese de Doutoramento). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Figueiredo, S. (2013). *A Arte Esquemática do Nordeste Transmontano: Contextos e Linguagens* (Tese de Doutoramento). Braga: Universidade do Minho.

Giddens, A. (2000 [1979]). *Dualidade da estrutura. Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta.

Goldhahn, J. (1999). *Sagaholm: hallristningar och gravritual*. Umea Universitet/Jonkopings: Jonko pings Lans Museum.

Goldhahn, J. (2009). Bedarör on Kivik: A Monumental Cairn and the History of Its Interpretation. *Antiquity* (83), 359-371.

Ingold, T. (1987). *Evolution and Social Life*. Cambridge: University Press.

Ingold, T. (1993). The temporality of the landscape. *World Archaeology*, 2(25), 152-174.

Ingold, T. (2000). *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling & skill*. New York: Routledge.

Jones, A. (2007). *Memory and Material Culture*. Cambridge: University Press.

Kristiansen, K., & Larsson, T. B. (2006). *The Rise of Bronze Age Society Travels, Transmissions and Transformations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lima, A. (2004). *EIA - Linha Mendoiro - Pedralva, a 150 Kv (Relatório Aprovado)*. Arcos de Valdevez: MaxiPro/ArqPais.

Ling, J. (2010). *Elevated rock art, Towards a maritime understanding of rock art in northern Bohuslan, Sweden*. Oxford: Oxbow Books.

Magli, G. (2016). *Archaeoastronomy. Introduction to the Science of Stars and Stones*. London: Springer.

Marinho, D. (2022). *Círculos segmentados no Noroeste de Portugal. Estudo, inventário e interpretação*. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado).

Miguel, L. (2013). *EIA - Aproveitamento Hidroléctrico do Sistelo (Relatório Aprovado)*. Arcos de Valdevez.

Moreira, A., & Simões, M. (1988). *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50.000: Notícia explicativa da folha 1-D Arcos de Valdevez*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

Nash, G. (2007). The way light was manipulated in the Neolithic passage grave tradition of western Britain. Em A. N. Mazel (Ed.), *Metaphor as Art: The Prehistoric Rock-art of Britain* (pp. 123-150). Oxford: Archaeopress.

Queiroga, F. (2003). *EIA - Parque Eólico de Alagoa de Cima, Arcos de Valdevez (Relatório Pendente)*. Arcos de Valdevez.

Sabrosa, A., Caninas, F. & Caninas, J. (2004). *EIA - Parques Eólicos de Mendoiro/ Bustavade. Arcos de Valdevez: ProSistemas, Consultores de Engenharia S.A.*

Sanches, M. J. (1997). *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O Abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia 2.

Sanches, M. J. (2002). Spaces for social representation, choreographic spaces and paths, in the Serra de Passos and surrounding lowlands (Trás-os-Montes, Northern Portugal) in Late Prehistory. *Arkeos*(12), 65-105.

Sanches, M. J. (2006). Abrigos com pintura rupestre esquemática da Serra de Passos/Stª Comba. Em C. Almeida (Ed.), *História do Douro e do Vinho do Porto: História Antiga da Região Duriense* (pp. 126-129). Porto: Afrontamento.

Tilley, C. (1994). *A Phenomenology of Landscape: Places, Pats and Monuments*. Oxford: Berg.

Tilley, C. (2004). *The Materiality of Stone: explorations in Landscape Archaeology*. Oxford University Press: Berg.

Van Dyke, R. M., & Alcock, S. E. (2003). Archaeologies of Memory: an introduction. Em R. M. Van Dyke, & S. E. Alcock (Edits.), *Archaeologies of Memory* (pp. 1-13). Oxford: Wiley.



# Ruptures et permanences dans l'historiographie des « Ruines en pierres du pays lobi » : 1902-2009 (Afrique de l'ouest)

Recebido em:  
10 de Outubro de 2023  
Aceite em:  
11 de Dezembro de 2023  
Publicado em:  
28 de Dezembro de 2023

HANTISSIÉ HERVÉ FARMA<sup>A</sup>

<sup>A</sup> Université Joseph Ki-Zerbo. Email: [hantissie@yahoo.fr](mailto:hantissie@yahoo.fr)

## RESUMÉ

### Mots clés:

Ruines;  
Pierre;  
Architecture;  
Archéologie;  
Pays lobi.

Le début du XXe siècle fut marqué en Afrique de l'ouest par le processus d'occupation des territoires nouvellement conquis par les puissances européennes. En prélude à l'administration de ces territoires, des données telles que ethnographique, historique et archéologique, nécessaires à la connaissance des peuples conquis furent systématiquement collectées. C'est dans ce cadre qu'ont été recensés les premiers vestiges d'architecture dénommés « ruines en pierres » dans l'espace géographique situé entre les régions du sud-ouest du Burkina Faso (ex Haute Volta) et du nord-est de la Côte d'Ivoire par les premiers acteurs de l'occupation coloniale française. L'intérêt pour ces édifices était lié à leur caractère atypique pour la région marqué par l'usage de la pierre et surtout l'allure monumentale de certains d'entre eux et qui va influencer leurs interprétations. Les débats entamés durant l'occupation coloniale par des amateurs et poursuivi par des chercheurs de profils divers ont porté sur l'origine de ces vestiges en termes de chronologie et l'identité de leurs baptiseurs ainsi que leurs fonctions. Au cours du siècle qui sépare la première publication et le début des fouilles archéologiques au début des années 2008, on note plusieurs ruptures dans les méthodes de recherche et par ricochet sur les interprétations. Pourtant, de nombreux aspects à priori discutables sont restés immuables. Le présent article fait un état de l'art des ruptures et des permanences qui ont émaillé l'étude de ces vestiges.

## ABSTRACT

### Key words:

Ruins;  
Stone;  
Architecture; Archaeology;  
Archaeology;  
Lobi country.

The beginning of the 20th century was marked in West Africa by the process of occupation of newly conquered territories by the European powers. As a prelude to the administration of these territories, the ethnographic, historical and archaeological data needed to understand the conquered peoples were systematically collected. In this context, in the geographical area between the south-western regions of Burkina Faso (formerly Upper Volta) and the north-eastern part of Côte d'Ivoire, the first traces of architecture, known as "stone ruins", were recorded by the first actors of the French colonial occupation. The interest in these buildings was linked to their atypical character for the region, marked by the use of stone and, above all, the monumental appearance of some of them, which would influence their interpretation. The debates, started by amateurs during the colonial occupation and continued by researchers of various backgrounds, focused on the origin of these remains in terms of chronology, the identity of their baptisers and their functions. In the century between the first publication and the start of archaeological excavations in early 2008, there have been a number of changes in research methods and, consequently, in interpretations. However, many aspects that are at first sight questionable have remained unchanged. This article takes stock of the changes and continuities that have marked the history of archaeological research.

## INTRODUCTION

L'espace géographique situé entre les régions du sud-ouest du Burkina Faso et du nord-est de la Côte d'Ivoire, communément appelé «pays lobi» est connu du point de vue archéologique pour ses vestiges

d'architecture en pierres et en argile communément appelés «ruines en pierres » (Figure 1). Ces édifices de différentes morpho-typologies ont parfois des allures monumentales, dont les superficies peuvent dépasser un hectare avec des murs de plus de quatre mètres (Figure 2).

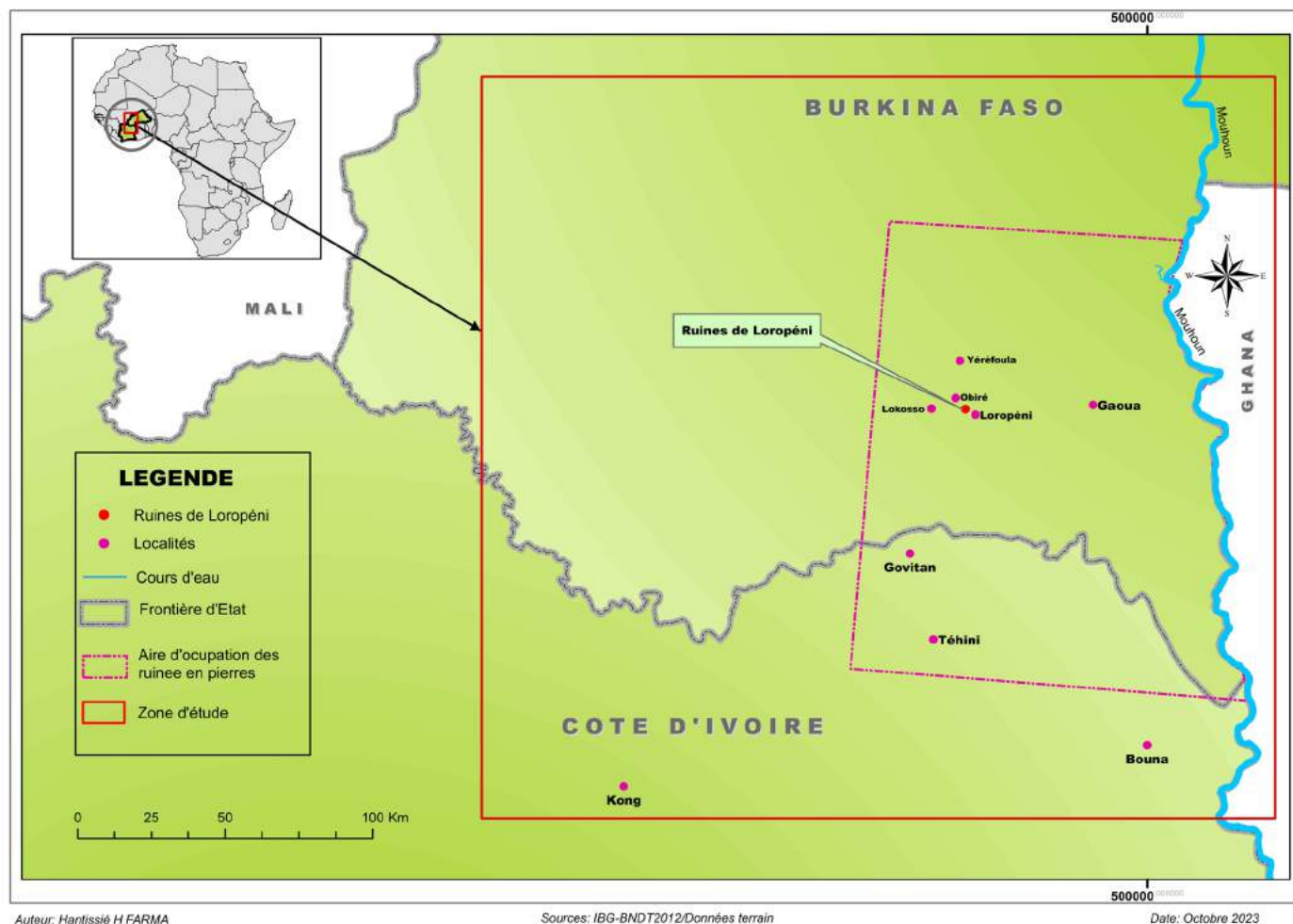


Figure 1: Localisation de l'aire d'occupation des enceintes et structures en pierres.

Ces caractéristiques singulières comparativement à l'architecture locale ont intrigué les administrateurs coloniaux dès le début du XXe siècle qui leur ont consacré les premières publications et aujourd'hui encore, elles continuent de questionner les chercheurs de diverses disciplines : anthropologues, géographes, historiens et archéologues.

Les problématiques soulevés au sujet de ces vestiges architecturaux portaient entre autres sur les origines (la chronologie et l'identité des bâtisseurs) et les fonctions. La méthodologie adoptée pour apporter des éléments de réponses à ces questions a pendant longtemps été l'analyse des éléments factuels visibles en surface, des sources orales et sur quelques rares fouilles archéologiques d'amateurs. L'intervention de l'archéologie professionnelle est assez récente ; elle débute en 2008 dans le cadre de l'inscription du site dénommé « Les Ruines de Loropéni » sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO, inscription qui

intervenu un an plus tard. Durant cette période d'un peu plus d'un siècle (la première publication et les premières fouilles archéologiques professionnelles), différents arguments se sont confrontés dans le but d'apporter des éléments de réponses les plus plausibles. Malgré les multiples points de divergences, figurent plusieurs éléments statiques qui semblent relever du consensus.

Le présent article passe en revue l'historiographie de ces débats en vue d'identifier les éléments de ruptures et de permanences qui ont émaillés ces interprétations. La réflexion se focalise sur les aspects liés aux terminologies, aux hypothèses sur les origines et leur (s) fonction (s) de vestiges. Le cadre chronologique retenu va de 1902, date de la publication du premier article sur les ruines en pierres et 2009, année marquant l'inscription des ruines de Loropéni sur la liste du Patrimoine mondial.



Figure 2: Vue partielle de la face interne du mur d'enceinte nord des ruines de Loropéni.

## 1. LES RUINES EN PIERRES DU PAYS LOBI: LA PERMANENCE D'UNE APPELLATION CONFUSE

### 1.1. APPELLATION GÉNÉRIQUE « RUINES EN PIERRES »

L'appellation « ruines en pierres » qui est toujours d'usage pour désigner ces vestiges architecturaux est la formule stabilisée d'une série de dénominations utilisées par différents auteurs. Leur démarche s'inspirait des éléments les plus factuels identifiés sur ces édifices et les propositions qui en découlaient tournaient autour d'un même champ lexical. Ainsi, Maurice Delafosse qui fut le premier à publier sur ces vestiges archéologiques mit en avant le caractère ruiniforme du site qu'il visita en le nomma « ruines » dans l'intitulé de son article : « *Découverte de grandes ruines à Gaoua (Soudan français)* » (Delafosse, 1902). Cependant, dans le corps du texte, il présenta le site comme des ruines de constructions en blocs de latérite

(Delafosse, 1902). Dans un second article paru une décennie plus tard, la dénomination fut plus détaillée : « *ruines de constructions en pierres maçonnée (sic)* ». La précision sur le caractère maçonné des constructions est importante, car elle les différencie d'autres types de constructions, notamment celle en pierre sèche (Delafosse, 1913). A la suite de Delafosse, Émile Ruelles qui garda le terme ruines, leur attribua une fonction d'habitation : « *ruines d'habitations en pierres* » (Ruelle, 1905). Cependant, c'est à partir de Henri Labouret que l'appellation « *ruines de pierres* » semble se fixer définitivement. En effet, après avoir employé le terme « ruines » dans un premier article, l'auteur emploie en définitive dans sa célèbre monographie parue en 1931 l'appellation « Ruines de pierres » (Labouret, 1931). C'est à partir de cet ouvrage que cette appellation devint le « nom usuel » de ces vestiges que l'on retrouve chez tous les auteurs qui suivront (Bertho, 1952; Père, 1992; Raymaekers, 1996; Savonnet, 1986).

L'intervention des archéologues dans le débat n'a rien changé dans la dénomination de ces vestiges. En effet, bien que généralement tatillons sur la nomenclature de leurs objets d'étude, ces archéologues ont curieusement conservé l'appellation « ruines en pierres ». Ce conformisme contraste avec le débat scientifique mené sur la dénomination d'autres objets archéologiques comme les structures de réduction de minerai de fer en archéo-métallurgie en Afrique (Kiéthéga, 1996). Certes, la question sur l'origine du fer en Afrique n'est pas à un niveau comparable à celui des constructions en pierre dont il est question ici, mais l'absence de tentative de clarification de sa dénomination questionne à plus d'un titre.

L'usage du terme « ruines » pour désigner un type d'objet archéologique reste très vague. En effet, l'objet archéologique est toujours un reste qui est la résultante d'un processus depuis son abandon suivi des modifications qu'il a pu subir jusqu'au moment de sa découverte par l'archéologue (Djindjian, 2017). En somme, l'objet archéologique n'est presque jamais complet. De ce fait donc, il se trouve tout naturellement dans un état de décrépitude, donc de ruines. L'état de ruines devient alors le dénominateur commun de tout objet archéologique d'où les limites d'en réserver à un type de vestiges.

## 1.2. ETHNONYME ET TOPONYME ASSOCIÉS AUX RUINES EN PIERRES

L'aire d'occupation des ruines en pierres est aussi appelée « pays lobi », en référence aux Lobi, l'un des groupes socio-culturels de la zone. Cet ethnonyme est souvent associé à ces vestiges architecturaux (ruines en pierres du pays lobi) sans y avoir un rapport historique évident tel que je le développe plus bas. En outre, certains de ces vestiges architecturaux ayant des caractéristiques particulières sont aussi rattachés à des toponymes comme c'est le cas du site dénommé « Les ruines de Loropéni ». Quelle est l'origine de ces appellations? Pourquoi continue-t-on de les utiliser tout en sachant qu'elles ne sont pas chronologiquement cohérentes?

### PAYS LOBI

Lobi est l'ethnonyme d'un des peuples de l'aire d'occupation des ruines en pierres. En provenance du

nord Ghana actuel par vagues successives au cours du XVIII<sup>e</sup> siècle, les Lobi se seraient d'abord installés au Sud-ouest du Burkina Faso. Puis, progressivement ils seraient descendus vers le nord-est de la Côte d'Ivoire. Cette dernière phase migratoire s'est poursuivie jusqu'au milieu du XX<sup>e</sup> siècle (Fiéloux, 1980; Labouret, 1931). Sur ces nouveaux territoires, ils reconnaissent avoir trouvé d'autres peuples déjà établis, notamment les Koulango et les Lorhon qui les auraient installés, puis leur auraient accordé certains droits de sacrifice à la terre. Cependant, ces peuples continuent d'avoir une préséance dans le culte de la terre, notamment dans des circonstances particulières (Gobgnimbou et Ky, 2008).

Outre ce substrat de populations anciennement installées, les Lobi affirment également avoir été précédés de peu par les Kaamba (sing. Kaan) dans la partie Burkinabè. Bien que d'installation récente et assumant leur statut de nouveau venu, le peuple Lobi se verra propulsé au-devant de la scène du peuplement régional par le fait colonial. La mise en avant de ce peuple au détriment des autres s'explique par plusieurs facteurs, entre autres, économique, politique et culturel.

La raison économique ayant prévalu à une mise en avant du Lobi par l'occupant colonial concerne la réelle ou supposée aptitude de ce peuple à exploiter de l'or. En effet, l'explorateur Louis Gustave Binger mentionnait à partir d'informations reçues auprès de marchands dioula de Kong (Côte d'Ivoire) pour la première fois que le « lobi », était une zone productrice d'or de grande qualité (Binger, 1892). Cette information fut d'ailleurs une des raisons de la rivalité des puissances colonisatrices au sujet de cette partie de l'Afrique de l'ouest (Kambou-Ferrand, 1987, cité par Kiéthéga, 2008). Dans le contexte colonial où les ressources naturelles constituaient un enjeu majeur, la présence supposée de l'or sur un territoire exploité par un peuple constituait une information capitale. Ainsi, cet espace fut appelé « pays lobi », nom qui sera associé à d'autres objets, notamment l'or : « or du pays lobi » (Mégret, 2014).

Sur le plan politique, l'insoumission du peuple Lobi face à l'occupant colonial l'a distingué des autres peuples de la région. En effet, la résistance lobi face à la colonisation a été l'une des plus farouche et plus longue au sein de toute l'Afrique occidentale française au point de faire de ce peuple une légende et a créé une sorte d'imagerie chez l'occupant colonial d'abord

et ensuite dans l'opinion populaire, ce qui suscite crainte, méfiance et a forcé le respect (Kambou-Ferrand, 1993). Par ailleurs, la singularité de la résistance lobi durant la période coloniale a créé chez les administrateurs coloniaux un besoin d'en savoir davantage sur la culture de ce peuple, dans le seul but d'user de la violence appropriée pour le soumettre (Dory, 1984). Parmi ces travaux, figure en premier lieu l'ouvrage monographique emblématique de Labouret intitulé « Les tribus du rameau Lobi » publié en 1931 qui d'ailleurs fait autorité dans l'étude des peuples de l'espace considéré. Le titre de l'ouvrage semble avoir scellé pour de bon la légitimité de la suprématie du Lobi sur les autres peuples. L'ethnonyme lobi deviendra une sorte d'appellation géographique ou un « *label* ». En outre, cette mise en avant du peuple Lobi semble avoir été déterminant dans le choix des chercheurs de leur consacrer des recherches (Royer, 2011). Cela a donné lieu à un foisonnement de productions scientifiques dans de nombreux domaines : ethnographie, anthropologie, histoire, en histoire de l'art et touchant tous les aspects de la vie.

Outre les raisons suscitées, la méconnaissance des réalités socio-culturelles par les administrateurs coloniaux était une des raisons qui a favorisé l'usage des ethnonymes dans la nomenclature des entités administratives. En effet, les premières subdivisions administratives de la période coloniale portaient des ethnonymes choisis par le colon. C'est ainsi qu'au sud-ouest de la Haute-Volta (Burkina Faso), le « Cercle du lobi » fut créé le 29 décembre 1898 pour désigner ce qui correspond *grosso modo* à l'actuelle région du sud-ouest du Burkina Faso (Kambou-Ferrand, 1993). Cependant, avec la connaissance progressive des réalités socio-culturelles du territoire, les ethnonymes seront remplacés en 1922 par des toponymes. Ainsi, le Cercle du lobi deviendra le « Cercle de Gaoua ». Outre le caractère plus fédérateur des toponymes comparativement aux ethnonymes, ce changement avait pour objectif de dissiper la légende que le peuple Lobi avait réussi à construire autour de lui à travers la résistance (Bazié, 2016).

Malgré le caractère incongru de l'appellation « pays lobi » mainte fois soulevé par les chercheurs (Boutillier 1993 ; Mégret, 2014), l'épisode colonial fait de cet ethnonyme un symbole d'unité chez les fils de la région, notamment les politiques en manque d'objets de consensus et d'une conscience historique et

culturelle commune pour fédérer les efforts vers le « développement ». Cette sorte de consensus régional s'impose aux chercheurs qui, parfois l'adoptent par simple conformisme pour ne pas froisser ou plutôt par commodité comme c'est le cas pour Kambou-Ferrand (1993).

#### LES RUINES DE LOROPÉNI

Outre le terme générique ruines en pierres du pays lobi, certains édifices ont des noms singuliers à l'image de celui situé dans le village de Loropéni appelé Les ruines de Loropéni. Cet édifice dont la première mention écrite remonte à 1952 par Jacques Bertho, est depuis devenu l'archétype de ces vestiges. En effet, il est le mieux conservé connu, d'une allure monumentale avec sa superficie de plus d'un hectare et des murs hauts de 6 m environ. Par ces caractéristiques physiques particulières, l'édifice s'est distingué parmi l'ensemble des sites similaires qui était déjà une curiosité au moment des premières découvertes. Ainsi, il devint un attrait touristique du même nom, dont l'importance fut exponentielle. En effet, cet attrait fut d'abord de façon informelle pour les scolaires et les autorités administratives coloniales de passage dans la localité. Ensuite, le site fut intégré dans le circuit touristique du pays après son indépendance pour enfin se voir être inscrit sur la liste du Patrimoine mondial de l'UNESCO. Si le nom *Les ruines de Loropéni* est des plus populaires, le maintien de cette appellation fait de lui une sorte de marque déposée exclusive ; chose qui paraît anachronique au regard de la réalité du terrain.

Concernant la toponymie, Loropéni est un nom multiscalaire renvoyant à la fois au village (lieu-dit) de Loropéni puis au Département et à la Commune rurale éponyme. En effet, Loropéni est un village situé à 40 km à l'ouest de Gaoua chef-lieu de la région administrative du Sud-ouest. Il est également le chef-lieu du département de même nom. Suite à la communalisation intégrale du pays survenue dans le pays en 2005, le département a été érigé en commune rurale. Quel que soit le niveau de dénomination, l'appellation « ruines de Loropéni » pose un problème de localisation, au regard de la distribution spatiale de ces vestiges. A l'échelle du village, plusieurs structures en pierres sont signalées dans la périphérie immédiate des « Ruines de Loropéni » (Koté, 2013) (Figure 4). Au niveau communal, de grandes ruines

sont signalées dans différentes localités dont Obiré, Olongo, Lokosso (Labouret, 1931, Savonnet, 1986). En outre, l'attribution du site à Loropéni est une double incohérence administrative. En effet, selon le découpage administratif, il relève du village de Bondora, tandis qu'au plan coutumier cependant, il relève du village de Watan dont le chef est le prêtre qui officie lors des cérémonies culturelles du site (Kiéthéga, 2008). L'appellation « Les ruines de Loropéni » est une dénomination hors-sol en ce sens qu'il se déconnecte de toutes les réalités locales. Enfin, ce nom fait fi des noms locaux existant pour désigner cet édifice, notamment en kaansa, en lobiri et en dioula. En kaansa, l'enceinte est appelée Kponkayanga, nom qui fait référence à un épisode de l'histoire du royaume kaan. En effet, ce nom signifierait : « *l'enceinte qui a refusé d'être habitée* », car le 9<sup>e</sup> roi qui y aurait délocalisé son palais suite à des déconvenues avec son peuple à Obiré, la capitale traditionnelle, serait mort de façon mystérieuse, d'où ce surnom de lieu impropre à l'habitation (Père, 2005). En lobiri, l'édifice est communément appelé cokolo en référence à son caractère ruiniforme. Enfin, en dioula, il est appelé karanga du fait de son allure de forteresse.

## 2. INTERPRÉTATION DES RUINES EN PIERRES: DES RUPTURES SUR LES ORIGINES DANS LA PERMANENCE DES FAITS ET OBJETS MAJEURS

Durant la période considérée, les ruines en pierres sont associées à des objets ou chapitres majeurs de l'histoire africaine. Ces interprétations s'appuient le plus souvent sur les aspects architecturaux, notamment monumentaux de certains édifices.

### 2.1. ATTRAIT POUR LE GIGANTISME

En plus de la propension à la collecte des belles pièces, l'attrait pour les œuvres monumentales est un des traits caractéristiques du début de l'archéologie africaine. Dans ce dernier cas, les travaux se sont concentrés sur la recherche de l'emplacement des capitales des grands empires et la description des sites monumentaux, d'où l'intérêt précoce accordé à des sites comme le Great Zimbabwe, Koumbi Saleh,



Figure 3: Vue partielle de la façade nord de l'enceinte de Kongonyo à Obiré.



Figure 4: Vue partielle sud d'une petite ruine en pierres (n°73) dans la périphérie des ruines de Loropéni.

les tumuli en Sénégambie. L'intérêt pour les ruines en pierres s'inscrit également dans cette logique. En effet, ces vestiges, du fait de leur architecture monumentale (la taille des édifices et l'usage de la pierre) ont suscité de la curiosité et de l'étonnement. Après la publication du premier article, des actions de repérage seront quasi systématiques chez certains administrateurs coloniaux au cours de leurs déplacements. Dans cette démarche, si la présence de ces vestiges est toujours signalée dans toutes les localités, une attention particulièrement était accordée aux ruines en pierres les plus imposantes. Cela s'est matérialisée par des descriptions approfondies appuyées souvent d'illustrations de croquis, de photos, voire de positions GPS pour les recensements récents. Cette approche différentielle s'observe notamment chez Ruelle à travers la description de l'unique enceinte parmi la dizaine de ruines en pierres recensées (Ruelle, 1905). Chez Labouret, les croquis et les descriptions ont

tous concerné les grands édifices (Labouret, 1931). Si avec Savonnet, l'étude a consisté à une classification morpho-typologique en cinq groupes, une place de choix a été accordée à la catégorie des grandes enceintes avec des descriptions détaillées, des plans ou croquis, des photos (Savonnet, 1986). Quant à M. Père, elle enregistre le plus grand inventaire sur les ruines en pierres, estimé à des milliers, mais fournit les coordonnées GPS de 190 grands édifices qu'elle associe à des chapitres de l'histoire kaan. En revanche, les ruines de petite taille sont considérées comme étant de moindre importance (Père, 2004).

La focalisation sur les grands édifices atteint son paroxysme avec le site abusivement dénommé « Les ruines Loropéni », qui est vu comme le prototype de ces vestiges architecturaux. En effet, sa taille et son exceptionnel état de conservation lui confèrent une allure spectaculaire, mais aussi un potentiel plus important de matière à étudier, d'où l'intérêt qui lui

est accordé par des chercheurs. Par ailleurs, l'émotion qu'il dégage a conduit à sa mise en tourisme et sa patrimonialisation dont le couronnement est son inscription sur la liste du Patrimoine mondial. Ce caractère monumental est d'ailleurs bien mis en avant dans la déclaration des valeurs universelles exceptionnelles du bien : « *Les Ruines de Loropéni sont le témoignage le plus imposant et le mieux conservé de l'importance, à partir du XI<sup>ème</sup> siècle, ...* » (MCTC, 2009). Pourtant, sa situation géographique n'est pas de prime abord un atout. En effet, Loropéni est une bourgade située à 40 km à l'ouest de Gaoua auquel il est relié par la route nationale N°11 non encore bitumée, d'une part et, il est situé à plus de 400 km de la capitale, d'autre part. En devenant un site d'attrait touristique majeur, les ruines de Loropéni ont fait écran à celles de Gaoua qui furent pourtant les premières à être identifiées et à faire l'objet du premier article sur le sujet. Gaoua est également le plus grand centre urbain de la région du Sud-Ouest dont il est le Chef-lieu, donc offrant des conditions optimales de mise en tourisme d'un site archéologique. Enfin, bien que d'autres sites soient plus importants par leur superficie tels que Korigo qui abrite le palais royal d'Obiré et ayant pour mesures 114/120 m, Kongonyo 130/128 m et Nyogthan 122/130 m, ils sont déclassés au profit des ruines de Loropéni, car ayant des murs moins bien conservés en élévation (Farma, 2014) (Figure 3). La fixation sur l'unique édifice a eu comme conséquence sa déconnection du contexte global auquel il appartient aussi bien dans son approche scientifique que dans l'imaginaire collectif.

La monumentalité n'a pas seulement attiré les regards, elle a aussi influencé les interprétations sur les ruines en pierres, notamment en les rapportant à des objets de prestige.

## 2.2. RAPPORT AU PRESTIGE : OR, ESCLAVAGE, COMMERCE

Comme évoqué ci-dessus, la monumentalité des ruines en pierres n'a pas seulement attiré les regards, elle a aussi impacté leurs interprétations. En effet, ces vestiges ont été associés à des objets ou des faits importants tel que l'or, le commerce à longue distance ou encore l'esclavage. L'association des ruines en pierres à l'activité aurifère fut la première à être évoquée, probablement pour des raisons liées aux débats dominants du moment (Delafosse, 1902). Comme

mentionné précédemment, les administrateurs coloniaux avaient tous à l'esprit le récit de Binger à Kong selon lequel le pays lobi était producteur d'or en quantité et en qualité (Binger, 1892). Cet inconscient collectif des Européens a donc pu favoriser l'association systématique de l'architecture atypique des ruines en pierres à l'activité aurifère. Par ailleurs, l'idée d'un pays lobi inhospitalier qui avait obligé Binger à changer de route pour rallier le « pays mossi » (Binger, 1892), semble avoir été une suite logique qui a milité en faveur de la fonction de forteresse de ces édifices où était stocké le métal précieux.

Si l'interprétation de Delafosse ne s'appuie pas sur des preuves matérielles, elle est bien défendue par ses successeurs qui pensent avoir identifiés les traces de l'activité de l'exploitation ancienne de l'or. En effet, des puits à section circulaire creusés dans la croute latéritique, très répandus dans la région, sont présentés par les populations comme d'anciennes mines d'exploitation d'or. Ces puits seraient antérieurs à l'installation de plusieurs groupes issues des populations actuelles dont les Birifor, les Dagara, les Lobi. Cependant, ils sont discutés entre les populations dites anciennement installées : les Lorhon/Koulango et Kaamba (Labouret, 1931; Père, 2004, 1993; Ruelle, 1905). Ces puits n'ont pas encore fait l'objet d'investigations approfondies, mais une tentative de chronologie relative a déjà été formulée à leur endroit par triangulation à partir de dates connues sur d'anciennes exploitations d'or autour du pays lobi. Il s'agit des exploitations de Poura et de l'Ashanti datées au XV<sup>e</sup> siècle et celle du Baoulé au XV<sup>e</sup> siècle. Ainsi, l'exploitation aurifère du pays lobi est estimée être antérieure au XV<sup>e</sup> siècle (Millogo, 1993).

Outre le rapport à l'or, d'autres produits ou activités non moins prestigieuses ont été avancés pour justifier les fonctions des vestiges de construction en pierres. Il s'agit de la question de l'esclavage et du commerce à longue distance. En effet, selon J. Bertho (1952) repris par M. Guilhem et J. Hébert (1961) et M. Père (Guilhem et Hébert, 1961; Père, 1993), l'enceinte de Loropéni aurait servi de lieu d'enferment des esclaves destinés à la vente ou servant de main d'œuvre servile à l'exploitation aurifère. Outre l'argument sur l'auteur des bâtisseurs de l'édifice que nous développerons dans la section suivante, l'autre argument en faveur du lieu d'enferment d'esclave est associé à la nature des murs d'enceinte, notamment leur hauteur et leur revêtement qui les rendraient infranchissables.



Mauny, qui s'est intéressé uniquement aux édifices de forme quadrangulaire situe leur développement dans le cadre du commerce à longue distance pour servir d'entrepôts commerciaux afin de les mettre à l'abri des pillards (Mauny, 1961).

Les premières investigations archéologiques menées dans l'enceinte des ruines de Loropéni » dans le cadre de la proposition du site pour son inscription sur la liste du Patrimoine mondial font suite à un renvoi d'un premier dossier qui manquait de données archéologiques. Ce dossier était essentiellement constitué d'une synthèse des hypothèses antérieures. Les fouilles archéologiques n'étaient donc pas une recherche programmée, mais une étude commanditée pour répondre à l'une des recommandations formulées à l'endroit de l'État partie à savoir : « *Approfondir la connaissance des valeurs et de la signification du site par des études et des fouilles ciblées des ruines et de leur espace intérieur, afin d'établir le rôle et la fonction de Loropéni et son association avec le commerce transsaharien et à destination des côtes de l'Afrique de l'Ouest* » (Décision 30 COM 8B.31). L'association des ruines de Loropéni avec le commerce transsaharien et à destination des côtes étant déjà énoncée dans le dossier de proposition pour la liste du Patrimoine mondial, les fouilles archéologiques devraient en apporter les preuves. Ces fouilles ont permis de disposer pour la première fois de datations fiables qui situent l'occupation du site entre le milieu du XIe et le XVIIIe siècle. De nombreux mobiliers archéologiques ont permis de caractériser formellement la fonction d'habitat du site, du moins pour les zones investiguées. Le compartiment sud qui a fourni de nombreux vestiges assimilables aux activités domestiques liées à la cuisine caractérisé par des pots de foyers fut interprété comme la zone réservée aux femmes. En revanche, le compartiment nord où plus outils aratoires et pointes de flèches fut considéré comme l'espace occupé par les hommes (Koté, 2013). Toutefois, aucune preuve matérielle de la présence de l'or n'a été révélée, ni d'indices qui s'apparentent à une fonction défensive (Kiéthéga, 2008; Koté, 2013; Simporé, 2008).

Cependant, l'interprétation des données fait état d'un rapport à l'exploitation et à la commercialisation de métal précieux dont les preuves seraient indirectes, à des puits identifiés à Obiré, à sept kilomètres au nord des ruines de Loropéni, supposés être d'anciens sites d'extraction d'or. Par ailleurs, le cadre chronologique qui correspond à la période de l'essor du commerce

à longue distance en Afrique de l'ouest animé par les Dioula est considéré comme un autre élément de preuve. Ainsi, dans la déclaration des valeurs universelles exceptionnelles développées comme critère d'inscription des ruines de Loropéni sur la liste du Patrimoine mondial de l'UNESCO, on peut lire : « *Loropéni est l'exemple le mieux préservé d'un type d'établissement fortifié dans une vaste région de l'Afrique de l'Ouest, associé à la tradition de l'extraction de l'or, qui semble avoir persisté pendant au moins sept siècles. Étant donné sa taille et sa portée, Loropéni reflète un type de structures assez différent des villes fortifiées de l'actuel Nigeria, ou des villes du haut Niger qui s'épanouissent dans les empires du Ghana, du Mali et Songhaï. Elles peuvent donc être considérées comme un témoignage exceptionnel d'un type d'établissement généré par le commerce de l'or.* » (Critère III de la valeur universelle exceptionnelle des Ruines de Loropéni).

### **3. RECHERCHES DE LA PATERNITÉ DES RUINES EN PIERRES OU LA QUÊTE PERMANENTE D'UN PEUPLE CAPABLE**

L'une des principales problématiques, en plus de celle soulevée par les fonctions des ruines en pierres, portent sur les origines et l'identité de leurs bâtisseurs : « Le point qui m'intriguait surtout était de savoir qui avait construit ces murs maçonnés et régulièrement alignés » (Delafosse, 1913, p. 216). Discutée entre une approche diffusionniste à celle locale, la paternité des ruines en pierres a pour constance la quête permanente de peuple jugé en capacité de réaliser ces édifices.

#### **3.1. ORIGINE ÉTRANGÈRE**

Les arguments en faveur d'une origine étrangère des ruines en pierres se sont appuyés essentiellement sur les aspects architecturaux estimés le plus souvent comme étant trop élaborés pour être l'œuvre de populations locales. Ils sont développés en lien étroit avec les fonctions qui leurs sont attribuées. Cette approche diffusionniste est la première à être abordée avec Delafosse dans une démarche qui s'est voulue analytique des hypothèses plausibles (Delafosse, 1902). Cette analyse a concerné dans un premier temps le témoignage du chef birifor du village qui affirme ignorer les bâtisseurs des ruines en pierres, car ses aïeux fondateurs du village les auraient trouvés

sur place. Dans un second temps, il passa en revue l'architecture de tous les peuples des contrées ouest-africaines dont il avait connaissance, mais ne trouva pas de constructions similaires. Dans sa quête d'un groupe disposant des capacités technique et intellectuelle, dans un troisième temps, il émit alors l'hypothèse d'une origine peulh avant de se raviser du fait de leur nomadisme qui ne nécessite pas de construction de type sédentaire. De même pour les Européens, aucun d'entre eux, notamment les esclavagistes ou marchands portugais n'étaient arrivés aussi loin dans l'hinterland. C'est ainsi qu'il conclut par l'hypothèse d'une origine Égyptienne ou Phénicienne. La raison principale qui justifiait cette hypothèse a été dévoilée une décennie après et serait liée à une : « inaptitude proverbiale » des Noirs à réaliser des lignes droites soit dans leurs constructions, soit dans leurs routes, soit même dans les produits de leur industrie, ce caractère de rectitude dans l'alignement me sembla tout à fait digne d'attention » (Delafosse, 1913). Cependant, l'identification d'autres édifices dans la région l'obligea à abandonner l'hypothèse d'une origine étrangère et pour admettre celle d'une civilisation locale, mais qui aurait disparue (Delafosse, 1913). L'origine étrangère est aussi défendue par Bertho dont l'analyse est basée sur l'unique édifice de Loropéni (Bertho, 1952). En s'appuyant sur les témoignages des riverains du site qui l'attribuent à un peuple à « la peau blanche », l'auteur conclut qu'il s'agirait de négriers Maure. Rappelons que cette interprétation est une suite logique de la fonction de lieu d'enfermement d'esclaves proposée par l'auteur que nous avons développée précédemment. Une autre origine étrangère, mais multiscalaire est défendue par Mauny (Mauny, 1961). Le premier niveau de l'origine étrangère des ruines en pierres concerne l'introduction de la forme quadrangulaire en Afrique subsaharienne. Selon l'auteur, cette morphologie serait d'origine arabo-berbère et fut introduite à travers le commerce transsaharien. Le second niveau concerne la diffusion de cette architecture dans l'arrière-pays des terminus de ce commerce, telle que les régions de savane de l'aire d'occupation des ruines en pierres, aurait été assurée par les marchands dioula interlocuteurs privilégiés et coreligionnaires de ces arabo-berbères. Pour le cas particulier des ruines en pierres, Mauny qui n'a pris en compte que celles de forme quadrangulaire attribue la maîtrise d'ouvrage aux marchands dioula pour en faire des entrepôt de marchandises. Cependant, ils auraient employé de la main d'œuvre locale.

### 3.2. ORIGINE LOCALE

A l'opposé de ces hypothèses d'origines étrangères ont été développées celles locales. A l'entame de cette approche, l'argument d'une origine locale est aussi empreint de jugement de valeur. En effet, si Delafosse s'était appuyé sur les performances architecturales de l'édifice pour lui nier une origine locale, Ruelle s'est fondée sur la supposée contre-performance qu'il a pu constater sur certains édifices, notamment, des portes qu'il juge trop basses et exigües pour être l'œuvre d'Occidentaux (Ruelle, 1905). Il faudra attendre Labouret pour que se développe une analyse basée sur des éléments plus objectifs. En effet, l'auteur entreprit des investigations qui allient recherches historiques, archéologiques et étude des cultures matérielles (Labouret, 1931). Sur le plan historique, ses travaux ont consisté à l'analyse de la mise en place des populations de la région. Des sources qu'il a pu recueillir, il identifia les Koulango comme étant les plus anciennement installés, et par ricochet les bâtisseurs des ruines en pierres. En outre, des investigations archéologiques entreprises sur une des enceintes en pierres ont permis de mettre au jour plusieurs artefacts qui semblent, selon l'auteur corroborer les sources historiques.

Les artefacts se composent de pots entiers et des tessons de poteries, d'objets métalliques zoomorphes en cuivre et en fer (serpentiforme bicéphale et tricéphale, un poisson) ou de pendentif en forme d'entrave d'esclave (tous en cuivre), ainsi que des tiges et pointes de flèches (Labouret, 1931) (Figure 3).

Les comparaisons ethnographiques de ces objets, notamment la poterie et les objets cuivreux, présenteraient des similitudes avec ceux des Lorhon/Koulango. Par ailleurs, de nombreux puits circulaires creusés dans la croûte latéritique, présents à proximité des ruines en pierres, seraient d'origine koulango (Labouret, 1931). Si l'origine locale des ruines en pierres est aussi défendue par Savonnet, il trouva que leur attribution à un peuple, notamment Koulango serait hasardeuse. En effet, selon les sources locales qu'il a pu recueillir à Bouna, capitale du royaume éponyme où les Koulango sont majoritaires, ce peuple ne revendiquerait pas ces sites archéologiques. En outre, leur architecture ne présente aucune similitude avec ceux-ci (Savonnet, 1986). Pourtant, les conclusions de Labouret, continueront de faire autorité. Elles seront reprises notamment par Da Inignibon, respectivement dans son mémoire de Maîtrise et son rapport de

Diplôme d'études approfondies (DEA) (Da, 2000, 1999). Les conclusions de Labouret seront remises en cause par M. Père qui s'approprie les revendications kaan qui attribuent ces constructions à leurs ancêtres. En effet, les Kaamba affirment que ces édifices auraient été bâtis durant leur pérégrination du Ghana vers les terres qu'ils occupent actuellement au sud-ouest du Burkina Faso. Le principal argument avancé par les Kaamba pour revendiquer ces vestiges est leur pouvoir politique centralisé de type royal qui serait le seul à même de mobiliser la main d'œuvre nécessaire à leur réalisation. Pour preuve, certains édifices en pierres sont encore occupés par eux, notamment le palais royal à Obiré et Nyogthan. Par ailleurs, plusieurs édifices sont associés à des épisodes de l'histoire de ce peuple et constituent des lieux de mémoire ou des sites culturels. Une monographie de ces édifices a été dressée par M. Père (Père, 2004).

Dans la quête des présumés peuples à l'origine de ces édifices, les recherches historiques avaient été entreprises en 2008 dans le cadre du dossier de candidature des ruines de Loropéni sur la liste du Patrimoine mondial à travers l'histoire de la mise en place du peuplement. Deux niveaux de peuplement ont ainsi été identifiés dont la période charnière est le XVe siècle. Les peuples du second niveau communément appelé « lobi » dont l'installation est postérieure au XVe siècle reconnaît n'être pas associés à ces vestiges archéologiques. Les peuples composant le premier niveau sont : Kaamba, et Lorhon/Koulango se discutent la paternité de ces vestiges. A l'analyse des données recueillies, il ressort que les Lorhon/Koulango sont les plus anciennement installés. Ces deux peuples seraient issus d'un peuplement souche connu sous le nom de Nabè. Des dissidents Nabè auraient fondé le peuple Lorhon et ces derniers, à la suite de l'invasion Dagomba auraient été baptisé Koulango. Ainsi, les Lorhon/Koulango seraient les plausibles bâtisseurs des ruines en pierres (Gomgnimbou et Ky, 2008).

## CONCLUSION

Le regard rétrospectif sur l'historiographie des « ruines en pierres du pays lobi » de la première publication au début des fouilles archéologiques professionnelles a permis de rendre compte des différentes approches qui ont été développées, d'une part, et d'en déceler les éléments de permanence et de rupture qui ont

émaillés les discussions, d'autre part. Cependant, Maurice Delafosse semblait avoir fixé les principaux axes de la réflexion : la dénomination des vestiges, le cadre ethno-géographique « pays lobi », la/les fonction(s) supposée(s) de ces édifices associées à l'exploitation aurifère et leur attribution à un peuple supposé disposer des capacités techniques et intellectuelles. Il apparaît que la réflexion de chaque auteur fut nourrie par le contexte politique, idéologique et scientifique de son époque.

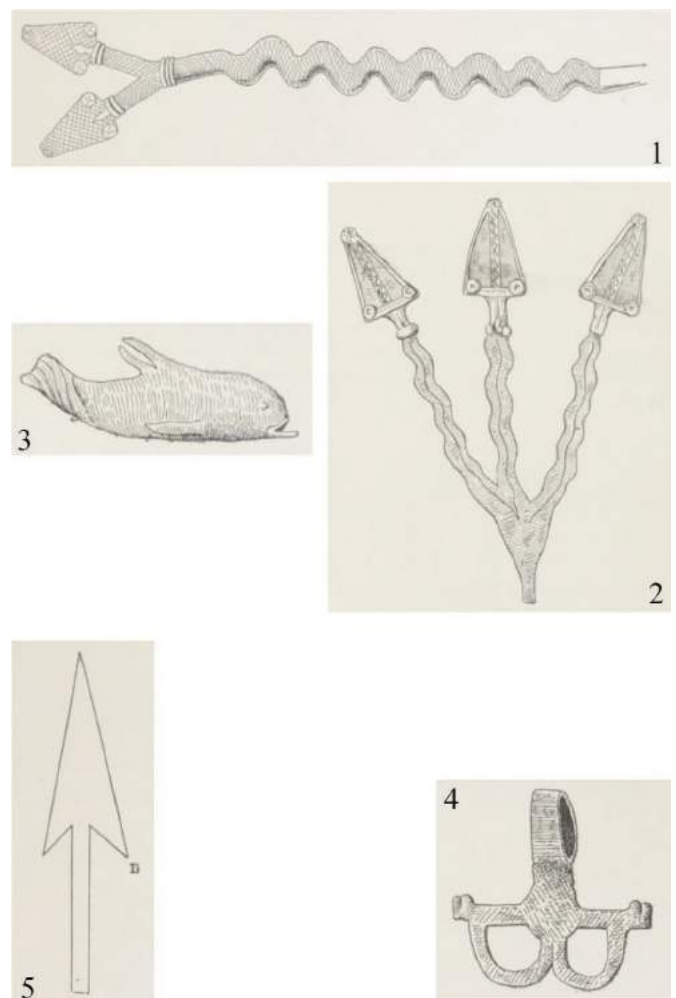


Figure 5: Objets métalliques mis au jour par Labouret (Delafosse, 1913 : 223-225). 1- serpent bicéphale ; 2-trident ; 3-poisson ; 4-pendentif ; 5- pointe de flèche.

## BIBLIOGRAPHIE

Bazié, B. (2016). *La colonisation des Lobi du Burkina Faso par la France : de l'insoumission au changement social, 1897-1960*. Université Ouaga I Pr. Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou.

Bertho, J. (1952). Nouvelles notes sur les ruines en pierre en pays Lobi. *Notes Afr.*, IFAN, pp. 33–34.

Binger, L.-G. (1892). *Du Niger au golfe de Guinée par le pays de Kong et le Mossi*, Imprimerie Lahure. Ed. Paris.

Da, I. (2000). *La question des ruines du Lobiduo, Rapport de DEA*, Université de Ouagadougou, Ouagadougou.

Da, I. (1999). *L'exploitation traditionnelle de l'or dans la région de Gaoua jusqu'à la colonisation (Province du Poni) Burkina Faso*. Mémoire de maîtrise, Université de Ouagadougou, Ouagadougou.

Delafosse, M. (1913). À propos des ruines de constructions en pierres maçonnées existant dans le pays lobi. *Institut Français d'Anthropologie, Tom 1*, pp. 214–227.

Delafosse, M. (1902). Découvertes de grandes ruines à Gaoua, Soudan français, *L'Anthropologie*, 13, pp. 778–781.

Djindjian, F. (2017). *L'archéologie. Théories, méthodes et reconstitutions*. Armand Colin (Ed.) Armand Colin, Paris.

Dory, D. (1984). Entre la découverte et la domination : le Lobi (1800-1960). *Éléments d'histoire de la géographie coloniale, Bull. Assoc. Géographes Fr.* 61, pp. 373–382, <https://doi.org/10.3406/bagf.1984.5500>

Farma, H.H. (2014). *Monographie et approche de mise en valeur des sites et monuments d'Oopiré, capitale du Kāasriga (le royaume kaa d'Obiré) dans la région du Sud-ouest du Burkina Faso*, Mémoire de Master MaCLands, Université Jean Monnet, Saint-Etienne.

Fiéloux, M. (1980). *Les sentiers de la nuit ; les migrations rurales lobi de la Haute-Volta vers la Côte-d'Ivoire*, Travaux et documents Orstom. Ed. Paris.

Gomgnimbou, M., Ky, J.C. (2008). *Rapport des recherches sur les sources orales*. Ouagadougou.

Guilhem, M., Hebert, J. (1961). *Précis d'histoire de la Haute-Volta*, Ligel. Ed. Paris.

Kambou-Ferrand, J.-M. (1993). « Guerre et résistance sous la période coloniale en pays lobi/birifor (Burkina

Faso) au travers de photos d'époque », in Fiéloux Michèle, Lombard Jacques, Kambou-Ferrand Jeanne-Marie (Ed), *Images d'Afrique et Sciences Sociales. Le Pays Lobi, Birifor et Dagara (Burkina Faso, Côte d'Ivoire et Ghana)*, Paris, pp. 75–99.

Kiéthéga, J.-B. (2008). *Rapport définitif (synthèse des recherches complémentaires pour l'inscription des ruines de Loropéni)*, Ouagadougou.

Kiéthéga, J.-B. (1996). *La métallurgie lourde au Burkina-Faso*, Thèse d'Etat, Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris.

Koté, L. (2013). Recherches archéologiques dans le compartiment sud du site des ruines de Loropéni, Nyansa-Pö, *Revue. Afriaine Anthropologie* pp. 87–120.

Labouret, H. (1931). *Les tribus du rameau Lobi*, Institut d'ethnologie, Paris.

Labouret, H. (1920). Le mystère des ruines du Lobi, *Rev. Ethnol. Tradit. Pop.* pp. 177–196.

Mauny, R. (1961). Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Âge d'après les sources écrites, la tradition et l'archéologie (*Mémoire de l'IFAN*). IFAN, Dakar.

MCTC, (2009). *Proposition d'inscription de biens sur la liste du patrimoine mondial : Les ruines de Loropéni*. (Résumé analytique). Ouagadougou.

Millogo, K.A. (1993). « Contribution de l'archéologie à l'histoire du peuplement de la région lobi », in Fiéloux Michèle, Lombard Jacques, Kambou-Ferrand Jeanne-Marie (Ed), *Images d'Afrique et Sciences Sociales*, Les Pays Lobi, Birifor et Dagara, Paris, pp. 31–37.

Père, M. (2004). *Le royaume gan d'Obiré - Introduction à l'histoire et à l'anthropologie*, Burkina Faso, Sepia, Paris.

Père, M., (1993). « Séjour des Lorhon Koulango chez les Gan du Burkina Faso », in *Association découverte du Burkina, Découverte du Burkina*, Tom 2, Paris-Ouagadougou, Sépia-ADDB, pp. 7-71.

Père, M. (1992). Vers la fin du mystère des ruines du Lobi ? *Journal des africanistes*, 62 (1), pp. 79–93, <https://doi.org/10.3406/jafr.1992.2335>

Raymaekers, P. (1996). *Ruines de pierres du pays Lobi ivoirien. Bureau d'études pour un développement harmonisé, Rhode- Saint-Genève*.

Royer, B. (2011). *Le fil d'Ariane du patrimoine. Du musée ethnographique de Gaoua au site UNESCO de Loropéni (Burkina Faso), Géographie et Culture*. pp. 109–125,

<https://doi.org/10.4000/gc.354>

Ruelle, E. (1905). Notes sur les ruines d'habitations en pierres de l'Afrique occidentale française, *Revue de Géographie historique et descriptive*, pp. 446–472.

Savonnet, G. (1986). Le paysan Gan et l'archéologue ou inventaire partiel des ruines de pierres du pays Lobi-Gan (Burkina et Côte d'Ivoire), *Cahiers des Sciences Humaines*, Tom 22, pp. 57–82.

Simporé, L. (2008). *Rapport sur les fouilles archéologiques dans le compartiment nord de Loropéni*, Ouagadougou.

### **Sites web**

Décision 30 COM 8B.31 : <http://whc.unesco.org/fr/decisions/1024> (11 octobre 2023) Critère III de la valeur universelle exceptionnelle des Ruines de Loropéni.



# Traditions orales, pratiques habitantes et espace domestique Kairouanais, Tunisie

HÉLA OUESLATI<sup>A</sup>

<sup>A</sup> Institut supérieur des arts et métiers de Kairouan, Tunisie. Email: [helasaff02@gmail.com](mailto:helasaff02@gmail.com)

Recebido em:

3 de Novembro de 2023

Aceite em:

10 de Dezembro de 2023

Publicado em:

28 de Dezembro de 2023

## RESUMÉ

### Mots clés:

Traditions orales;

Pratiques habitantes;

Mythes;

Espace domestique – Kairouan.

La tradition orale offre un premier niveau de compréhension pour explorer les modes de vie dans l'espace domestique de Kairouan. Dans cet article, notre objectif est de mettre en lumière certains aspects concrets de la conception de l'espace domestique par les habitants de Kairouan en examinant les liens complexes entre les formes sociales, les structures spatiales, et les significations associées aux pratiques et aux comportements qui se déploient à l'intérieur de cet espace. En abordant la tradition orale, en particulier les mythes, comme un outil d'analyse, nous avons l'intention d'examiner la structure de l'espace domestique et de décrypter le sens des pratiques et des comportements qui s'y déroulent. Les pratiques habitantes englobent une variété de comportements, de discours, de gestes et de postures corporelles, dont la récurrence contribue à situer les individus dans le temps et l'espace, façonnant ainsi leurs identités personnelles et collectives. Dans cette étude, nous allons explorer les mécanismes et les pratiques qui influencent l'organisation spatiale au sein de la maison traditionnelle kairouanaise. La connaissance de cette oralité, des pratiques rituelles et de leur préservation, constitue une composante essentielle des savoirs immatériels que les acteurs du patrimoine doivent prendre en compte lors de toute initiative de préservation du patrimoine matériel.

## ABSTRACT

### Key words:

Oral traditions;

Inhabitant practices;

Myths;

Domestic space - Kairouan.

Oral tradition offers a first level of understanding for exploring ways of life in the domestic space of Kairouan. In this article, our aim is to shed light on certain concrete aspects of the conception of domestic space by the inhabitants of Kairouan by examining the complex links between social forms, spatial structures, and the meanings associated with the practices and behaviours that unfold within this space. Using oral tradition, particularly myths, as an analytical tool, we intend to examine the structure of domestic space and decipher the meaning of the practices and behaviours that take place there. Inhabitant practices encompass a variety of behaviours, discourses, gestures and bodily postures, the recurrence of which helps to situate individuals in time and space, thereby shaping their personal and collective identities. In this study, we will explore the mechanisms and practices that influence spatial organisation within the traditional Kairouanese home. Knowledge of this orality, of ritual practices and their preservation, is an essential component of the intangible knowledge that heritage stakeholders must take into account in any initiative to preserve tangible heritage.

## INTRODUCTION

Peu importe la catégorie à laquelle ils appartiennent, qu'il s'agisse de contes populaires, de mythes, de légendes, d'épopées, de fables, de récits de vie, de récits merveilleux, et ainsi de suite, la tradition orale peut être définie comme l'ensemble des récits transmis verbalement d'une génération à l'autre au sein d'une communauté, évoquant ainsi l'héritage culturel et l'imaginaire collectif. Cette définition souligne que la

tradition orale, au sein d'une culture partagée, reflète l'expression de l'imaginaire populaire transmis par voie orale à travers les époques. En d'autres termes, il s'agit d'une création sociale incarnant les croyances et les pratiques culturelles et sociales d'un groupe donné.

Au Maghreb, tout comme dans le reste du monde, l'oralité occupait une place significative, offrant des représentations et remplissant une fonction en accord avec les besoins de préservation d'une organisation sociale propre aux sociétés maghrébines. Le contenu de cette forme de littérature ainsi que son discours ont

toujours servi à aborder les questions fondamentales et structurelles de ces sociétés, notamment en ce qui concerne leur rapport à l'espace, au temps, aux relations avec leurs voisins, ainsi qu'aux dynamiques familiales, incluant les rôles des femmes et des hommes. En outre, cette tradition orale s'étendait également pour englober les interactions plus générales entre les membres de la société.

## 1. HYPOTHÈSES ET MÉTHODES DE TRAVAIL

Commençons par l'hypothèse selon laquelle "toute action de création architecturale découle de choix qui sont eux-mêmes influencés par la structure fondamentale de la pensée, qui se matérialise ensuite dans les formes du modèle sociétal" (Djerbi, 2011, p.86). Il est également important de noter que l'environnement dans lequel évolue l'individu, comprenant à la fois l'environnement naturel, social et culturel, joue un rôle crucial dans la conception de son habitat. Pour mieux comprendre cette dynamique, nous pouvons envisager différentes approches. L'une de ces approches accorde une importance particulière aux considérations environnementales et technologiques pour expliquer les variations dans la conception des maisons. Une autre approche considère la maison comme un élément actif, à la fois façonné par et façonnant les systèmes de production et de reproduction culturelle (Rapoport, 2001, p. 34). Enfin, les approches ethnographiques établissent des liens entre les formes architecturales et l'organisation sociale, mettant l'accent sur la fonctionnalité de la maison. Cette recherche a pour objectif d'explorer les dynamiques et les pratiques sociales qui influent sur l'arrangement spatial des maisons traditionnelles à Kairouan, en se concentrant particulièrement sur la Médina, le noyau central intra-muros qui englobe l'espace urbain à l'intérieur des remparts qui entourent la Médina sur environ quatre kilomètres et encerclent la plupart des quartiers. Cette zone comprend les quatre principales portes donnant accès à la Médina de Kairouan depuis l'extérieur : Bâb Tunis au Nord, Bâb Djelladin au Sud, Bâb Djèdid à l'Ouest et Bâb Koukha à l'Est. Pour mieux cerner notre étude, nous nous concentrerons principalement sur les demeures construites entre le XVe et le XVIIIe siècle, une période marquante de l'architecture Kairouanaise.

Dans son ouvrage intitulé "House form and culture", Amos Rapoport (1969) rejette les explications simplistes basées sur le déterminisme en faveur d'une approche culturelle complexe pour analyser les maisons en tant qu'indicateurs du statut social des individus au sein de leurs communautés. Dans cette optique, cet article abordera les maisons de Kairouan en tant que systèmes de symboles et expressions culturellement partagées. Nous chercherons à examiner les relations profondes entre les formes architecturales et sociales, ainsi que les liens symboliques complexes qui unissent la communauté de Kairouan à ses propres constructions. Comme le souligne, "la maison est un phénomène culturel, sa forme et son aménagement sont fortement influencés par le contexte culturel auquel elle appartient." Par conséquent, notre réflexion s'efforcera d'aborder la tradition orale, en particulier les mythes, en tant qu'outil analytique permettant d'étudier la structure de l'espace domestique, notamment celui de Kairouan. Nous examinerons comment ces mythes influencent les pratiques et les comportements dans l'espace, rythmant la vie des habitants de leur naissance à l'âge adulte.

Notre approche se basera sur une analyse croisée entre deux niveaux pertinents : tout d'abord, une exploration approfondie des récits mythologiques de Kairouan recueillis à partir de multiples sources bibliographiques, puis une collecte de mythes sur le terrain auprès des membres plus âgés de la population locale, qui préservent encore ce type de littérature en voie de disparition. Nous analyserons la correspondance de chacun de ces mythes avec les pratiques dans chaque espace habité afin de mieux comprendre la structure et l'agencement de l'espace domestique de Kairouan dans son ensemble (Fig.1). Dans ce contexte, l'espace domestique devient un moyen d'exprimer une certaine image de ses occupants. C'est à l'intérieur de cet espace que l'habitant démontre sa capacité à attribuer des significations à partir d'une structure spatiale minimale, qu'il investit mentalement en lui conférant des significations, et qu'il peut également modifier par son action. La préservation et la compréhension de cette tradition orale font partie des connaissances immatérielles que les défenseurs du patrimoine doivent prendre en compte lors de la conservation du patrimoine matériel.



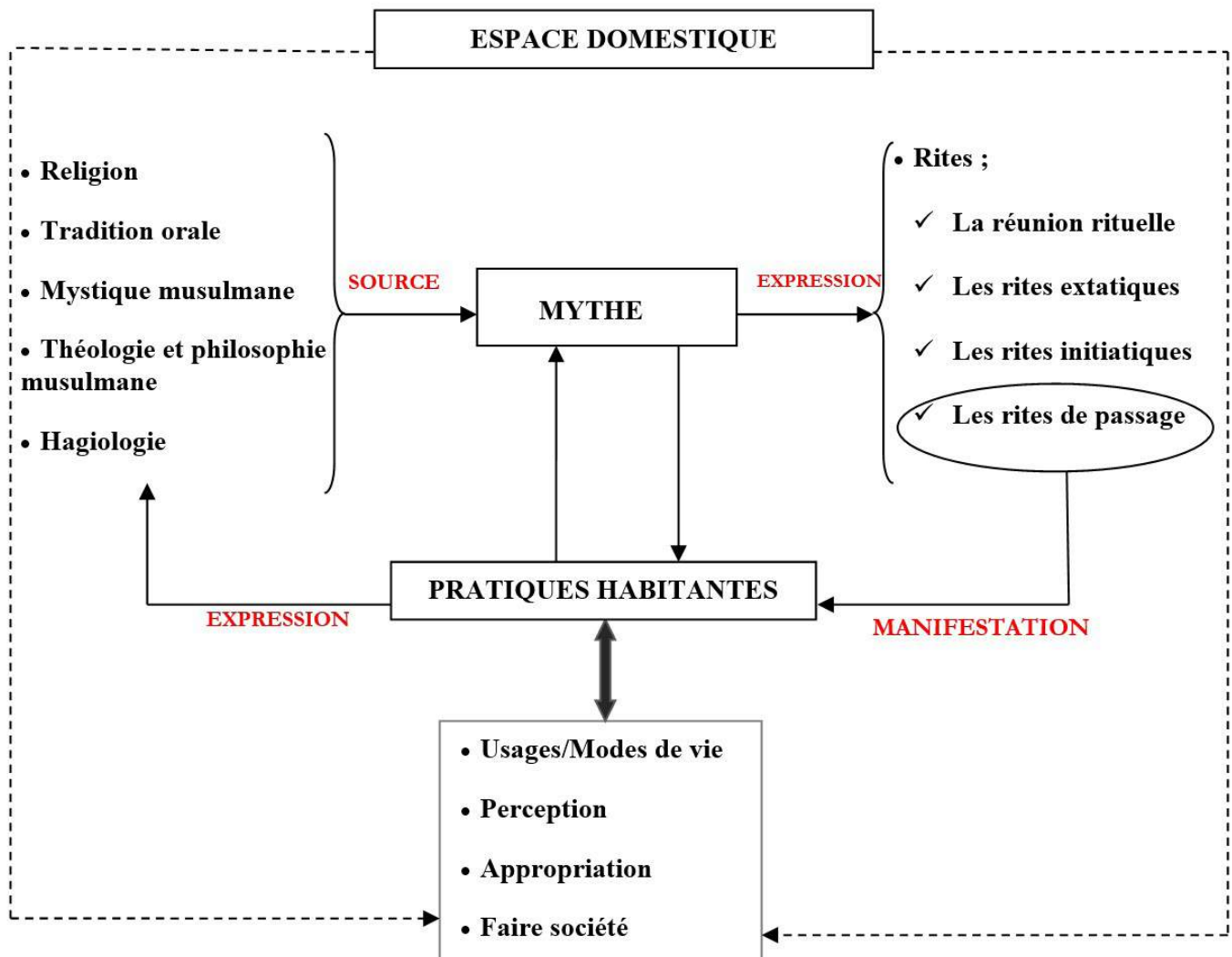


Figure 1 : Source et expression des mythes dans l'espace domestique Kairouanais. Source : Illustration de l'auteur.

## 2. MYTHES ET RITES DE PASSAGES DANS LE VÉCUE DES KAIROUANAIS

Dans la terminologie des anthropologues, le "mythe" est généralement défini comme une narration brute, souvent associée à des rituels, et il diffère de la "légende". Le mythe est considéré comme représentatif de l'éternel, bien que cela n'exclue pas qu'il puisse être situé dans le temps et dans l'espace (Mauss, 1947, pp. 202-203). Une exploration approfondie de la culture orale à Kairouan révélera probablement que le mythe est le moyen privilégié d'exprimer l'identité culturelle de la communauté kairouanaise.

Dans ce contexte, ces mythes peuvent être considérés comme un véritable trésor, un corpus de connaissances enraciné dans le tissu culturel, fournissant des

informations sur les origines identitaires, parfois en glissant subtilement de l'histoire au merveilleux. Après l'islamisation du Maghreb, l'influence de l'imaginaire populaire pré-islamique a persisté à Kairouan. Ces éléments se manifestent dans les rites, les célébrations agricoles, le culte des saints, et dans la notion de "baraka" (Faure, 1991, p.1336). En effet, de nombreuses recherches indiquent que malgré leur conversion à l'islam, les Berbères qui ont peuplé toute la région d'Afrique du Nord ont conservé de nombreuses pratiques païennes (Said, 2006, p.210), certaines étant intégrées à l'islam, tandis que d'autres restent en contradiction avec les préceptes de cette religion. Une analyse approfondie de la littérature traitant de l'oralité à Kairouan révèle un héritage mystique des croyances populaires propres à la ville, partiellement effacé de la mémoire collective au fil du temps. Il

semble même que l'histoire de cette ville soit étayée par d'innombrables mythes, contribuant parfois à sa réputation de cité "sainte".

Commencer par le mythe de sa fondation, où l'histoire de la première capitale de l'islam en Afrique du Nord semble être enveloppée d'une dimension mystique, constituant l'essence même de cette cité "sainte". La plupart des auteurs de l'époque moderne qui ont écrit sur Kairouan reprennent le mythe de sa fondation tel qu'évoqué par Annouwairi (Guérin, 1862, p.327), dont le manuscrit a été traduit dès le XVIII<sup>e</sup> siècle. Selon ce mythe, Uqba ibn Nafi , le fondateur de la ville, a fait face à la présence de bêtes sauvages et de serpents lorsque ses compagnons se sont plaints. Par quelques mots prononcés, il a éloigné ces créatures, montrant ainsi son pouvoir divin.

Ensuite, autour de la grande mosquée, qui demeure le lieu sacré le plus important de la ville, se trouve un autre mythe. Au fil des années, cette mosquée a acquis diverses vertus extraordinaires. Par exemple, près du mihrab, deux colonnes si proches l'une de l'autre qu'elles laissent à peine la place pour qu'un être humain passe entre elles. Selon certains, les Arabes qui réussissent à passer entre ces colonnes sont guéris de leurs rhumatismes, tandis que selon d'autres, ils obtiennent des faveurs plus spirituelles (Maupassant, 1890 , p. 520).

En outre, Kairouan compte un grand nombre de "zawiyas" qui mettent en lumière le mysticisme toujours présent dans la conscience collective des habitants de la ville. Chaque saint est associé à un mythe, une légende, des anecdotes et des "Baraket". Parmi les 55 zaouïas ou "Kobba" de marabouts qui existent à Kairouan, celle du « barbier » ou « sidi Essaheb » ou encore le mausolée de Abou Zama 'a el Balaoui est le plus impressionnant. Sidi Essaheb demeure le saint le plus vénéré des habitants de la ville en raison des trois poils de la barbe du prophète qui sont enterrés avec lui (Aribi, 2023, p.20).

Dans le cadre de cette réflexion, nous nous penchons sur les mythes alimentés par la tradition orale kairouanaise autour de l'espace domestique de Kairouan. Ces mythes sont des manifestations spatialisées, notamment à travers les rites de passage. Il convient de noter que le terme "rite" peut revêtir différentes significations en fonction du contexte, mais il renvoie généralement à des comportements sociaux collectifs (Caseneuve, 2010, p.76). Les rites de passage représentent des cérémonies confrériques

qui facilitent le passage entre les différents niveaux de conscience, permettant ainsi de passer du monde profane au sacré. Ces rituels incluent des gestes, des chants et des danses, s'inspirant à la fois des normes établies et des traditions ancestrales d'ordre magico-religieux.

Pour les Kairouanais, tout comme pour la plupart des Maghrébins (Boughali , 1974, p.14), la vie d'un individu se caractérise par une stratification trilatérale de l'espace, qui se traduit, aux yeux de la communauté locale, par trois niveaux de sacré. Ces niveaux comprennent le sacré invisible, le sacré hagiologique, et enfin, le sacré religieux. Tous ces degrés de sacré se matérialisent concrètement dans les lieux, en particulier à travers les rites de passage associés à chaque espace. Chaque rite de passage est à la fois une expression du passage d'un état spirituel ou social à un autre et une intégration dans ce nouvel état. En fait, la plupart de ces rituels ne prennent leur pleine signification sacrée que lorsqu'ils sont spatialisés.

Le processus commence dès l'entrée dans une maison, où le seuil, en tant qu'espace de transition, est considéré comme porteur d'un potentiel de sacralisation. Souvent, il est perçu comme le siège de forces invisibles qu'il faut apaiser avant d'utiliser l'espace. Le dispositif de seuil comprend des pratiques telles que l'arrosage du seuil avec du sang ou de l'eau purifiée, la suspension de divers objets sacrés aux portes d'entrée, le recouvrement des montants de parfum ou de sang, et surtout le sacrifice d'un animal avant d'occuper une demeure. De plus, il est courant d'appliquer du henné sur la porte ou de tracer une empreinte de main sur les murs de la maison (Fanter, 1994, p.366). Toutes ces actions visent à établir une communication magique entre les occupants de l'espace et les esprits invisibles qui résident dans les lieux, une communication qui perdure aussi longtemps que perdure la trace de henné sur les murs. Le henné revêt une importance rituelle en transformant un espace tabou en un lieu habitable.

Un élément de protection crucial contre le mauvais œil et les forces malveillantes qui se trouvent sur les portes des maisons kairouanaises est le "dakaka", symbole de défense et de protection magique. Il est censé éloigner le mauvais œil, les malédictions et les signes néfastes (Chabbi, 1987 , p.12) (Fig.2) .

Ces rituels, à la fois préventifs et bienveillants, étaient souvent valorisés par la population kairouanaise. Ils représentaient en réalité un accord avec le sacré, notamment les «djinn» gardiens de la maison



Figure 2 : Exemple de quelques mains en fer « dakaka » présentes aux portes de maisons traditionnelles Kairouanaise.  
Source : Photos de l'auteur.

(Westermarck, 1935, pp.75). En conséquence, ces rituels permettaient aux occupants d'entrer de manière harmonieuse dans l'espace domestique profane tout en respectant les entités surnaturelles qui l'habitaient. Ces pratiques rituelles rappellent l'importance et la gravité d'entrer pour la première fois dans un lieu, comme le souligne Pierre Bourdieu (1976).

En effet, à l'arrivée d'un nouveau-né nommé ange ou « malayka » (ةكايالمرل) dans le dialecte Kairouanais, la mère reste confinée dans sa chambre pendant sept jours. Le chiffre sept revêt une grande importance, en accord avec les références musulmanes : Dieu a créé sept cieux, le monde a été créé en six jours, et au septième jour, Dieu s'est établi sur son trône. Pendant ces sept jours, l'espace domestique se referme sur lui-même, interdisant toute visite et tout échange de produits alimentaires avec les voisins. La seule sortie autorisée est celle des brûles parfum (اروخبل), qui sont utilisés quotidiennement pour éloigner le mauvais œil. C'est au septième jour que la mère et l'enfant commencent à élargir leur sphère sociale et à choisir un prénom. Une cérémonie, qui implique généralement le sacrifice de deux moutons pour un garçon et d'un mouton pour une fille, est organisée « el Akika » (ةقبيقعلا).

Pendant cette cérémonie, la mère porte un « burnous » sous lequel elle cache son enfant. Elle parcourt toute la maison, de pièce en pièce, présentant le bébé aux êtres surnaturels qui habitent les lieux. C'est à ce moment-là que l'enfant est considéré comme faisant réellement partie de la famille vivant dans la même maison. La cérémonie se termine par le premier bain du bébé, avec l'application de khôl sur ses yeux, une pratique en accord avec les enseignements du prophète. La mère

ne peut sortir avec son bébé qu'au bout de quarante jours après la naissance. À ce stade, l'enfant accède à un espace plus vaste, la ville, mais cet espace est considéré comme protégé par les saints gardiens de la ville.

Même les fausses couches donnent lieu à des rituels. Les fœtus avortés avant cinq mois sont enterrés dans une pièce de la maison, où ils sont supposés apporter leur « baraka », une qualité occulte qui apporte prospérité, fertilité, succès et abondance. Cette « baraka » est très recherchée.

À l'adolescence, l'espace s'élargit encore. Les parents considèrent alors leur enfant comme faisant partie de la communauté musulmane universelle, et il est appelé à participer activement aux obligations religieuses de l'islam. Les garçons passent par un rite de passage important, la circoncision, qui marque leur intégration dans la communauté des croyants en relation constante avec Dieu. Cette cérémonie implique également un sacrifice sanglant pour élargir l'espace social de l'enfant au-delà du foyer domestique. Habillé en « djeba », « chechia », et « kontra », les mains et les pieds décorés de henné, l'enfant est conduit dans un cortège pour visiter le mausolée de Sidi « Essaheb » et d'autres zaouïas. Cette séquence rituelle, appelée « ziara », comprend des actes de purification, des prières, des offrandes et des sacrifices. Les visiteurs échangent des paroles, des conseils, de l'aide mutuelle et partagent de la nourriture, renforçant ainsi l'efficacité de la « ziara ». La troupe « Isawiya », qui chante et invoque Dieu et les saints patrons de la ville, est une présence spectaculaire et omniprésente dans ce type de cérémonie, sollicitant la bénédiction des saints protecteurs de la ville.

Après cette étape, les garçons sont progressivement éloignés de la sphère domestique. Une pièce leur est attribuée ou spécialement construite pour qu'ils puissent s'isoler. La maison traditionnelle permet aux femmes de vivre leur vie de mère, d'épouse et de femme à l'abri des regards extérieurs et des indiscretions. Cependant, l'accès au sacré religieux soulève la question de la correspondance spatiale, car à ce stade, la notion d'espace devient moins précise. Plus l'individu s'éloigne du foyer, plus la définition de son espace devient floue, en raison de la conception de la communauté musulmane "Umma," qui n'est pas liée à un territoire délimité.

Lorsque la puberté s'installe, les garçons obtiennent davantage de liberté pour explorer le monde au-delà du foyer, tandis que les filles voient leur liberté restreinte et entament une période de confinement qui les attache à l'espace familial jusqu'à leur mariage. Contrairement aux rites de passage progressifs des garçons, qui les conduisent graduellement de l'espace privé vers l'espace public, les femmes confinées chez elles pratiquent d'autres rituels et sacrifices visant à expulser les influences néfastes. La pratique la plus courante est celle de la "nochra," qui, dans l'imaginaire

collectif, est considérée comme une source de bonheur car elle neutralise les forces hostiles de l'univers.

Son principal objectif est médico-magique, visant à guérir les maladies, à lutter contre le mauvais œil, à lever les malédictions ou simplement à assurer la réussite.

La nochra est essentiellement destinée aux occupants invisibles de la maison, souvent désignés comme "Jnouns" ou êtres surnaturels. Fondamentalement, il s'agit d'offrir une victime aux forces surnaturelles, généralement une poule ou un coq présentant des caractéristiques spécifiques (couleur, taille, âge, etc.). Devant l'accès au sous-sol, la résidence éternelle des êtres invisibles de la maison, la victime est sacrifiée, et avec les gouttes de sang qui s'écoulent de la victime, une trajectoire est tracée pour indiquer à ces êtres l'endroit où se déroulera la communion, le plus souvent sous forme d'un repas avec le coq ou la poule déjà sacrifié. En plus du sacrifice sanglant, la nochra est accompagnée d'une troupe de femmes, dont la plupart sont aveugles, appelées les "ذرقف" (foqra), qui, grâce à leurs chants, provoquent des manifestations physiques de transe, telles que des cris, des évanouissements et des danses.

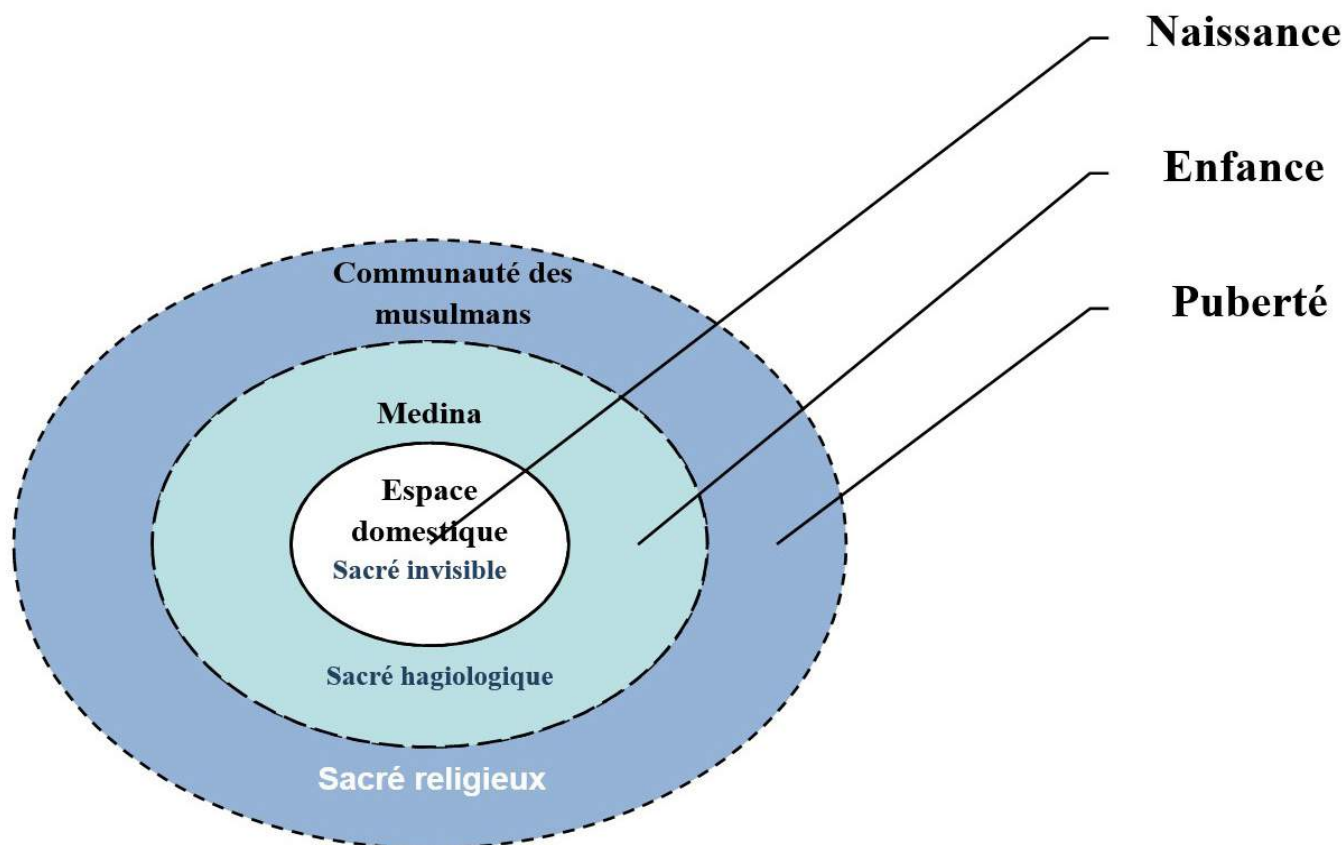


Figure3: Stratification tripartite de l'espace dans l'imaginaire Kairouanais. Source : Illustration de l'auteur.

L'espace domestique kairouanais repose donc sur une approche qui commence par chercher une correspondance entre la création de pratiques rituelles et leur expression dans la disposition spatiale. La capacité à organiser ces espaces conformément à leur modèle culturel et à leurs représentations mentales résulte de la compétence des habitants. La séquence potentielle des pratiques de vie suppose un espace qui est qualifié de manière spécifique, un espace qui accompagne ces pratiques et ces actes tant d'un point de vue typologique, physique que symbolique. Dans ce contexte, l'espace domestique est la manière la plus tangible pour les habitants d'exprimer leur capacité à donner un sens à partir d'une structure spatiale minimale. Ils investissent cet espace, le valorisent mentalement en lui associant des significations, et ont la possibilité de le modifier par leurs actions.

### **3. L'ESPACE DOMESTIQUE KAIROUANAIS; MANIÈRES D'HABITER ET PRATIQUES HABITANTES**

Les pratiques habituelles englobent les comportements, les fréquentations et l'utilisation des espaces, décrivant ainsi comment les occupants se familiarisent avec l'espace et dans quel but conscient ils l'utilisent. La structure de la maison traditionnelle kairouanaise régule les activités quotidiennes en fusionnant diverses logiques, notamment techniques, environnementales, sociales, culturelles et historiques. Elle se présente ainsi comme un phénomène extrêmement complexe, agissant comme un "fait social total." Cette structure a toujours servi de pilier véhiculant des normes, suscitant des comportements, portant des identités et contribuant à la reproduction sociale, comme discuté précédemment. De plus, elle dépasse son rôle de simple transmetteur de signes, ayant également la capacité d'influencer le monde social. Elle peut servir de support à la mémoire, aux émotions et à l'affectivité, comme mis en lumière par Garabuau & Desjeux (2000, p.135). Outre le caractère "sacré" associé à la présence d'êtres invisibles, aux croyances en les "Barakets" des saints et aux convictions religieuses, tels que discutés dans la section précédente, la structure de la maison traditionnelle à Kairouan semble être influencée par les coutumes et les valeurs sociales qui définissent la forme de cet espace domestique. Le principe fondamental qui gouverne l'organisation de l'espace domestique kairouanais est simple : "il ne faut

jamais perdre de vue le respect de l'intimité de la vie familiale et sa préservation face aux perturbations de la vie publique" (Binous, 2002, p. 128).

En effet, les relations entre les propriétaires au sein de l'ensemble résidentiel, appelé "ةمرحلا," sont régies par une seule prescription : "ne pas nuire à son voisin et maintenir en toutes circonstances de bonnes relations de voisinage" (Idem, p. 112). Le propriétaire doit s'abstenir de perturber le "chez soi" de son voisin, en évitant, par exemple, d'installer une porte ou une fenêtre directement en face d'une porte existante, dans le but de préserver l'intimité "ةمرحلا" d'autrui. Cependant, ces conventions ne sont pas perçues comme des contraintes nuisant au bien-être individuel, mais plutôt comme "la manifestation d'un environnement exemplaire qui assure le respect des valeurs consacrées par la tradition" (Idem, p.120). L'intérieur de la maison est donc conçu selon un itinéraire allant de l'extérieur vers l'intérieur, sans jamais suivre une ligne droite. Les différentes composantes ne sont jamais alignées pour préserver l'intimité des occupants, en particulier des femmes. À chaque étape, un changement de direction est nécessaire pour créer une barrière visuelle et forcer un changement de direction. La notion d'intimité "ةمرحلا" dans l'espace domestique revêt une grande importance et ne peut être pleinement réalisée qu'en présence des femmes. C'est pourquoi le mariage marque l'aboutissement de la maison, lui conférant un statut social particulier, principalement associé à la femme. Ce statut est basé sur des valeurs souvent liées à l'honneur familial et aux interdits sociaux. Par conséquent, la grande distance entre l'espace public et l'espace privé, ainsi que le franchissement de plusieurs seuils avant d'accéder au cœur de la vie familiale, mettent en avant le caractère introverti de la maison kairouanaise, comme illustré dans la Figure 4. Cependant, la maison doit simultanément être ouverte à la vie communautaire tout en préservant son caractère familial. Pour concilier ces deux concepts apparemment contradictoires au sein d'une seule habitation, un système d'organisation spatiale est mis en place, guidé par plusieurs logiques successives. Ces étapes sont séparées par des frontières, telles que les jeux de portes en chicane, des rideaux doublant les portes, et les seuils qui annoncent l'entrée dans chaque espace. Cette distinction entre l'espace privé et l'espace public se répercute également à l'intérieur de la maison, où l'espace habité est encore divisé en espace privé/semi-public et espace privé/privé.

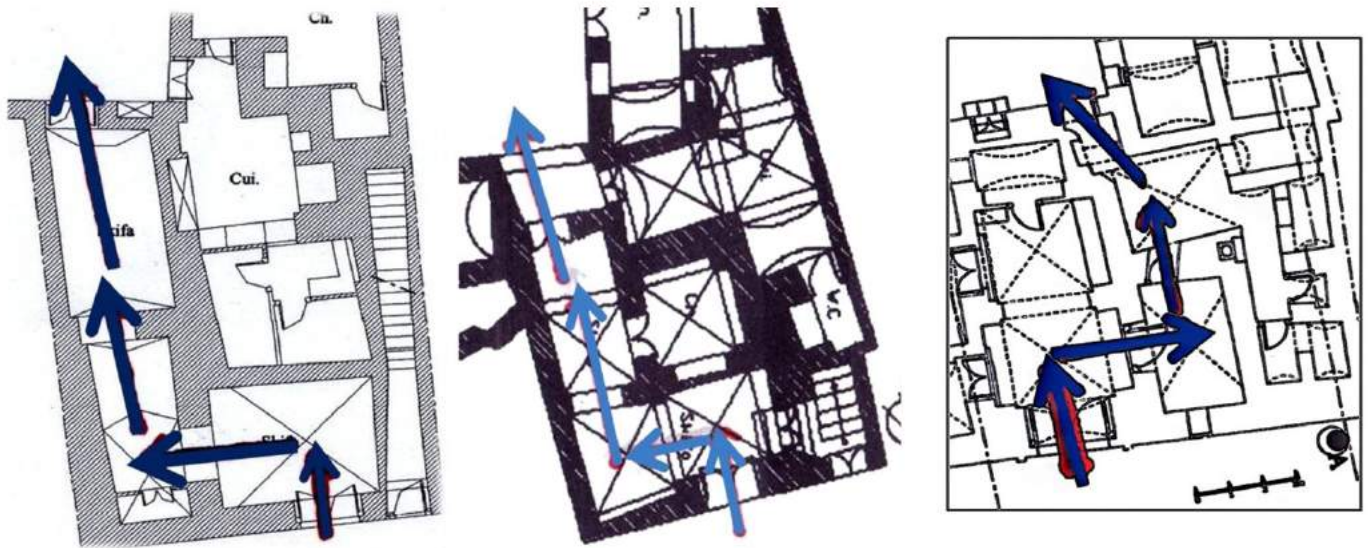


Figure 4: Entrée en chicane de quelques maisons traditionnelles Kairouanaise. Source : Illustration de l'auteur.

Dans cette perspective de séparation entre le privé et le public, la porte d'entrée joue le rôle crucial du premier seuil à franchir, séparant deux mondes clairement opposés : le monde domestique, où la famille évolue, et le monde extérieur, représenté par la rue. Souvent, la porte d'entrée est prolongée par un sas, appelé "ةففيق سلا", où l'on trouve parfois un banc maçonné, "ةنالكد", qui renforce la fonction purificatrice de cet espace. Contrairement à ce que l'on a pu penser, ces sas ne servent pas uniquement à accueillir les invités du propriétaire (Bonnin, 2007, p. 84), mais ils protègent également la sphère plus large de la famille en éliminant tout accès visuel extérieur, même involontaire.

Suivant cette même logique, la salle des invités, "سلا جمرلا", située au plus proche de l'entrée de la maison, est séparée de la zone privée principalement réservée aux femmes (les chambres et la cuisine) par un espace de transition essentiel, à savoir le patio central, "طسو رادللا". Cette cour centrale, dont la taille est proportionnelle à celle de la maison, insiste sur la notion de centralité imposée par le patio. Elle renforce le caractère protecteur de la maison et exerce une influence dominante, non seulement fonctionnelle, mais aussi symbolique et religieuse. Grâce à son ouverture vers le ciel, la maison offre un contact avec la nature et, par conséquent, avec le divin, tout en préservant l'intimité. L'ouverture vers la divinité est également manifeste dans le fait que les espaces

domestiques sont subordonnés aux minarets des mosquées qui les surplombent. Ainsi, la référence à l'absence de ce qui est présent (le public, les passants) et à la présence de ce qui est absent (Dieu) suggère que cette alternance n'est pas simplement physique mais revêt également une dimension symbolique et spirituelle. Lorsque la maison s'ouvre sur l'extérieur, elle laisse entrer le public et le quotidien. En revanche, lorsque la fermeture s'instaure, la maison se préserve, créant un espace intime en lien avec le divin, représenté par l'idée de Dieu.

En ce qui concerne les espaces de service, ainsi que les lieux de stockage et de réserve des biens de consommation, ils représentent incontestablement les espaces réservés aux femmes par excellence. Les silos, en particulier, occupent une part significative de la superficie totale de l'habitat, car l'approvisionnement et le stockage (ةب يزللا, يرهلا, تيب ةنوملا) ont depuis longtemps été un aspect central de la vie quotidienne des Kairouanais. À l'époque, ils vivaient retranchés à l'intérieur des remparts de la ville, confrontés à des périodes de famine, de pénurie et de pauvreté (Idem). Les espaces de service (راد مردخلا, ةلاونلا, قانرفلا) sont généralement situés sur les côtés périphériques de la maison afin de préserver l'intimité des femmes. Dans certaines demeures, on trouve même des espaces de service qui constituent des unités indépendantes (Fig.5).

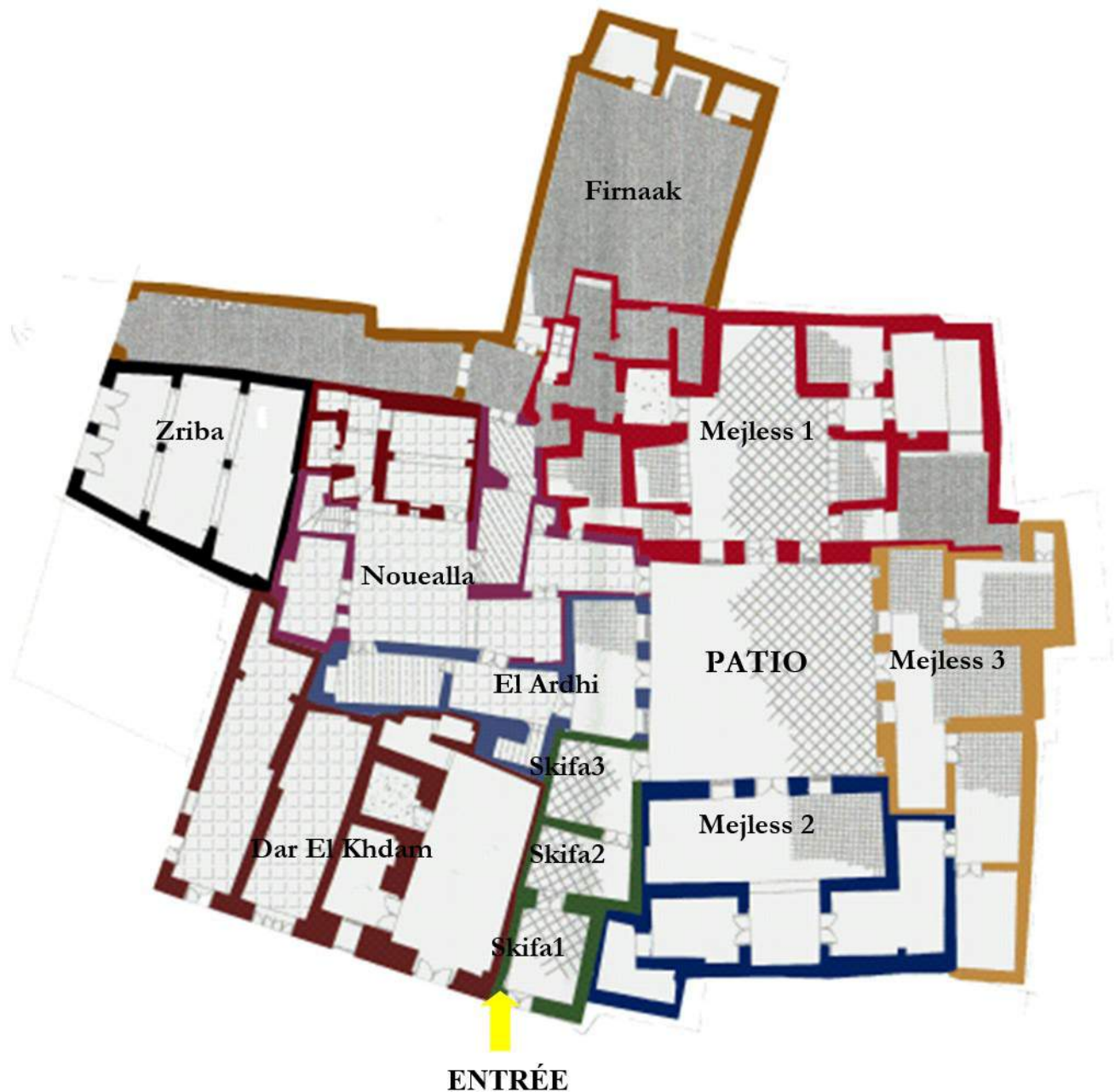


Figure 5 : Structure spatiale de DAR MRABET maison traditionnelle Kairouanaise. Source : Plan de l'auteur.

De plus, à l'instar de toutes les maisons traditionnelles en Tunisie, la maison traditionnelle Kairouanaise est souvent partagée par plusieurs cellules familiales, chacune étant protégée des regards indiscrets des autres par différents dispositifs : un rideau devant la porte d'entrée ou un accès indépendant abrité des regards indiscrets, tel qu'un escalier fermé permettant d'accéder à une unité située à l'étage sans traverser l'espace des autres. Les couples qui occupent les chambres, appelées "تويب ليا", évitent de se retrouver tous ensemble dans le même espace. Chaque homme fait en sorte de ne pas croiser le regard d'une femme

qui n'est pas la sienne. Les hommes de la maison n'entrent pas à l'improviste ; ils annoncent leur arrivée et attendent un moment dans la Skifa avant de pénétrer dans la cour. Ils peuvent même y prendre du repos, surtout lorsqu'ils sont accompagnés d'un invité, le temps que le chemin soit dégagé (Bourdieu, 1970, p.380). Cependant, une présence prolongée du mari dans l'espace domestique peut être source de gêne pour les femmes, car elles perdent une partie de leur liberté (Moutia, 2014, p.445). En effet, l'homme est responsable financier de cet espace, tandis que la femme est responsable de son bon fonctionnement.

La relation entre le domaine féminin et le domaine masculin, entre la maison et l'extérieur, peut être résumée par l'analyse de Boughali : "Les femmes qui franchissent le seuil, en sortant, se sentent en sécurité psychologique grâce à la protection éventuelle et efficace que leurs époux peuvent leur assurer en cas de difficulté. Autrement dit, en enjambant le seuil, les femmes se dirigent vers ce que nous pouvons appeler l'espace-protection. Par ce même geste, en sens inverse, les hommes retrouvent l'espace-intimité" (Boughali, 1974, p.21). En outre, la relation à la maison peut révéler les rapports de positionnement et de placement des individus au sein de leur communauté. En tant que telle, la maison sert de médiateur permettant à l'individu à la fois de s'intégrer dans la société et de rendre visible sa place. Les maisons participent ainsi à la construction de la société, bien que ce soit la société qui les ait initialement construites.

D'emblée, la volonté de l'homme de préserver et de protéger sa femme en établissant des limites infranchissables à tout étranger de la famille témoigne de son appropriation de l'espace domestique. Toutes les oppositions présentes dans l'espace domestique Kairouanais, qu'il s'agisse des relations entre homme/femme, intérieur/extérieur, privé/public, espace visible et signe caché, sont régies par des pratiques structurées et structurantes. Elles incarnent l'ordre social et culturel de la société et mettent en lumière les convenances et les intérêts du groupe. L'espace domestique Kairouanais porte ainsi en lui les normes et les valeurs qui ont présidé à sa conception, notamment les règles morales, les structures sociales et familiales. Il convient également de souligner que la dimension pratique et utilitaire de l'espace domestique s'entremêle avec une dimension tout aussi cruciale : l'espace idéal chargé d'émotions et d'affects, objet de représentations. Il peut être interprété comme un élément central de la culture matérielle, capable d'offrir un aperçu profond d'une civilisation dans son ensemble.

## CONCLUSION

La connaissance des traditions orales et des pratiques habituelles peut être mise à profit dans la préservation de l'architecture traditionnelle, en particulier de l'espace domestique. Dans les contextes culturels traditionnels, l'oralité représente une forme d'art créatif qui a divertit et éduqué à travers les époques et

les cultures (Rubie, 1996, p.11). Les récits sont transmis de différentes manières, englobant la communication non verbale et visuelle. Au fil de l'histoire, ces récits ont intégré les arts sous diverses formes, telles que la photographie, la peinture, les cérémonies, les spectacles, et d'autres moyens de communication pour exprimer des faits et susciter des actions, contribuant ainsi à façonner la réalité de la préservation du patrimoine. Fondamentalement, l'oralité vise à explorer les émotions humaines, les valeurs et les croyances (Idem), ces dernières étant les fondements de la préservation de l'architecture traditionnelle.

La préservation de l'espace domestique implique à la fois le public et l'interprète : l'interprète englobe les divers acteurs du patrimoine qui créent l'expérience, tandis que le public perçoit les messages traditionnels liés à la préservation et crée des images mentales personnelles ainsi que des scénarios de préservation adaptés au contexte à partir des mots entendus et des gestes observés. Le public devient ainsi un co-créateur des messages de préservation à transmettre. Les acteurs du patrimoine s'engagent avec leur public en ajustant leurs paroles pour répondre aux auditeurs et au contexte, créant ainsi et recréant des traditions, des scènes et des moments de préservation séculaires. Dans cette optique, l'objectif des concepteurs doit être de donner une âme à l'espace domestique préservé grâce à une architecture narrative. Pour transformer le patrimoine oral en une structure monumentale, le concepteur doit engager des discussions approfondies avec les communautés locales, examiner la documentation disponible, vérifier le contenu et rechercher toute preuve matérielle ou structurelle disponible en vue d'une expression plus authentique. Cette architecture émotionnelle, expérientielle et narrative vise à concrétiser le patrimoine oral, et ainsi, l'architecture peut jouer un rôle essentiel dans la revitalisation du patrimoine oral et vice versa.

Récemment, en Afrique, la préservation des bâtiments traditionnels par des méthodes traditionnelles a été reconnue, et les institutions internationales du patrimoine ont pris conscience de l'importance des propriétaires traditionnels et des communautés locales (Joffroy, 2005). De nombreux sites sont préservés grâce à la tradition orale, qui inclut des valeurs spirituelles et des pratiques techniques (Africa, 2009). Les valeurs spirituelles reflètent les croyances et les normes utilisées pour protéger cet héritage, tandis que les pratiques techniques sont influencées par les valeurs



culturelles propres à des sites spécifiques. Souvent, les pratiques de préservation traditionnelles sont associées à des événements particuliers qui renforcent la cohésion sociale au sein d'une communauté, contribuant ainsi à structurer les identités individuelles et collectives.

## BIBLIOGRAPHIE

- Aribi, A. (2023). Mohamed ben Khouja mouarikh WA Rahala. Éditions Markiz watani Litiss
- Binous, J. (2002). Houses of the Medina: Tunis. Éditions Dar Ashraf.
- Bonnin, P. (2007). Architecture, espace pensé, espace vécu. Éditions Recherches.
- Boughali, M. (1974). La représentation de l'espace chez le marocain illettré, Paris.
- Bourdieu, P. (1976). Le sens pratique , dans, actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 2, n°1, février. L'État et les classes sociales
- Caseneuve, J. (2010). Rites, dans Encyclopédia Universalis, version15. Consulté le 13 janvier 2023.URL : <https://www.universalis.fr/auteurs/jean-cazeneuve/>
- Chabbi, H. (1987). Esthétique, Ornementation et croyances. Cahiers des arts et traditions populaires, Revue du centre des arts et traditions populaires numéro IX, Tunis. pp.12-22.
- Djerbi, A. (2011). L'architecture vernaculaire ; pour une approche sémio-anthropologique R.M.R éditions.
- Fanter M-H. (1994). Carthage approche d'une civilisation, Tome 2. Alif éditions.
- Faure, A., Baraka, Encyclopédie berbère [En ligne], 9 | (1991) document B31, mis en ligne le 01 décembre 2012, consulté le 24 mars 2023. URL : <http://journals.openedition.org/encyclopedieberbere/1286>
- Garabuau-moussaoui, I., Desjeux, D. (2000). Objet banal, objet social. Les objets quotidiens comme révélateurs des relations sociales .Paris. L'Harmattan, p.135.
- Guérin, V. (1862). Voyage archéologique dans la régence de Tunis. Paris. Henri Plon éditions. [En ligne] Consulté le 15 mars 2023. URL : <https://www.bibliotheque.nat.tn/KHNU/doc/SYRACUSE/404192>
- Joffroy, T. (2005). Pratiques traditionnelles de conservation en Afrique. ICCROM, études de conservation 2. Rome : ICCROM. [En ligne] le 01 janvier 2017, consulté le 02 mars 2023.URL : [https://www.iccrom.org/sites/default/files/2017-12/pratiquetradition\\_fr.pdf](https://www.iccrom.org/sites/default/files/2017-12/pratiquetradition_fr.pdf)
- Maupassant, G. (1890). La Vie errante. Paris, Paul Ollendorff, Éditeur. [En ligne] La Bibliothèque électronique du Québec, Consulté le 16 février 2023. URL: [https://beq.ebooksgratuits.com/vents/Maupassant\\_La\\_vie\\_errante.pdf](https://beq.ebooksgratuits.com/vents/Maupassant_La_vie_errante.pdf)
- Mauss, M. (1947). Manuel d'Ethnographie. [En ligne] Consulté le 22 janvier 2023 URL:[http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss\\_marcel/manuel\\_ethnographie/manuel\\_ethnographie.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/manuel_ethnographie/manuel_ethnographie.pdf)
- Moutia, T. (2014). Patrimoine institutionnel et patrimoine vivant : le patrimoine habité. [En ligne] Licence open édition, consulté le 31 janvier 2023. URL: <https://books.openedition.org/ifpo/6711?lang=fr>
- Rapoport, A. (2001). Architectural Anthropology or Environment-Behavior Studies. In Architectural Anthropology. Mari-José Amerlinck, ed. Pp. 27-41. Westport, CT: Bergin
- Rapoport, A. (1969). House Form and Culture. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Halland Garvey.
- Rubie, P. (1996). Les éléments de la narration, comments écrire une fiction convaincante. New York, John Weiley.
- Westermarck, E. (1935). Survivances païennes dans la civilisation mahométane. Paris, Payot. [En ligne] Khaldounia électronique, consulté le 20 janvier 2023. URL: [https://www.bibliotheque.nat.tn/KHNU/doc/SYRACUSE/148493/survivances-païennes-dans-la-civilisation-mahometane?\\_lg=en-US](https://www.bibliotheque.nat.tn/KHNU/doc/SYRACUSE/148493/survivances-païennes-dans-la-civilisation-mahometane?_lg=en-US)



# A Shamanic and Totemic analysis on a 12000-Year-Old Shaman Burial from the Southern Levant (Israel)

RUFUS MALIM <sup>A</sup>

<sup>A</sup> PhD Candidate in University of Extremadura (Spain) in a joint programme with the Universities of Cordoba, Huelva and Jaen.

Email: [rmalim01@gmail.com](mailto:rmalim01@gmail.com)

Recebido em:

4 de Outubro de 2023

Aceite em:

18 de Dezembro de 2023

Publicado em:

28 de Dezembro de 2023

---

## ABSTRACT

---

### Palavras-chave:

Shamanism;

Burials;

Totemism;

Traits;

Zoology.

Shamanism in one cultural form or another remains an enigmatic, versatile and heavily debated topic whether in the anthropological or archaeological record. This paper offers a shamanic and totemic interpretive analysis of the 12,000-year-old shaman burial in the Southern Levant discovered by Grosman et al in an effort to offer new ideas and approaches on the potential beliefs and practices of these past peoples. This interpretation is achieved via a more holistic approach by analysing the zoological traits of the animal remains and then by incorporating ethnographic and anthropological data such as the customs, folklore and beliefs of still existent and no longer existent cultures into these interpretations.

---

## RESUMO

---

### Key-words:

Xamanismo;

Enterros;

Totemismo;

Características;

Zoologia.

O xamanismo, numa ou noutra forma cultural, continua a ser um tema enigmático, versátil e muito debatido, quer no registo antropológico quer no arqueológico. Este artigo oferece uma análise interpretativa xamânica e totémica do enterramento de um xamã com 12 000 anos de idade no Levante Meridional descoberto por Grosman et al, num esforço para oferecer novas ideias e abordagens sobre as potenciais crenças e práticas destes povos do passado. Esta interpretação é conseguida através de uma abordagem mais holística, analisando os traços zoológicos dos restos mortais dos animais e incorporando nestas interpretações dados etnográficos e antropológicos, tais como os costumes, o folclore e as crenças de culturas ainda existentes e as inexistentes.

## INTRODUCTION

Shamanism is an ancient practice referred to as archaic by Eliade in his seminal volume on Shamanism (1989), Vitebsky describes it as "*probably the world's oldest form of religion*" and states "*From the stone age to the new age the figure of the Shaman has continued to grip the human imagination*" (Vitebsky, 2000, p. 150). This is echoed by Jean Clottes' interpretation of rock art as being a part of a shamanic performance (Clottes, 2011). Some of the oldest Palaeolithic art (found in Indonesia) dated to around 44,000 BP features therianthrope figures (Aubert *et al.*, 2019, p. 442). Therianthropism, which depicts a combination of the human form with animal forms, can be strongly linked to shamanic activity. It is no surprise, that what is theorized to be a shamanic burial was discovered in the Southern Levant. The individual in question was buried around 12000 BP with a selection of faunal artefacts deriving from different taxa (Grosman *et al.*, 2008).

The author will analyse the paper by Grosman, Munroe and Belfer-Cohen and the subsequent findings using knowledge and evidence from anthropology, archaeology and zoology to examine these findings.

## ANALYSIS

The paper by Grosman et al analyses the archaeological remains of an old women dated from 12,000 BP. She is buried in the way of a Natufian burial located in the Levant. The paper refers to the Natufians as one of the first cultures to properly adopt a sedentary lifestyle (Bar-yosef, 1998; Grosman *et al.*, 2008, p. 1) which played an enormous role in the cultural transformation of the community.

Sedentism marked a distinctive change in human behaviour and saw the introduction of farming behaviour, economics, and associated technologies. This change in behaviour and lifestyle altered religious, ritual, and burial behaviours thus marking a change in

how the Natufians buried their dead (Grosman *et al.*, 2008). This is significant as tombs and burials offer one of the best insights into religious and ritual activity of past societies from an archaeological perspective.

The inhumed individual was a small middle aged 45-year-old disabled woman. The shape of the limestone slab placed over the tomb was triangular in contrast to the oval slabs sealing the other tombs. The burial assemblage was unique as the tomb was oval in shape (in contrast to the triangular slab) with the woman buried in a foetal like position. She was surrounded by the remains of animals from several different taxa. These included the skulls of Martens (*Martes foina*), Tortoise shells (*Testudo graeca*), the remains of a tail from an Auroch (*Bos primigenius*), the remains of the forearm of a wild boar (*Sus scrofa*), the bones of an eagle's wing (*Aquila chrysaetos*), the pelvis of a leopard (*Panthera Pardus*), the foot of a human (sex unknown) and a basalt bowl. The paper by Grosman et al states that, other than the tortoise shells, these remains are uncommon for a Natufian burial, and the panther is particularly rare (Grosman *et al.*, 2008).

Additionally male gazelle horn cores were found in the assemblage which have spiritual and practical uses for the Natufians (Grosman *et al.*, 2008). In light of these findings and the extensive amount of time and effort that went into the preparation and burial processes Grosman et al concluded it was likely the grave of a shaman and a well-respected member of the community (Grosman *et al.*, 2008).

## SHAMANISM & COMPARABLE BURIALS

The term shamanism is derived from the Tungus word Saman, or Shaman. This term comes from the Tungusic peoples of Siberia, and Eliade describes this term as meaning '*technique of ecstasy*' (Eliade, 1989, p. 4). The shaman refers to (an) individual(s) that performs what is sometimes termed as the magico-religious role in a given community. This sometimes incorporates the role of healer, priest, sorcerer, oracle and/or other similar roles in this one person, however the one defining trait of a Shaman is that they will enter into an altered state of consciousness and/or invoke spirits or signs to assist them in their work (Eliade, 1989). There is evidence for the presence of shamanic activity worldwide with this word often used to describe

such people in a vast array of cultural settings despite their differences. From the Tungusic peoples of Siberia to the Aborigines in Australia, the Native American Indians, the Native Peoples of Indonesia as well as many cultures in Africa and many more. This is also applicable to historic societies such as the Natufians in this context.

Shamans are well respected (and sometimes feared) members of the community who are responsible for healing members of that community, and they will often call upon spirits to help them in this task (Eliade, 1989; Clottes, 2016). As part of their work shamans will, on occasion, use what are termed as *power objects* to assist in their work, sometimes these can be interpreted as or associated with animal totems (Krippner, 2002; Winkelmann, 2015). This involves wearing or using animal parts such as a feather or parts of the body for magical purposes (Tracks, 2018), for example the Mbuti sometimes use an antelope horn containing a black paste made from the heart and eye of an antelope to help ensure a successful hunt (Turnbull, 1962, p. 96-97) whilst the Azande will use a poison on chickens to see whether they live or die to elucidate the culprit of a crime and/or witchcraft (Tracks, 2018). This idea of *power objects* extends into plants such as Peyote & the ingredients that go into Ayahuasca which can lead the user into an altered state of consciousness and into the spirit world whilst a practice like Kambo is considered to have other special spiritual properties (Labate & Lima, 2015; Harner, 1972). It is possible that the animal remains found in the Natufian burial may have served similar purposes as power objects to help the shaman carry out specific tasks, perhaps each serving a specific function and representing a unique trait. Alternatively, the burial and the assemblage may have played a unique role in Natufian cosmology specifically for the shaman and what happens after death for that individual. However, the burial assemblage, though unique in itself, bears similarities to some other shamanic burials particularly in relation to animal remains or representations of animals. In Finland at the site of Kuusamo the remains of a body were discovered and at first was believed to be a homicide victim due to three holes in the skull. However, after an initial investigation the remains were found to be much older and the holes in the skull were due to natural taphonomic processes. Further analysis of the remains revealed that great strain had been placed on the skeleton leading to it becoming very

strong, especially upon the vertebral body resulting in the formation of ridges. The individual was estimated to have been around 40 years old at the time of death. The remains are believed to be that of a shaman (or Noaidi of the Sami peoples) due to the burial assemblage that was found with it. This assemblage included the bone of a deer (species unspecified), used for beating a drum with evidence of etchings upon it as well as an orthodox cross, metal birds, metal rings postulated to have been used for divination, an axe head, a belt buckle and a knife. Through the morphological analysis of the pelvis the individual was discovered to have been male and through the analysis of the occlusal wear of the teeth the individual is thought to be around forty years old (Niinimäki *et al.*, 1985; Joy, 2016). Another burial assemblage found in France is attributed to a Shaman called *The Lady of Saint Germain La Riviere* which is estimated to be from the Upper Palaeolithic from around 15780 BP. A bison skull and some reindeer antlers, covered in red ochre, were found near the stone structure whilst a fox mandible, shells, weapons, lithic tools, other animal bones (unspecified), 71 perforated and decorated red deer teeth and a pair of antler daggers were found in this assemblage (Koch & Kirleis, 2019). The interesting artefacts that bear a closer resemblance to Natufian burial would be the findings of the animal remains such as the bison skull, reindeer antlers, fox mandible, the red deer teeth, the antler daggers and the shells as these appear to reflect the importance of animals to the Shaman similar to the previous two burials, though unfortunately the other animal bones remain unspecified. A burial in Mesoamerica at the site of Bats'ub in Belize is also believed to be that of a shaman. The burial assemblage was found in a cave and consisted of a selection of items. The skeleton had undergone natural taphonomic processes particularly from the pelvis up due to the fact it was resting on moist clay, this meant that the pelvis, spinal column and upper limbs had undergone continued decay despite being visible. Despite these difficulties it was substantiated that the individual was male. Organic remains of pine were found (burned and unburnt of *Pinus Caribaea* and *Pinus Patula*), a stool carved from one piece of wood believed to be rosewood (*Dalbergia sp*) was radiocarbon dated to be from around 110 AD (similar stools were dredged up from a cenote at Chichen Itza - one bearing a carving of a zoomorphic serpent head) this is possibly connected to the similar

stools associated with divine kinship and shamanic work. Beads, including fourteen jadeite and four of an unspecified black mineral were found around the interred individuals neck, a large jadeite bead, two unperforated shell disks, four spondylus shell beads and seven ceramic vessels were also identified. One of the ceramic vessels has a unique of zoomorphic design that depicts a birdlike head similar to that of a hummingbird, a snakelike body, a single talon and two wing (of a smoke like or fin like design), protrude from either side of the body whilst supposedly rising from a flaming torch. Other imagery on the vessel depicts the sky, the water and the underworld (where metamorphic, therianthrope & zoomorphic figures play a prominent role in shamanic contexts). Another ceramic vessel, named a 'shoe pot' is shaped somewhat like a turtle carapace but has a human face which fits the description of a therianthrope figure (Prüfer & Dunham, 2009).

In the above shaman burials, there is a continued presence of animals, often of several different taxa found as either organic animal remains, figurines, ceramic vessels, artwork or etched zoomorphic figures. Each of these burials also possess unique objects; the Natufian burial contains a basalt bowl, the Kuusamo burial in Finland contained metal rings, the *Lady of Saint Germain* had two antler daggers and the Bats'ub burial had an assortment of ceramic vessels and a special stool. At least two of these individuals identifiably reached a good age for their time period by the time of death, with two of them (the Natufian woman & the Sami man) suffering from disabilities during life. Due to the burial assemblages, the time and effort gone into assembling some of them and through bioanthropological analysis the healthy age at least two of them obtained we can deduce that they were likely respected and even influential members of their community as well as being 'shamans'. The similarities, though with differences, between the Natufian burial and the other three share similar themes ethnographic data can add to these findings.

## ANIMAL REMAINS, TOTEMS AND INTERPRETATION

To better analyse the Natufian burial and its animal assemblage in the context of shamanism the author shall use ethnographic and anthropological

data. Animals, zoomorphic, therianthropic and metamorphic figures play a vital role in the shamanic practice even though each culture and/or community approaches this differently. The animal remains found in the Natufian burial would, most likely, have had a particular importance and association with the shaman buried there, much like the assemblages found in the other burials. It is probable that each animal (or each specific piece of the remains) had or represented a unique purpose, trait or quality for the shaman. The practice of Totemism, though not always tied to shamanic practice, can give an insight into this interpretation.

Totemism is a socio-cultural practice where people, or certain groups of people in a given society, associate themselves with a given animal/ spirit and its qualities. This animal *Totem* doesn't always need to be strictly "real" such as the case with the mythological thunderbird in indigenous North American contexts. The term is derived from the Ojibwa native American ethnic group which means "He (she) is a relative of mine" (Insoll 2012, p. 1007). This means that the totem shares a special tie of kinship with the individual/ group. However, there are several classifications of totems as noted by A.P. Elkin including individual totems, sex totems, clan totems and others (Elkin, 1964).

Claude Levi Strauss and Emilie Durkheim saw the totems as representing deities and ancestors in animal form creating this bond of kinship and unity as a group as they also wished to emulate certain qualities. The animal totem is forbidden to be consumed normally except for very special occasions by the society/ group. When they do consume it, they do so to absorb the power of the totem (Winkelman, 2015, p. 8).

For the Natufian burial the individual totems are especially important when applying to the shaman. Shamans often use animal spirits in their work which sometimes become a part of the shaman's personal identity by incorporating the spirits qualities into themselves (Winkelman, 2015, p. 8). The similarity to Totemism is that this involves acquiring a specific animal of a specific species with certain traits the shaman needs or wants before incorporating its 'power' and 'traits' into the shaman's skill set and this could be a possible interpretation of the animal assemblage found in the Natufian shamanic burial. There is evidence to suggest that the Natufians may have practiced some form of Totemism or something similar to it due to the findings of zoomorphic figurines such as turtles, gazelles and

a baboon amongst others; these zoomorphic figures were also etched onto sickles (Bar-yosef, 1998, p. 166).

This interpretation could suggest that each animal possessed specific traits that the Shaman incorporated into her personality for her work. I will offer an interpretation on each animal in both Zoological contexts and Ethnographic interpretations (similar to totemic interpretations and indigenous mythology, belief and spirituality) to build up an image of the shamanic importance & traits of such animals:

### MARTENS

(*Martes foina*) The burial assemblage features two Marten Skulls from the taxa *Mammalia* known as *Martes Foina*, or as the Beech Marten or Stone Marten. The Beech Marten comes from the family of *Mustelidae* which are carnivorous mammals of varying sizes (though relatively small) including Martens, weasels, otters, wolverines, badgers, etc. The Beech Marten has an elongated body with small hind legs, a small head and a smaller snout than the Pine Marten. Due to its cranial morphology the Beech Martens teeth are positioned to maximise biting power to kill its prey and it has non retractable claws. It has a waterproof layer of fur and relies on its sense of smell to hunt. Due to its small body size, it can chase prey down burrows, holes and into small places. The Beech Marten is also predominantly active at twilight and nocturnal periods. It saw greater prevalence in the near east. It is a specialized hunter capable at climbing and swimming. It is adept at hunting and consuming rodents or other small animals though will also eat fruits, berries and plants if necessary. It may attack the nests of small birds killing parents and the fledglings. The marten lives a solitary life and it will force copulation with a female Marten during mating season guaranteeing a successful fertilization (Loy, Spinosi & Carlini, 2004; Bruce, McGhee, Vangelova, & Vogt, 2004; Heptner & Naumov, 1967).

From the zoological description and applying a totemic interpretation, the shaman would be interested in this creature for its small size and its ability to go down holes (as entering caves or going down passageways into the otherworld/ spirit world often entails this process in altered states of consciousness (Eliade, 1989; Harner, 1972). The creature is also nocturnal, a predator and solitary, capable of quietly infiltrating areas at its

discretion as well as being able to traverse different types of terrain to achieve this goal. Such qualities and traits would be useful to a shaman to move through areas quietly and strike when necessary, in conflict situations. Given that it was the head that was found it could be surmised that its intelligence, nocturnal behaviour and eyesight might have been the key traits of interest.

From ethnographic contexts the Marten features in North American contexts and in Micmac folklore where the Marten is associated with an elderly woman and subsequently trickery, intelligence, viscosness, and its overall capability (Parsons, 1925). The Marten (or the skins of Martens) also features in Ob-Ugrian folklore as the nest for the divine bear and its origin, the bear being referred to as 'the old one of the forest' and as being almost exclusively female (Cushing, 1977). Parts of Martens were used in medicine bags in some north American contexts (Watson, 2020, p. 64). Interestingly a bag filled with an assortment of bones are mentioned in Micmac folklore referred to as a Chibeshkam often containing a horn that had magical applications utilized by a 'witch' (Parsons, 1925, p. 60 & 63). In Greece a Martens tail that hangs by the central mirror in a car is said to ward off the evil eye (Lykiardopoulos, 1981, p. 226). In European contexts the focus shifts away from Martens and towards Ferrets/Weasels which are a similar animal of the same family of Mustilidae to Martens. Such similarity and associations are echoed by Hutchinson in his 1966 article where he uses Weasel as a generic term to mean stout, marten, polecat and ferret (Hutchinson, 1966, p. 222). In ancient Greece weasels were seen as a symbol of bad luck or death but the animal was utilized in some medicines (Borthwick, 1968, p. 200-201). Weasels were sometimes viewed as a person or even a form witches could take (Hutchinson, 1966, p. 226), an interesting perspective if applied to the Natufian burial.

## TORTOISE

(*Testudo graeca*) The burial assemblage features around fifty tortoise carapaces from the taxa Reptilia known as *Testudo graeca* or the spur thighed tortoise or Greek Tortoise. These reptiles from the from the order of testudines are found in the Mediterranean and the Near & Middle east. *Testudo graeca* is an herbivore that consumes grasses and herbaceous

plants. Its habitat can feature coastal regions, steppes, woodlands, mountains and even wastelands. It can live beyond 125 years and can lay around 1-7 eggs after mating and more than one clutch can be produced in a season. This allows the species an advantage in survivability due to the quantity of young they can produce in the reproductive cycle. The tortoise shell developed around 220 mya as the gaps between the ribs were fused together with bone creating a strong outer shell which protects the tortoise from predators. They are also considered to be solitary creatures (EOL, N.d; Tortoise & Freshwater Turtle Specialist Group, 1996; Bruce, McGhee, Vangelova, & Vogt, 2004; Grosman, Munro & Belfer-Cohen, 2008).

Interpreting the zoological description into a totemic one we could suggest the shaman would be interested in the traits of the tortoise for its fertility as it is capable of having a large number of offspring and for its longevity. Such traits would be useful to the shaman in healing performances, fertility rites and to assist people to have a long life. Another trait that would be of interest would be the shell as a form of protection from outside forces. The tortoise is also associated with both terrestrial and aquatic environments allowing it to be another good messenger to go from one world to another especially given the importance and sacred aspect of waterbodies in a multitude of cultures.

From ethnographic contexts in many cultures the tortoise is often associated with fertility or creation myths (Patyal, 1995; Rappengluck, 2006) likely due to their ability to lay thousands of eggs. Turtle drums and rattles are used have been used throughout North America (Gillreath-Brown & Peres, 2018) and in Mayan contexts where they are speculated to have been used in rain summoning rituals (Zender, 2005). The Egyptians also held it as sacred but in opposition to the sun god Ra and associated it with darkness and night as well as death to an extent (Budge, 1904, p. 376) whilst in the far east the tortoise is seen as a symbol of the world, the axis mundi and longevity (Rappengluck, 2006; Shiu, & Stokes, 2008, p. 186). In Hinduism Vishnu transforms into a turtle to aid the gods in churning the sea of milk (out of which the elixir of immortality arises) (Rappengluck, 2006). The Zuni also use tortoise shells as rattles (Cunningham, 1990). Given the amount of tortoise shells found in the burial assemblage such cultural interpretations merit considerable interest.

## EAGLE

(*Aquila chrysaetos*) The burial assemblage featured a wing tip of an eagle of the taxa *Avies* known as *Aquila chrysaetos* otherwise known as the Golden Eagle. These Aves are well known throughout history and the world, due to their widespread habitat and for their traits. They are birds of prey and have sharp claws and a hooked beak to help them hunt. Their diet consists of other mammals, birds and carrion. They also possess impeccable eyesight capable of seeing very long distances, much like other birds of prey, and can have a breeding area of around twenty-five thousand acres. *Aquila chrysaetos* will also reuse nests found in both trees and rock faces, of which it can have several. The Golden Eagle is also a diurnal hunter (Bruce, McGhee, Vangelova, & Vogt 2004).

The zoological traits of the eagle can easily be transferred to a totemic and shamanic context. The eagles are of great importance for a shaman with them having long been associated with shamanism and indigenous practices such as in North America. The traits that would interest the shaman would be its ability to fly (especially given it was the wing tip that was found) and its exceptional eyesight allowing it to see the world from a bird's eye view offering perspective on the world around. This could be perhaps interpreted into some form of vision. It is also a predator so its traits of speed and sudden attack would also be attractive traits to the shaman. The eagle occupies a special place in ethnographic contexts as a symbol for the gods or great spirits such as Zeus to the ancient Greeks (Mylonas, 1946) and the Thunderbird to the Ojibwa (McGee, 1898, 178). A symbol of the air, sun and as a divine sign it has been used from Mesopotamia to the Americas (de Souza, 1960, 69-70; Mylonas, 1946). Its useful traits include its long sightedness, endurance, visions, clarity and fearlessness (Balzer, 1996, 306). Eagle feathers are also commonly used as shamanic instruments (Park, 1934; Klapšt'ová et al, 2015), this may be the case at the Natufian assemblage. The Mayans contained a class of warriors known as the eagle warriors invoking its power for warfare, agility, strength and nobility (Hull & Fergus, 2009) whilst the Romans used it in their aquila standards taking on a semi religious role and to signify their military might (Durham, 2013) whilst the Picts likened it to the sun and associated it with the oak tree, in an arguably similar manner to how the Eagle sits at the top of Yggdrasil in Norse mythology (Thomas, 1963, p. 74).

## THE WILD BOAR

(*Sus scrofa*) The Burial assemblage featured a forearm of a Wild boar of the taxa Suidae known as *Sus Scrofa*. The wild boar has an omnivorous diet and use their snout to scavenge for grubs and food sources. They are matriarchal in social behaviour; they have black skin and can be nocturnal in behaviour. They also possess tusks which they can utilize as weapons if needed though this is the case on males as they grow throughout life rather than females which possess smaller tusks. The Wild Boar is the likely ancestor for most domesticated pig species with evidence of domestication from around 12 kya – 13 kya. Their habitat composes of woodland, reed land or tugais and they can be found throughout Eurasia, the Islands of South East Asia, Japan and in parts of Africa. It is mostly unspecialized as a species but is capable of great speed and possesses a large build with the head comprising one third of the body size. When sensing something *Sus Scrofa's* bristles stand on end along its back. The male will develop extra fat along its side for mating season to protect it from injury. A wild boar can approximately be a meter high and one hundred and fifty centimetres long with a strong muscular build at its front. A litter of young *Sus Scrofa* can be as much as two to ten in size. Grown males can be solitary whilst females will protect their young. Predators will actively avoid attacking adult males and focus on hunting piglets and small sows (Nelson, 1998; Heptner & Naumov, 1961; Bruce, McGhee, Vangelova, & Vogt, 2004).

The zoological traits of a Wild Boar useful in totemic contexts for the shaman would likely be its speed, strength and ferocity in its attack and defence especially given it was the forearm that was found. These traits are exceptionally useful for a fighter or warrior shaman and the wild boar was highly revered in Northern Europe as the symbol of the warriors particularly in Britain where the boar was considered sacred. They also feature among the paintings on the pillars of Gobekli Tepe and in cave art such as in Altamira (Mann, 2011). Even in Hindu cosmology the god Vishnu incarnates with the head of a boar as Varaha to save the world from a demon (Macdonell, 1897). It is also possible that the shaman was interested in the wild boar for its fertility and its capability to produce large litters of piglets which again would be useful in practices involving fertility rites.



In ethnographic contexts the wild boar was associated with Egyptian god Seth (Budge, 1904), the Norse goddess Freya in the form of Hildisvini and the Greek goddess Artemis in the form of the Calydonian boar. The wild boar served as a banner for the Celts and symbolised justice, warfare, power, leadership, strength and courage. The Carnyx (the Celtic battle horn) also often bore the figure of the boar's head. The Viking peoples also admired the boar's qualities and saw it as a symbol of wealth, fruitfulness and fertility on top of the aforementioned qualities. In many cultures cornering a boar was a challenge of single combat and the task of many great heroes and kings in epics such as in the Mabinogion and the trials of Hercules (Jones & Jones, 1986; Kirtlan, 1913).

### AUROCHS

(*Bos primigenius*) The Burial Assemblage featured the tail bone of an Aurochs of the taxa *Bovidae* known as *Bos Primigenius*. It is the ancestor of all modern domestic cattle species but supposedly became extinct in 1627. The species were one of the largest post glacial herbivore species in Europe and possessed massive horns and a prevalent place in human mythology, ceremony and rock art. These bovids travelled in herds and the bulls would engage in vicious fights with each other, sometimes to the death. The aurochs had a diet of grasses but would also consume acorns. They are described as very large, strong and powerful and were once hunted as game (Vuure & Vuure, 2005; Bruce, McGhee, Vangelova, & Vogt, 2004).

The zoological traits attractive here in totemic contexts to the shaman might well be the Aurochs power, fertility or perhaps its ability to provide for the community. Given the animal part found was the tail it is difficult to surmise what traits the shaman hoped to gain from this, unless it was simply for having a piece that represented the animal to add to the rest. The bull has long been revered in multiple cultures throughout history and the Aurochs have featured in cave art as well.

In ethnographic contexts cattle have long been providers of food, clothing and leather and are associated with procreation, virility and fertility in many cultures. The Cow was revered by Mesopotamian, Afro-Asiatic and Indian cultures alike as a symbol representing a goddess (Eliade, 1994, 99-100). The

Egyptians worshiped it as a symbol of Hathor (Budge, 1904, 428) and in Ireland there is debate that the goddess Boann (Boand) of the river Boyne may also be a cow (Williams 2016, 28; G. M., 1946, 422). The bull was sacrificed as part of the ritual proceedings known as the Taurobolium (Salerno, 2018). In light of this the Aurochs and its milk and meat would have given sustenance to many communities and would therefore be a symbol of life and wealth. Even in some current (or recent) societies cattle is still a representation of wealth such as the case with the Nuer people (Pritchard, 1940).

### LEOPARD

(*Panthera Pardus*) The Burial Assemblage also featured the pelvis of a Leopard of the taxa *Felidae* known as *Panthera Pardus* or more simply the African Leopard. It is part of the entourage of the big cats giving it its position as a prime predator. It is also a solitary creature and an agile climber. The Leopard also has a varied diet allowing it to become widespread through Africa and into southern Asia. It eats gazelles, rodents, reptiles, fish, some birds as well as some smaller primates. The Leopard can be up to two meters long and one meter high and has blotched fur camouflaging it into the local terrain. The Leopard uses stealth, stalking and speed to catch its prey often trying to pounce on its prey before it can escape. It is a nocturnal creature that hunts at night and rests in a tree or bush during the day sometimes returning to former kills to eat what's left. The Leopard will meet up with others of the opposite sex during mating season. The mothers' bond with the children is quite strong and there is evidence to show she will look after her offspring even after they have left her if they require help (Estes, 1991; Bruce, McGhee, Vangelova, & Vogt 2004).

From the zoological descriptions of the Leopard, we can see a selection of totemic traits the shaman may want to gain, it is nocturnal and so can see in the dark which would be useful in shamanic work in the otherworld, it is predatory and a creature of the night, somewhat similar to the Marten but much bigger. It is powerful and would be exceptionally useful for a warrior shaman especially given the reverence jaguars were shown by the ancient Mayans and indigenous peoples and shamans of South America (Wright, 2016). Such a powerful creature's totemic traits would be ideal for any shaman to possess when conducting shamanic

work especially if it is dangerous. However, given that the part that was found was the pelvis it may have an association with fertility practices (Grosman Munro & Belfer-Cohen, 2008; Wright, 2016).

In ethnographic contexts the leopard is an animal utilized by shamans in initiation ceremonies in Africa often ritually or symbolically killing an individual during a puberty ritual or potentially utilized for conflict purposes (Eliade, 1958). The leopard skin was also used by African chiefs as well as shamans as a symbol of royalty or holy man (Eliade, 1958). In Mesoamerica the jaguar was also associated with obsidian and black stone which was used for divination purposes and if there was no black mirror then they would use dark water or polished surfaces instead (Saunders, 1994; Oliver, 2003; Healy & Blainey, 2011). Interestingly the Natufian Shaman is buried with basalt bowl (Grosman Munro & Belfer-Cohen, 2008), a similar black igneous rock to obsidian, could this possibly have been used for divination? This is also interesting considering the black beads found on the remains of the shaman in Belize, could they have served a similar purpose? In the Yucatan region of south America the people still use obsidian for these purposes (Prufer & Dunham, 2009). The Jaguar was also considered the ruler or associated with the underworld to the Mayan (Oliver, 2003) whereas the Leopard in Africa appears more associated more with wisdom, kingship, knowledge and rebirth (Eliade, 1958; Wilkinson, 2003, p. 166).

The zoological qualities of these animals, if interpreted in this totemic and shamanic way, are ideal for a shaman to possess and incorporate into their character for their shamanic work which are echoed by the values found in ethnographic contexts. Each animal brings unique and essential traits for the shaman's work. Vision from the eagle, Marten and Leopard. Fertility & longevity from the Tortoise, Wild Boar and possibly the Aurochs. Strength and warrior like prowess from the Leopard, Marten, Aurochs, Eagle and Wild Boar. These qualities when interpreted totemically and viewed with ethnographic data concerning these animals would allow the shaman to go to the otherworld well prepared for any kind of encounter and for almost any kind of task. If interpreted in this way these qualities would undoubtedly create the image of a formidable and capable shaman in indigenous Natufian contexts who would have been respected by the community (as the evidence from the burial assemblage suggests) but possibly feared as well (Grosman Munro & Belfer-Cohen, 2008).

## ZOOMORPHIC COMBINATION

Another interpretation that could be substantiated using a slightly different interpretation is that the animal remains could act as the physical representation of a bizarre shamanic metamorphic creature. The metamorphic figure found on the ceramic vessel in Bats'ub in Belize is a similar kind of concept. We also find therianthrope figures in rock art which are a mixture of man and beast such as in San Rock Art today and in the cave paintings in the 40 kya Sulawesi caves (Jolly & Pieter, 2002; Aubert, *et al.*, 2019). In addition to this in ethnographic contexts the shaman may adorn themselves in artefacts and particular animal parts such as feathers, antlers, leathers etc and as part of their performance (Little *et al.*, 2016) these objects would sometimes act as power objects in helping the shaman achieve his or her aim (Winkelman, 2015, p. 8). As depicted in the rock art where therianthrope figures can be seen, the adornments the shaman may wear or use with the intention to traverse the otherworld in altered states of consciousness they sometimes take on the characteristics of certain animals, sometimes several which may be similar to the strange zoomorphic figure found on the ceramic vessel in Belize. The assemblage could show the collective whole of the shamanic creature the Shaman used or was trying to utilize. The description, with some creative interpretation, of such a creature would be that it had the Head of a Marten, the carapace of a tortoise, the legs of a wild boar, the wings of an eagle, the posterior of a leopard and the tail of an Aurochs. Such a shamanic creature would be capable of carrying out all aspects of shamanic work whether that be healing, navigating altered states of consciousness, warfare practices, etc.

## CONCLUSION

Overall, from the analysis and cross analysis of select shamanic burials the Shaman found in the Natufian Burial is somewhat similar with other shamanic burials yet remains unique. The bio anthropological analysis of the skeleton revealed she was disabled but still lived to around forty years old. This, alongside the assemblage shows she was respected and cared for by the wider community. The animal assemblage which can be seen as having shamanic and/or totemic value would possess very useful traits for the shaman to

incorporate into herself for her work. These biological remains are likely symbols or traits of power, long or everlasting life, capable at stealth and destruction as well as fertility and renewal. Each of the creatures carries aspects as found in the zoological record which the shaman and perhaps the people she worked with wished to emulate or incorporate into their being through a form of shamanism or worship. The material and biological remains show a complex system of thought, culture and understanding by the people who left them behind.

## BIBLIOGRAPHY

- Aubert, M., Lebe, R., Oktaviana, A.A. et al. (2019). Earliest hunting scene in prehistoric art. *Nature*, 576, 442–445. <https://doi.org/10.1038/s41586-019-1806-y>
- Balzer, M. M. (1996). Flights of the Sacred: Symbolism and Theory in Siberian Shamanism. *American Anthropologist*, 98 (2), 305–318. <https://doi.org/10.1525/aa.1996.98.2.02a00070>
- Bar-yosef, O. (1998). The Natufian Culture in the Levant. *Evolutionary Anthropology*, 6 (5), 159–177. [https://doi.org/10.1577/1548-8675\(2001\)021<0111:POSBIT>2.0.CO;2](https://doi.org/10.1577/1548-8675(2001)021<0111:POSBIT>2.0.CO;2)
- Borthwick, E. K. (1968). Seeing Weasels: The Superstitious Background of the Empusa Scene in the Frogs. *The Classical Quarterly*, 18(2), 200–206. <http://www.jstor.org/stable/638065>
- Bruce J. McGhee K. Vangelova L. Vogt R. (2004). *The Encyclopaedia of Animals a Complete Visual Guide*. San Francisco. Fog City Press.
- Budge, E., A., W. (1904). *The Gods of the Egyptians or Studied in Egyptian Mythology*. Vol I. London. Methuen & Co.
- Budge, E., A., W. (1904). *The Gods of the Egyptians or Studies in Egyptian Mythology*. Vol II. London. Open Port Publishing Company.
- Cis van Vuure, T. van Vuure. (2005). *Retracing the Aurochs, History, Morphology and Ecology of an Extinct Wild Ox*. Coronet Books Inc.
- Clottes, J. (2011). *What is Palaeolithic Art? Cave Paintings and the Dawn of Human Creativity*. Chicago and London. The University of Chicago Press.
- Coelho De Souza, M. (2014). Descola's Beyond nature and culture, viewed from Central Brazil. HAU: *Journal of Ethnographic Theory*, 4(3), 419–429. <https://doi.org/10.14318/hau4.3.029>
- Cunningham, K. (1990). Folklore and Bureaucracy: Zuni Culture and Anglo-American Definitions. *Western Folklore*, 49 (3), 294. <https://doi.org/10.2307/1499626>
- Cushing, G. F. (1977). The Bear in Ob-Ugrian Folklore. *Folklore*, 88 (2), 146–159. <https://doi.org/10.1080/0015587X.1977.9716066>
- de Souza, J. P. (1960). The Eagle as a Solar Emblem. *Proceedings of the Indian History Congress*, Vol. 23, Part I, pp. 69-75, Indian History Congress.
- Durham, E. (2013). Symbols of power: the Silchester bronze eagle and eagles in Roman Britain. *Archaeological Journal*, 170 (1). pp. 78-105. ISSN 0066-5983 doi: <https://doi.org/10.1080/00665983.2013.11021002>
- Eliade, M. (1958). *Rites and Symbols of Initiation: The Mysteries of Birth and Rebirth*. New York. Harper & Row Publishers.
- Eliade, M. (1994). *Rites and Symbols of Initiation: The Mysteries of Birth and Rebirth*. Putnam. Spring Publications.
- Eliade, M. (1989). *Shamanism: Archaic techniques of ecstasy*, Clays Ltd, St Ives plc. Penguin Arkana.
- Elkin, A. P. (1964). *The Australian Aborigines: How to Understand Them*. 4<sup>th</sup> Edition. Sydney and London. Angus and Robertson Ltd.
- EOL (N.d). *Common Tortoise, Testudo Graeca*. [Online] Available at: <https://eol.org/pages/1055221> [Last accessed: 08/06/2020].
- Estes, R. (1991). *The Behaviour Guide to African Mammals: Including Hoofed Mammals, Carnivores, Primates*. Berkley. University of California Press.
- G. M. (1946). Review of Early Irish History and Mythology, by T. F. O'Rahilly. *Studies: An Irish Quarterly Review*, 35(139), 420–422. <http://www.jstor.org/stable/30100108>.
- Gillreath-Brown, A., & Peres, T. M. (2018). An experimental study of turtle shell rattle production and the implications for archaeofaunal assemblages. *PLoS ONE* (Vol. 13, Issue 8). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0201472>

- Goldenweiser, A. A. (1910). Totemism, an Analytical Study. *The Journal of American Folklore*, 23(88), 179–293. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/534841>
- Grosman, L., Munro, N. D., & Belfer-Cohen, A. (2008). A 12,000-year-old Shaman burial from the southern Levant (Israel). *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 105(46), 17665–17669. <https://doi.org/10.1073/pnas.0806030105>
- Harner M. J. (1972). *Hallucinogens and Shamanism*. London. Oxford University Press
- Healy, P. F., & Blainey, M. G. (2011). Ancient Maya mosaic mirrors: Function, symbolism, and meaning. *Ancient Mesoamerica*, 22(2), 229–244. <https://doi.org/10.1017/S0956536111000241>
- Heptner, V. G. V., & Naumov, N. P. N. (1961). *Mammals of the Soviet Union: Volume 1*. 1–844. Moscow. Vysshaya Shkola Publishers. <https://doi.org/10.2307/1381452>
- Heptner, V., & Naumov, N. (1967). *Mammals of the Soviet Union*. 1–844. Moscow. Vysshaya Shkola Publishers. <https://doi.org/10.2307/1381452>
- Hull, K., Fergus, R. (2009). Eagles in Mesoamerican Thought and Mythology. *Reitaku Review*. Vol. 15, pp. 83-134.
- Hutchinson, R. W. (1966). *The Little Lady. Folklore*, 77(3), 222–227. <https://doi.org/10.1080/0015587X.1966.971705>
- Insoll, T. (2012). Animism and Totemism. *The Oxford Handbook of the Archaeology of Ritual and Religion*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199232444.013.0063>
- Jolly, P. (2002). Therianthropes in San Rock Art. *The South African Archaeological Bulletin*, 57, 85. [10.2307/3888859](https://doi.org/10.2307/3888859).
- Jones, G., & Jones, T. (1986). *The Mabinogion*, Translated by Jones G and Jones T. Guernsey. Everyman's Library.
- Joy, F. (2016). The Sámi Noaidi Grave In Kuusamo and the Significance Of The North-South Orientation. *Journal of Finnish studies* (208-246) (Vol. 19, Issue 1).
- Kirtlan, E., J., B. (1913). *The Story of Beowulf*, Translated into Modern English Prose. London. Thomas Y. Crowell Company Publishers.
- Klapšť'Ová, K., Rajchard, J., & Procházka, J. (2015). Species determination of the feathers on native American warbonnets and other objects from the collections of the national museum - Náprstek Museum. *Annals of the Naprstek Museum*, 36(2), 67–80.
- Koch, J. K., & Kirleis, W. (2019). *Gender Transformations in Prehistoric and Archaic Societies*. Leiden. Sidestone Press.
- Krippner, S. C. (2002). Conflicting perspectives on shamans and shamanism: Points and counterpoints. *American Psychologist*, 57(11), 962–977. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.57.11.962>
- Labate, B. C., & Lima, E. C. de. (2015). Medical Drug or Shamanic Power Plant: The Uses of Kambô in Brazil Remédio ou Planta de Poder: Os Usos do Kambô no Brasil. *Ponto Urbe*, 15(15). <https://doi.org/10.4000/pontourbe.2384>
- Levi-Strauss, C. (1991). *Totemism*. London. Merlin Press.
- Little, A., & Elliott, B. & Conneller, C. & Pomstra, D. & Evans, A. & Fitton, L. & Holland, A. & Davis, R. & Kershaw, R. & O'Connor, S. & O'Connor, T. & Sparrow, T. & Wilson, A. & Jordan, P. & Collins, M. & Colonese, A.C. & Craig, O. & Knight, R. & Lucquin, A. & Milner, N. (2016). Technological Analysis of the World's Earliest Shamanic Costume: A Multi-Scalar, Experimental Study of a Red Deer Headdress from the Early Holocene Site of Star Carr, North Yorkshire, UK. *PLoS One*. 11. e0152136. [10.1371/journal.pone.0152136](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0152136).
- Loy, A., Spinosi, O., & Carlini, R. (2004). Cranial morphology of *Martes foina* and *M. martes* (mammalia, carnivora, mustelidae): The role of size and shape in sexual dimorphism and interspecific differentiation. *Italian Journal of Zoology*, 71(1), 27–34. <https://doi.org/10.1080/11250000409356547>
- Lykiardopoulos, A. (1981). The Evil Eye: Towards an Exhaustive Study. *Folklore*, 92(2), 221–230. <https://doi.org/10.1080/0015587X.1981.9716210>
- Macdonell, A. A. (1897). *Vedic Mythology*. Strasburg. Karl J Trubner.
- Mann C. C. (2011). *The Birth of Religion*. *National Geographic*. [Online] Available at: <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2011/06/gobekitepe/> [Last accessed: 27/10/2021]
- Aubert, M., Lebe, R., Oktaviana, A.A., Tang, M., Burhan, B., Hamrullah, Jusdi, A., Abdullah, Hakim, B., Zhao, J.-x., Geria, I. M., Sulistyarto, P. H., Sardi, R., & Brumm, A. (2019). Earliest Hunting Scene in Prehistoric Rock Art. *Nature*, 576, 442–445. <https://doi.org/10.1038/s41586-019-1806-y>

- McGee, W. J. (1898). Ojibwa Feather Symbolism. *American Anthropologist*. Vol. 11, No. 6, pp. 177-180.
- Mylonas, G. E. (1946). The Eagle of Zeus. *The Classical Journal*, Vol. 41, No. 5, pp. 203-207
- Nelson, S. S. (1998). *Ancestors for the Pigs, Pigs in Prehistory*. Michigan. Museum Applied Science Center for Archaeology.
- Niinimäki, S., Niskanen, M., Chamberlain, A., & Junno, J.-A. (1985). Osteological Analysis of a medieval Shaman Burial from Kuusamo in North-Eastern Finland. University of Oulu, Finland, *Fennoscandia archaeologica* 4(2), 97–100.
- Oliver, G. (2003). *Mockeries and Metamorphoses of an Aztec God Tezcatlipoca, "Lord of the Smoking Mirror"*. USA. University Press of Colorado.
- Park, W. Z. (1934). Paviotso Shamanism. *American Anthropologist*, 36(1), 98–113. <https://doi.org/10.1525/aa.1934.36.1.02a00090>
- Parsons, E. C. (1925). Micmac Folklore. *The Journal of American Folklore*, 38(147), 55–133.
- Patyal, H. C. (1978). Tortoise In the Vedic Mythology and Ritual. *Bulletin of the Deccan College Research Institute*, 38(1/4), 107–115. <http://www.jstor.org/stable/42931056>
- Pedersen, M. A. (2001). Totemism, Animism and North Asian Indigenous Ontologies. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 7(3), 411–427.
- Pritchard, E. E. (1940). *The Nuer: A description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. London. Clarendon Press.
- Prufer, K. M., & Dunham, P. S. (2009). A shaman's burial from an early classic cave in the Maya mountains of Belize, Central America. *World Archaeology*, 41(2), 295–320. <https://doi.org/10.1080/00438240902844236>
- Rappengluck, M. A. (2006). The Whole World put between to Shells: The Cosmic Symbolism of Tortoises and Turtles. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, 4(3), 223–230.
- Salerno, E. (2018). The Taurobolium in Gallia: A Link Between the Center and The Periphery. *Proceedings of the Dutch archaeological and historical society*, volumes xxxvi-xxxvii (2016–2017), XLVIII, 189.
- Saunders, N. J. (1994). Predators of culture: Jaguar symbolism and Mesoamerican elites. *World Archaeology*, 26(1), 104–117. <https://doi.org/10.1080/00438243.1994.9980264>
- Shiu, H., & Stokes, L. (2008). Buddhist Animal Release Practices: Historic, Environmental, Public Health and Economic Concerns. *Contemporary Buddhism*, 9(2), 181–196. <https://doi.org/10.1080/14639940802556529>
- Thomas, C. (1963). The Interpretation of the Pictish Symbols. *Archaeological Journal*, 120(1), 31–97. <https://doi.org/10.1080/00665983.1963.10854237>
- Tortoise & Freshwater Turtle Specialist Group. (1996). Testudo graeca. *The IUCN Red List of Threatened Species 1996*: e.T21646A9305693. <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.1996.RLTS.T21646A9305693.en>.
- Tracks (2018). *The Witchcraft among the Azande (African Warrior tribe documentary)*. [Online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=jwhVFmW7IYA> [Last accessed: 01/06/2020]
- Turnbull, M. C. (1962). *The Forest People*. New York. Simon & Schuster.
- Vitebsky, P. (2000). *Shamanism*. pp. 150–157. [Online] Available at: [http://meissinger.com/uploads/3/4/9/1/34919185/vitebsky\\_shamanism.pdf](http://meissinger.com/uploads/3/4/9/1/34919185/vitebsky_shamanism.pdf) [Last accessed: 27/10/2021]
- Watson, J. E. (2020). Bald eagles and the Thunderbird myth: Birds in pre-contact ceremonialism on Martha's Vineyard, USA. *Quaternary International*, 543(December 2018), 61–70. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2020.03.017>
- Wilkinson, R. H. (2003). *The Complete Gods and Goddesses of the Egyptians*. Singapore. Thames and Hudson.
- Williams, M. (2016). *Ireland's Immortals: A History of the Gods of Irish Myths*. Oxford. Princeton University Press.
- Winkelman, M. (2015). Shamanism as a biogenetic structural paradigm for humans' evolved social psychology. *Psychology of Religion and Spirituality*, 7(4), 267–277. <https://doi.org/10.1037/rel0000034>
- Wright, R. M. (2016). *Lincoln Mysteries of the Jaguar Shamans of the Northwest Amazon*. Nebraska. University of Nebraska Press.
- Zender, M. (2005). Teasing the Turtle from its Shell: AHK and MAHK in Maya Writing. *The PARI Journal* 6, 1–14.



# A ocupação tardo-romana da Lapa Rasteira do Castelejo (Alvados, Porto de Mós)

Recebido em:  
4 de Outubro de 2022  
Aceite em:  
20 de Novembro de 2023  
Publicado em:  
28 de Dezembro de 2023

ANA ROSA CRUZ<sup>A†</sup>, JOSÉ RUIVO<sup>B</sup>, TIAGO TOMÉ<sup>C</sup>, PEDRO VALÉRIO<sup>D</sup>, MARIA FÁTIMA ARAÚJO<sup>D</sup>, VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA<sup>E</sup>

<sup>A</sup> Instituto Politécnico de Tomar - Centro Transdisciplinar das Arqueologias;

<sup>B</sup> Museu Nacional de Conimbriga; Email: [joseruivo@mmconimbriga.dgpc.pt](mailto:joseruivo@mmconimbriga.dgpc.pt)

<sup>C</sup> Universidade Federal de Minas Gerais;

<sup>D</sup> Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares - Instituto Superior Técnico;

<sup>E</sup> Museu Nacional de Conimbriga/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos;

In memoriam Ana Rosa Cruz

## RESUMO

### Palavras-chave:

Antiguidade tardia;

Enterramentos;

Numismática;

Cerâmica;

Gruta.

O artigo apresenta as evidências de uma ocupação da cavidade natural da Lapa Rasteira no séc. V d.C., caracterizada através dos vestígios antropológicos, numismáticos e cerâmicos recuperados em escavação. As datações de radiocarbono e o problema da conservação de algumas moedas de bronze são também discutidos.

São apontadas as características funerárias e de abrigo temporário de que essa ocupação se revestiu.

## ABSTRACT

### Key-words:

Late Antiquity;

Burials;

Numismatics;

Pottery;

Cave.

The article presents evidence of an occupation of the natural cavity of Lapa Rasteira in the 5th century AD, characterised by anthropological, numismatic and ceramic remains recovered during excavation. Radiocarbon dating and the problem of the conservation of some bronze coins are also discussed.

The funerary and temporary shelter characteristics of this occupation are pointed out.

## 1. CONTEXTO GEOGRÁFICO, GEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO

A Lapa Rasteira do Castelejo (CNS 32865) é uma gruta de morfologia cársica, de pequenas dimensões, com duas salas e uma entrada baixa e rasteira, aberta no maciço calcário numa formação geológica apelidada localmente de Castelejo. Este é um afloramento que forma um esporão a partir do planalto de Santo António desenhando um pano de fundo à povoação de Alvados, para quem acede a partir da estrada de Mira de Aire para Porto de Mós, em conjunto com a costa de Alvados correspondente à face este da Serra de Candeeiros, separados pelo vale do Ribeiro da Canada.

Está geograficamente adstrita ao Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, classificado como área protegida desde 1979. Este, abarca o maciço calcário

estremenho incluindo a Serra de Aire, a Serra dos Candeeiros, o planalto de Santo António e o planalto de S. Mamede. Esta rede de cavidades e de outros elementos cársicos embora tenha grande importância e relevância geológica e ambiental possui alguns casos a particularidade de ter também manifesto interesse arqueológico. Este interesse resulta, em casos particulares, na importância da utilização de cavidades, como esta e a Lapa Comprida do Castelejo, enquanto locais de deposição funerária e ritual durante a Pré-História recente até à época islâmica.

O afloramento geológico do Castelejo é de formação do período Batoniano, no Jurássico Médio, de acordo com a Carta Geológica de Portugal, folha nº 27A Vila Nova de Ourém à escala 1:50.000 (Zbyszewski et al., 1974). Segundo os autores corresponde ao afloramento na zona de fraturas de Alvados. E, por análise em sondagem estratigráfica, apresenta uma série de três estratos de calcários. (3 – calcários

cinzentos, gravelosos e oolíticos, formando uma bancada espessa coberta por algumas camadas mais delgadas (5m). Contém *Trocholinidae*, *Textuleriidae* e *Nautiloculinae*. 2 – calcário creme-claro, rijo, com fratura conchoidal e com secções de *Orbitolinidae* do género *kilianina* e algumas *Pseudocyclamina* (15 m). 1 – conjunto calcário de tons claros, sublitográficos e por vezes de tendência pseudo-oolítica ou gravelosa, com fragmentos de polípeiros, equinídeos, gastrópodes e, nos últimos 10 metros ao nível do moinho de Alfavaca, abundantes *Rhynchonella decorata* Schlot. (85 m). Próximo da extremidade existem algumas lapas abaixo das quais passa uma falha de orientação NW/SE que separa aquele afloramento de outro pertencente ao Oxfordiano e às “Camadas de Montejunto” do Jurássico Superior (Zbyszewski et al., 1974).

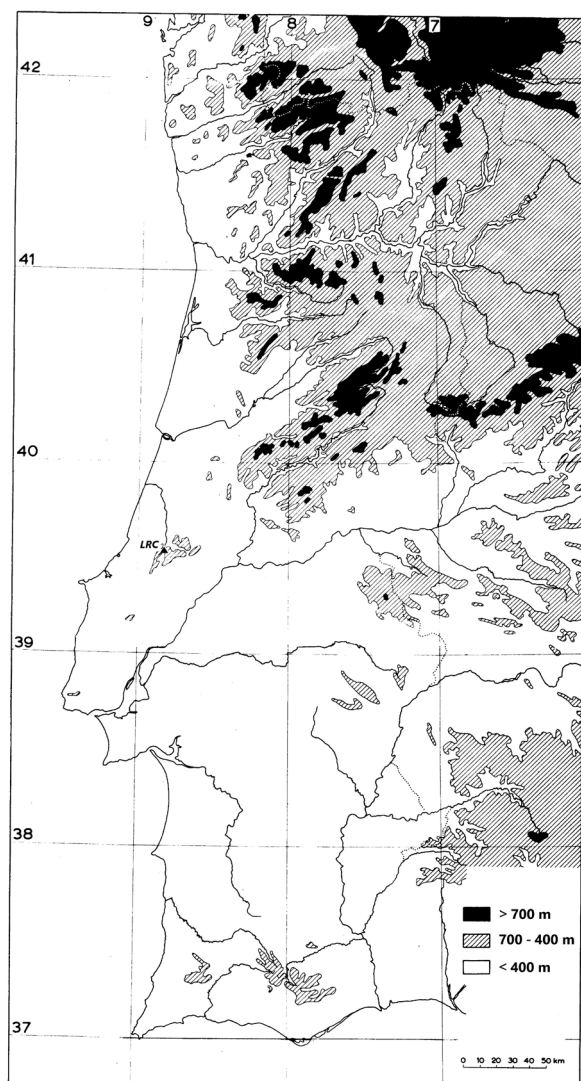


Figura 1: Localização da Lapa Rasteira do Castelejo no território português.

## 2. OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO E MICRO-ESTRATIGRAFIA DA LAPA RASTEIRA DO CASTELEJO

A intervenção arqueológica na Lapa Rasteira iniciou-se em 2009 e aconteceu na sequência de uma deslocação realizada em Outubro de 2008 à Lapa do Covão do Geão (conhecida pela população local de Alvados como Lapa Comprida do Castelejo), ocasião em que foram indicadas à responsável pelo projeto (ARC) outras lapas situadas em terreno pertencente ao mesmo proprietário, que manifestou interesse em as ver estudadas e preservadas. Destas lapas, a Lapa Rasteira manifestava relevância do ponto de vista arqueológico (presença de cerâmica e restos humanos), associada a uma utilização recente do espaço (presença de velas de altar) e vestígios de vandalização intensa. A observação do perfil da cavidade sugeriu a possibilidade de, em simultâneo, salvaguardar o espólio remanescente e proceder à definição de uma estratigrafia que tornasse possível dar início à análise das fases de sedimentação e de ocupação antrópica da cavidade.

O acesso do exterior à Lapa Rasteira é feito por uma abertura que se orienta a Nordeste (figura 2) em corredor de abertura semi-oval com cerca de oito metros de comprimento máximo e largura variável, até um metro de largura máxima.

Nesta gruta foram identificadas duas salas. A sala I alarga-se a partir do corredor numa forma sub-retangular com mais de 6 m de comprimento atingindo, na sua zona mais ampla, perto de 3 m de largura por 4,5 m de altura. A sala tem várias fendas sobretudo na zona de saída do corredor. O acesso à sala II abre-se semi-verticalmente a partir da sala I, a cerca de 3 m da entrada. Esta chaminé sobe a partir do chão na vertical adquirindo, a meio do trajeto, uma inclinação de cerca de 45°; desemboca numa plataforma curta, estreita e horizontal com um patamar na parede oeste que se prolonga para o teto. A plataforma termina em parede vertical com um pequeno nicho escavado até cerca de 1 metro, de onde segue até ao solo da segunda sala, na sua parede norte.

A sala II tem uma planta semi-quadrangular de onde parte uma chaminé a este, colmatada com preenchimento sedimentar, com uma subida com inclinação de mais ou menos 6° a partir da sala e, a oeste, junto à parede norte e à entrada da sala, parte um teto baixo junto ao solo em forma de espigão.



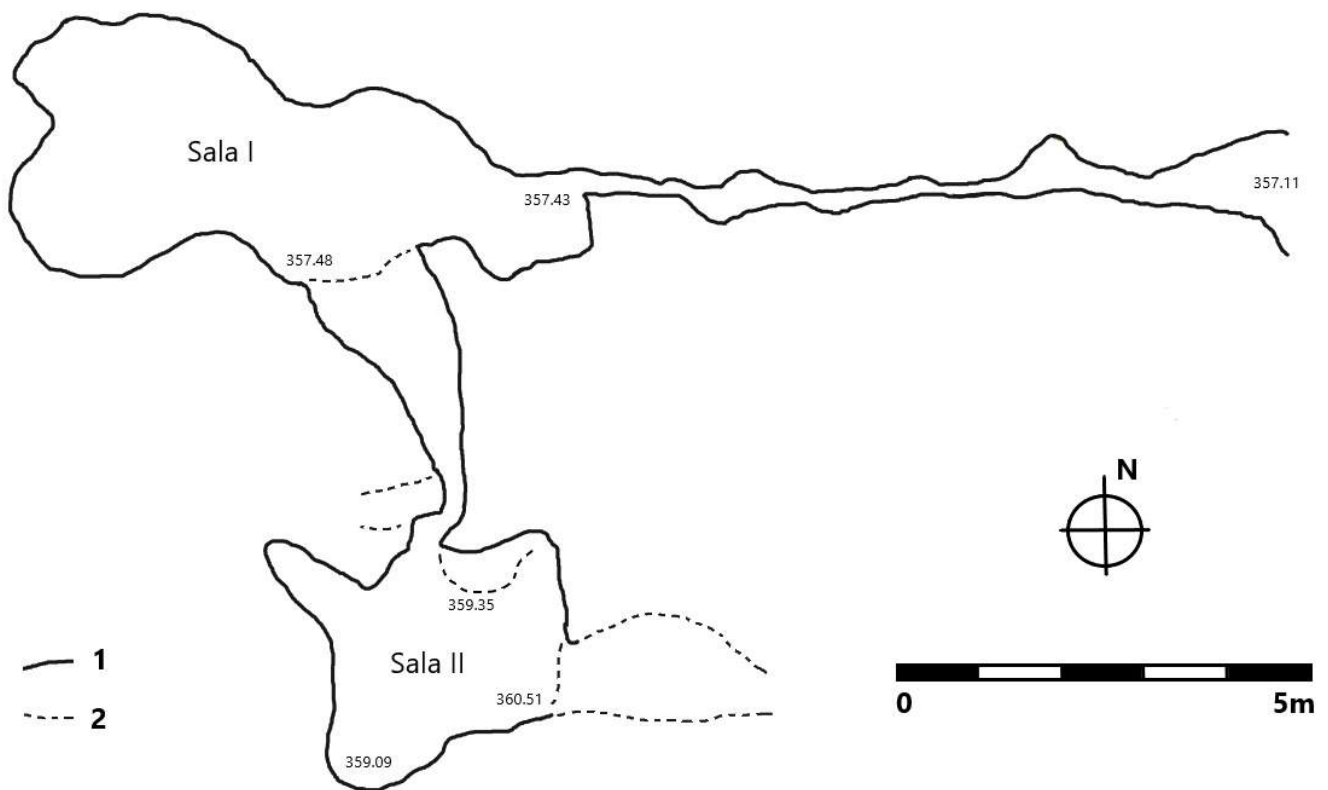


Figura 2: Planta esquemática da Lapa Rasteira do Castelejo. 1 – limites identificados da cavidade; 2 – chaminés e projeções de acidentes relevantes.

O registo do preenchimento sedimentar desta cavidade, cuja escavação se iniciou em 2011 com a abertura da quadrícula IID20, não foi concluído devido a dificuldades logísticas decorrentes da tarefa de escavação. Contudo, procedeu-se à descrição dos níveis artificiais decapados e que constituem uma camada única. O sedimento decapado é argiloso, tem uma cor a olho nu castanho claro com correspondência no código de cores de Cailleux ao S25 e uma textura granulosa solta medianamente húmida. Contem blocos de calcário e pequenos nódulos de estalactites até ao máximo de 15 centímetros aleatoriamente embalados e pequenas raízes, bem como alguns nódulos de carvão. À superfície contém alguns blocos de maiores dimensões soltos, aparentemente fruto de destacamento do teto e/ou de rolamento a partir da chaminé colmatada a este por sedimento onde afloram alguns blocos de grande dimensão.

O lado oeste da quadrícula corresponde à quadrícula IID19 e dada a forma da cavidade e as características do sedimento foi necessário iniciar em 2012 os trabalhos nesta quadrícula de forma a poder prosseguir a

intervenção na cavidade. Esta quadrícula apresentava uma grande quantidade de materiais soltos à superfície num sedimento extremamente pulverulento. Mesmo usando de extremo cuidado, os trabalhos de escavação na quadrícula ao lado poderiam provocar danos como o derrube do corte ou a destruição de elementos ósseos. À superfície continha, tal como junto a toda a parede oeste da cavidade, alguns blocos de maiores dimensões soltos, possivelmente em resultado de destacamento do teto e/ou de rolamento a partir da chaminé.

Nos decorrer dos trabalhos foram recolhidos abundantes restos humanos, disseminados pelo espaço. Amostras desses restos foram submetidas a datação por radiocarbono tendo uma delas indicado uma cronologia pré-histórica (Beta-276993; data convencional: 3410 +/- 40 BP). Outra, de que aqui se tratará, forneceu a data de 1750±40 BP (Beta-276944) a qual calibrada com a curva IntCal20 (Reimer et al., 2020) se obtiveram os seguintes intervalos de tempo: para 1 sigma 245 - 360 cal AD e para 2 sigma 236 - 406 cal AD.

REF. DE LABORATÓRIO	BETA-276994
Idade de radiocarbono convencional	1750±40 BP
Calibração a 1σ (68,4% prob.)	245-265 cal AD (1685-1705 cal BP) 272-350 cal AD (1600-1678 cal BP) 357-360 cal AD (1590-1593 cal BP)
Calibração a 2σ (95,4% prob.)	236-405 cal AD (1710-1610 cal BP)

Tabela 1: Resultados da datação por radiocarbono.

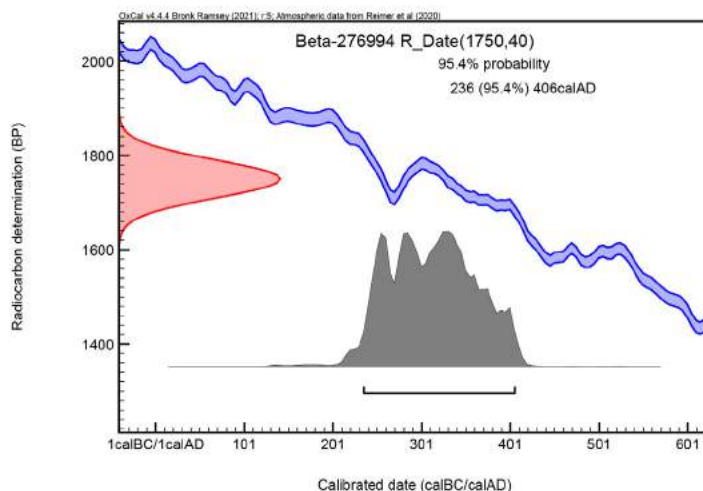


Figura 3: Calibração da datação por radiocarbono (segundo Reimer et al., 2020 em conjunto com Stuiver e Reimer, 1993).

Associados a este espólio foram recolhidas diversas peças e fragmentos metálicos (anel, argola e tachas em ferro, fivela e argola em bronze, ...) que possivelmente fariam parte da indumentária, calçado e outro equipamento de um indivíduo, assim como 11 moedas, provavelmente em bronze, e duas em ouro. A escavação forneceu escasso material cerâmico, maioritariamente informe, à exceção de um fragmento de recipiente com arranque de asa.

Considerando que a escavação desta sala não pode ser concluída devido a um diferendo com o proprietário do terreno, parece-nos evidente que não foi recolhida a totalidade do espólio inicialmente presente.

### 3. ESTUDO DOS MATERIAIS

#### 3.1. RESTOS ANTROPOLÓGICOS DA SALA II

Após a realização de duas campanhas de escavação na Sala I da Lapa Rasteira do Castelejo, foi possível identificar um contexto sedimentar com importantes perturbações pós-deposicionais (Graça, 2009-2010; 2010-2011), bem como proceder à recolha de uma numerosa amostra osteológica humana, já previamente analisada (Tomé, 2009-2010; 2010-2011).

Uma vez que durante as campanhas anteriores tinham sido observados alguns ossos humanos à superfície da Sala II, considerou-se oportuno na campanha de 2011 proceder à caracterização desse segundo espaço desta cavidade cársica. Para o efeito, realizou-se uma pequena sondagem na Sala II, que revelou uma importante concentração de restos osteológicos humanos.

O inventário desta sub-amostra corresponde, até ao momento, a 226 registos em base de dados, dos quais 180 correspondem a fragmentos ósseos e 46 a restos dentários. Somados estes valores aos totais existentes para a Sala 1 da Lapa Rasteira do Castelejo, dispomos para já de uma amostra osteológica humana total composta por 695 fragmentos ósseos e 159 dentários.

Após a recolha, identificação e inventário destes restos osteológicos humanos, procedeu-se à determinação do Número Mínimo de Indivíduos, tanto adultos como não-adultos, com base nas metodologias de Herrmann et al. (1990, adaptado por Silva, 1996) para os ossos longos e de Ubelaker (1974) para os restantes elementos do esqueleto, analisando-se tanto os indivíduos adultos como os não-adultos.

As reduzidas dimensões da amostra analisada, bem como o seu cariz parcial, fizeram com que não tenha

sido possível desenvolver uma análise detalhada da representatividade óssea. Ainda assim, é de sublinhar que, no conjunto de restos osteológicos humanos recuperados da Sala II, se incluem elementos pertencentes a todas as diferentes regiões do esqueleto humano.

### 3.1.1. NÚMERO MÍNIMO DE INDIVÍDUOS

A estimativa do Número Mínimo de Indivíduos adultos com base nos restos ósseos indicou um valor de pelo menos 2 indivíduos contidos nesta sub-amostra, representados pelo 3º cuneiforme e pelo talus direitos (Tabela 2). Considerando-se os elementos odontológicos, foi possível discernir a presença de, pelo menos, 3 indivíduos adultos, representados pelo terceiro molar superior esquerdo (dente 28 na notação FDI). Tanto o incisivo central superior esquerdo (dente 21) quanto o primeiro pré-molar inferior esquerdo (dente 34) apresentam um valor mais elevado (4). Porém, representam dois dentes cuja erupção se processa ainda durante a infância e adolescência, pelo que não nos é possível assegurar que correspondam de facto a indivíduos adultos (Figura 1). Assim, mantém-se o número mínimo de 3 indivíduos adultos representados até ao momento na Sala II da Lapa Rasteira do Castelejo.

Osso	NMI
Coxal D	1
3º Cuneiforme D	2
3º Cuneiforme E	1
Escafóide D	1
Escafóide E	1
Fémur D	1
Maxilar D	1
Maxilar E	1
1º Metacarpiano D	1
1º Metacarpiano E	1
2º Metacarpiano D	1
1º Metatarsiano E	1
5º Metatarsiano D	1
Navicular D	1
Patela E	1
Rádio E	1
Talus D	2
Talus E	1
Temporal D	1
Úmero E	1

Tabela 2: Número Mínimo de Indivíduos adultos, com base nos restos ósseos.

### NMI Dentição permanente

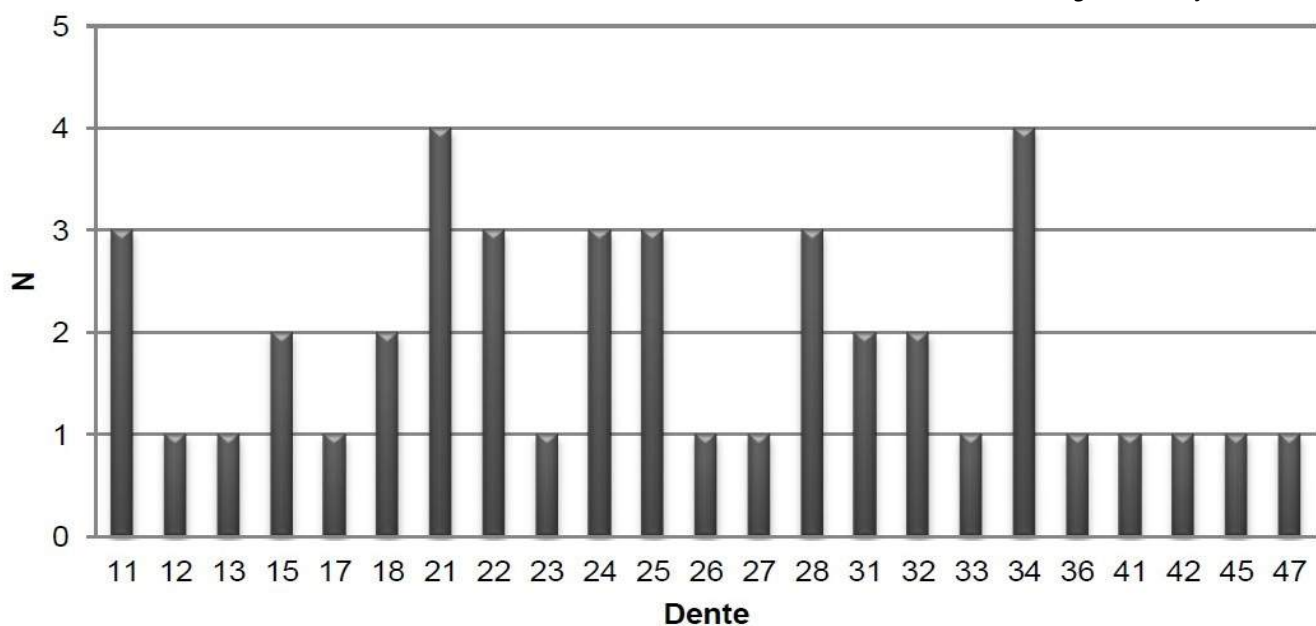


Figura 4: Número Mínimo de Indivíduos adultos, estimado a partir dos restos odontológicos (notação FDI).

Relativamente aos indivíduos não-adultos, uma vez cruzados os dados da identificação óssea com a estimativa da idade à morte, foi possível distinguir a presença de, pelo menos, 2 indivíduos. No primeiro caso, trata-se de uma criança, provavelmente abaixo dos 6 anos de idade, representada pela púbis esquerda. No segundo caso, trata-se de um adolescente, representado pela púbis e pela patela direitas. Quanto aos dados odontológicos, estes não são mais claros, na medida em que não se registam repetições de peças dentárias que possibilitem a identificação inequívoca de vários indivíduos. Considerando-se os intervalos etários estimados parece clara a presença de, pelo menos, dois indivíduos não-adultos nesta subamostra. Eventualmente poderá encontrar-se ainda aqui representado um terceiro indivíduo, mas não dispomos de dados suficientes para assegurar tal situação neste momento (ver abaixo). Como tal, mantemos de momento a estimativa do Número Mínimo de Indivíduos não-adultos desta amostra em 2 indivíduos. Assim, esta sub-amostra apresenta um NMI total de 5 indivíduos.

### 3.1.2. APRECIÇÃO GLOBAL

A Sala II da Lapa Rasteira do Castelejo foi utilizada, à imagem da Sala I da mesma gruta, como local de deposições funerárias. Dispomos de um conjunto de 180 fragmentos ósseos e 46 fragmentos dentários, recuperados numa área de escavação muito reduzida, o que deixa em aberto o hipotético condicional de, tivesse a escavação prosseguido, se vir a recuperar uma importante série osteológica humana nesta sala. Com a amostra disponível o que se pode afirmar é que, neste contexto foram depositados, pelo menos, 5 indivíduos, 3 adultos e 2 não-adultos. Os dados paleodemográficos são particularmente escassos. Em termos etários, apenas dispomos de dados relativos aos não-adultos, indicando a deposição de uma criança e um adolescente neste contexto funerário. Relativamente à diagnose sexual, apenas se obtiveram resultados com base no úmero e no talus, em todos os casos resultando em diagnósticos femininos. Sublinhe-se que todos os diagnósticos realizados poderão corresponder a um único indivíduo, pelo que apenas podemos adiantar que nesta sala terá sido depositado um indivíduo do sexo feminino. Os restantes dois adultos aqui depositados permanecem, para já, com sexo indeterminado. Também em termos

morfológicos pouco poderemos avançar, na medida em que apenas foi possível estimar a estatura com base nos tali utilizados na diagnose sexual. Esse indivíduo do sexo feminino teria uma estatura em torno dos 150 cm. Igualmente a análise do achatamento das diáfises dos ossos longos se limitou ao cálculo do Índice de Platimeria num único caso, que resultaria tratar-se de um fémur hiperplatimérico. Os dados relativos à patologia são igualmente escassos. Em termos de patologias orais, 20,9% dos dentes analisados (N=43) apresentam lesões cariogénicas, predominantemente de pequena a média dimensão. A maioria dos dentes observados apresenta depósitos de calculus dentário (53,5%, N=23), de pequenas dimensões. Quanto ao desgaste oclusal do esmalte dentário, o valor médio desta sub-amostra é baixo, correspondendo a 2,54 (N=41). Registou-se também um caso de lesão traumática, sobre um segundo metacarpiano direito.

O cariz parcial da amostra impede que se realize uma análise aos gestos funerários desenvolvidos na Sala II da Lapa Rasteira do Castelejo. A identificação de, pelo menos, 5 indivíduos, numa área escavada de tão reduzidas dimensões pode sugerir que se está perante um contexto de inumação coletiva. Porém, uma vez que o contexto cultural e sedimentar deste espaço sepulcral não são claros, não se pode rejeitar a hipótese de que neste espaço se encontrem registados diferentes momentos sequentes de utilização funerária.

### 3.2. CONJUNTO NUMISMÁTICO DA SALA II

As 13 moedas que foram recolhidas dispersas pelos níveis da sala II, representariam – estamos em crer – a totalidade ou parte do conteúdo de uma bolsa, aí colocada não sabemos em que circunstâncias. A influência de fatores pós-deposicionais, manifesta na forma desordenada como as moedas, as ossadas e o restante espólio foram encontrados e o facto de não ter sido possível escavar todo o compartimento justificam as dúvidas que a esse respeito possam surgir.

Desse conjunto foi possível classificar 12 exemplares, todos emitidos num espaço temporal de aproximadamente quatro décadas, entre a segunda metade do século IV d.C. e os inícios do séc. V: 10 moedas em bronze dos anos 364-395 d.C. e ainda 2 *solidi* de Honório, lavrados em Roma entre 404 e 408 d.C. (cf. Tabela 3).

	ROMA	TESSALONICA	HERACLEIA	INDET.	TOTAL
<b>Gloria Romanorum (cativo) - Ae3</b> Imperador indeterminado				2	<b>2</b>
<b>Reparatio Reipub - Ae2</b> Imperador ideterminado		1		1	<b>2</b>
<b>Gloria Romanorum (lábaro) - Ae2</b> Teodósio Honório			4	2	<b>4</b> <b>2</b>
<b>Tipo indeterminado - (Ae2)</b> Imperador indeterminado				1	<b>1</b>
<b>Victoria Auggg - (Solidi)</b> Honório	2				<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>13</b>

Tabela 3: Resumo do conjunto numismático classificado.

Em termos globais, este pequeno conjunto é relativamente heterogéneo, uma vez que não é habitual o aparecimento de espécies áureas associadas a moedas de bronze, o que se poderá explicar pelas circunstâncias peculiares que estarão na origem do achado. Utilizando como referência os tesouros monetários – que na verdade são o único termo de comparação de que dispomos – esta associação entre ouro e bronze é muito rara.

Considerando a extraordinária abundância de tesouros peninsulares de finais do séc. IV – inícios do V (Martínez Chico 2020, p. 813-816) constatamos que o único tesouro misto documentado com alguma segurança é o de Torrecañón, Badajoz (Velázquez Jiménez, 1983, p. 81-190) – composto por 1450 bronzes e 1 *solidus* (do tipo RIC X 1252, idêntico aos da Lapa Rasteira). Todavia, García Figuerola (1999 14, n. 54), é de opinião de que o *solidus* não faria parte do tesouro.

Existem referências a outros hipotéticos tesouros mistos, nomeadamente os de Rencovo (Caldas de Monchique), que contaria com um *solidus* de Honório (Bost *et alii*, 1992 57, nº 135), São Tomé de Negrelos (Santo Tirso), com um ou vários *solidi* de Teodósio (Bost *et alii* 1992 58-59, nº 143) ou o da Rua D. Afonso Henriques (Braga), que fecharia com bronzes de Valentiniano III e que supostamente incluiria também 2 *solidi* (Martínez Chico, 2020, p. 618).

A estes poderemos adicionar um pequeno depósito de Conimbriga, recolhido em 2018, composto por 1 *Ae3 Fel Temp Reparatio*, 6 *Ae2 Reparatio Reipub* e *Gloria Romanorum* e 1 *solidus* de Teodósio, batido na Itália do Norte, c. 383 d.C. (Correia, 2021 23, l. 94; Ruivo, 2021, p. 89; Marques, 2023, p. 50-52 e 113; Marques *et al*,

n.p.). O depósito conimbrigense, provavelmente ainda incompleto, parece estar mais próximo das ocultações de urgência que dos tesouros de aforro.

No entanto, e considerando as circunstâncias em que foram descobertas as moedas da Lapa Rasteira e as diversas questões por esclarecer (nomeadamente as relativas à composição total do achado e, sobretudo, a incerteza relativamente à cronologia das inumações encontradas na sala II), teremos que nos questionar sobre a natureza deste conjunto monetário: tesouro intencionalmente ocultado ou depósito funerário?

À partida, inclinamo-nos mais para a primeira possibilidade, se partirmos do pressuposto de que os indivíduos identificados no relatório antropológico poderão encontrar-se, à semelhança da quase totalidade dos indivíduos identificados na sala I, associados a enterramentos pré-históricos, facto que, sem as obrigatórias datações pelo método do carbono 14, não pode para já ser confirmado. Por outro lado, o relatório da intervenção de 2012 dá conta da abundante presença de espólio metálico em ferro (tachas, fragmentos de argolas, anel) e em bronze (argolas e fivela) (Cruz *et alii*, 2012, p. 8-9, Gráfico 4) o que não permite descartar a hipótese de estarmos na presença de elementos que integravam o mobiliário funerário de uma ou mais sepulturas do período romano/tardo-romano. Na área cantábrica, as grutas de Ereñuko Aritzi e Goikolau (Biscaia) forneceram pequenos conjuntos monetários de finais do século IV que poderão estar associados a contextos funerários (Fanjul Peraza *et alii*, 2021, p. 295, nº 5-6).



Figura 5: Seleção de numismas da Sala II.

A situação, de resto, encontra-se documentada na sala I, onde se detetou a presença de uma inumação efetuada algures entre o segundo terço do século III e o final do século IV-inícios da seguinte (cf. *supra* Tabela 1).

De qualquer modo, a presença de moedas de ouro em contextos funerários romanos ou tardo-romanos é muito pouco comum. Num estudo apresentado em 2013 por Lisa Brown sobre a presença da moeda nos rituais funerários romanos na Itália, Britânia e Dinamarca, apenas escassas sepulturas britânicas forneceram moedas de ouro, e todas com cronologias anteriores ao séc. IV (Brown, 2013, p. 226-228), facto que a autora atribui eventualmente a uma tradição local (Brown, 2013, p. 308). Numa rápida passagem de olhos pelo inventário realizado por Bost *et alii* (1992) para a Hispânia até finais do século IV-inícios do V, não detetámos a presença em sepulturas, nem sequer de forma isolada, de moedas de ouro. Por outro lado, a prática de entesouramentos em grutas no decurso do século V está relativamente bem documentada no espaço peninsular, particularmente nas zonas asturo-cantábrica e basca, onde se identificaram diversos casos:

- La Cuesta de Berció (Grado, Astúrias): depósito composto por 209 unidades, na grande maioria Ae4, a mais recente das quais emitida em 430 d.C. em nome de Valentiniano III (Fanjul Peraza *et alii*, 2021, p. 287-299).
- Chapipi (Grado, Astúrias): depósito composto por um anel em ouro e 14 numismas, dos quais se identificaram 13 (11 *solidi* e 2 *trientes*). O exemplar

mais recente é de Constantino III (Escortell Ponsoda, 1973, p. 43-54).

- Santimamiñe (Cortezubi, Biscaia): depósito composto por 106 bronzes (*nummi*, Ae3 e Ae4), dos quais se conservam 96. O exemplar mais recente identificado data dos anos 388-402 d.C. (Cepeda-Ocampo, 1990, p. 41-48).
- Sagastigorri (Cortezubi, Biscaia): depósito composto por cerca de 80 moedas, das quais se conservam presentemente 64, sendo apenas 17 identificáveis, maioritariamente *nummi* e Ae4. A cronologia dos exemplares oscila entre os anos 388-408 d.C. (Cepeda-Ocampo e Unzueta Portilla, 1988, p. 141-142).
- Solacueva (Jócano, Álava): depósito constituído por 48 moedas de bronze, essencialmente *nummi*, Ae3 e Ae4. Com uma cronologia que se estende de Tétrico I a 408 d.C., podem ser o resultado de um entesouramento, de oferendas religiosas ou de perdas fortuitas (Barandiarán Maestu, 1971, p. 175-202; Martínez Chico, 2021, p. 508-509, nº 358).
- Abauntz (Arraiz, Navarra): nas escavações realizadas nesta gruta, recolheram-se 64 moedas de bronze do séc. IV (*nummi*, Ae3 e Ae4), 30 das quais fariam eventualmente parte de um entesouramento. O exemplar mais recente dataria dos anos 388-392 d.C. (Utrilla Miranda e Redondo Veintemillas, 1979, p. 31-40; Utrilla Miranda, 1982, p. 223-234). Para uma discussão do achado: Martínez Chico, 2021, p. 504-505, n. 355).

No sudeste peninsular, é conhecido o caso da gruta de Peliciego (Jumilla, Múrcia), com um conjunto monetário composto por 40 moedas de bronze (*nummi*, Ae3 e Ae4), com a cronologia do exemplar mais recente a estender-se até 408 d.C. (Lechuga Galindo, 1985, p. 202-204).

A menos de duas dezenas de quilómetros da Lapa Rasteira, na vertente sul da serra de Aire, situa-se a Lapa da Galinha (Alcanena), importante necrópole dos 4º - 3º milénios a.C. (Van Calker, 2020) e onde terá sido recolhido um conjunto monetário do qual se conservam presentemente no Museu Nacional de Arqueologia 19 Ae2 das séries *Reparatio Reipub* e *Gloria Romanorum* (lábano) (Cepeda-Ocampo, 2000 180; Sienes Hernando, 2000, p. 130 e 159, n. 90). Em contexto arqueológico diferente, mas igualmente nas imediações e com composição relativamente idêntica, estão documentados os tesouros de Lameirancha (Alcanena), composto por um número indeterminado de *nummi* e Ae2 *Reparatio Reipub* e *Gloria Romanorum* (Cepeda, 2000, p. 180), e de Baralhas (Torres Novas), do qual fariam parte moedas do século IV, nomeadamente de Teodósio e Honório, descobertas em 1748 ou por volta desse ano (Azevedo, 1899-1900, p.119).

Em suma, parecem-nos motivos mais do que suficientes para considerarmos as moedas da Lapa Rasteira como fazendo parte de uma ocultação. Os bronzes que fazem parte do depósito da Lapa Rasteira enquadram-se na perfeição na tipologia das espécies circulantes em finais do séc. IV e inícios do séc. V, com a habitual presença das séries *Reparatio Reipub* e *Gloria Romanorum*, que fecham a esmagadora maioria dos depósitos localizados na faixa ocidental lusitana localizada a sul do Mondego, à semelhança do verificado na área bética (Cepeda-Ocampo, 2000, p.177-182; Martínez Chico, 2020, p. 814-816).

Os exemplares mais antigos identificados são dois Ae3 da série *Gloria Romanorum* (Imperador com lábano, arrastando cativo) possivelmente emitidos em nome de Valentiniano I ou de Valente entre 364 e 375 d.C., conforme se deduz do pouco que se conserva das respetivas legendas de anverso.

As restantes moedas são de módulo maior, as *maiorinae*, comumente designadas por Ae2. Neste grupo contam-se 2 exemplares da série *Reparatio Reipub*, emitida entre 378 e 383 d.C. para os imperadores legítimos, essencialmente nas casas da moeda ocidentais, e entre 383 e 387 d.C. para o usurpador Magno Máximo, apenas nas casas da moeda gaulesas. Um dos exemplares,

apesar de não permitir a identificação da respetiva autoridade emissora, pertence seguramente à primeira fase, uma vez que foi batido em Tessalónica (cf. Cat., nº 3) que, como vimos, não emitiu para Máximo.

Os restantes seis exemplares identificados pertencem à série *Gloria Romanorum* (Imperador com lábano e globo), emitida para Teodósio e para os filhos Arcádio e Honório entre 393 e 395 d.C. Deste lote, quatro unidades foram lavradas em Heracleia (cf. Cat. nº 5-8). Não foi possível proceder à atribuição das restantes moedas (cf. Cat. nº 9-10).

Um dos bronzes recolhidos na escavação não foi identificado, devido à má conservação. Trata-se, todavia, de um A2 que, com elevado grau de probabilidade, pertenceria a uma das duas séries monetárias recém-citadas (cf. Cat., nº 11).

O estudo deste pequeno conjunto de bronzes revelou uma peculiaridade em quatro deles (cf. Cat. nº 4, 6, 8 e 10) que muito nos intrigou e que justificou um pedido ao C2TN-IST para proceder à sua análise química. De facto, estes quatro exemplares, não obstante estarem completos, sem defeitos ou marcas de desgaste demasiado profundas, e possuírem módulos dentro do padrão habitual para os Ae2 (21-23mm), apresentavam pesos anormalmente baixos, concretamente situados entre os 0,43 e os 0,64g. De notar que estas moedas eram originalmente cunhadas a 1/60 a libra, o que corresponde a um peso teórico de 5,38g por exemplar. No entanto, o seu peso real, dependendo do estado de conservação, aproximava-se dos 5g (Cepeda-Ocampo, 2000, p. 192).

Deste modo, as quatro moedas foram analisadas por Espectrometria de Fluorescência de Raios X dispersiva de energias num equipamento portátil Bruker S1 Titan 600.

Para não danificar os exemplares em estudo, as análises foram efetuadas sem qualquer tipo de limpeza da camada de alteração superficial. No entanto, tal impede a obtenção de resultados quantitativos devido a fenómenos de enriquecimento superficial de certos elementos químicos, resultantes da corrosão da matriz metálica e da contaminação com elementos do solo.

Nas análises semi-quantitativas foram obtidos resultados idênticos para as quatro moedas, tendo sido identificados o ferro e crómio como elementos maioritários, assim como o alumínio, silício, enxofre, potássio, cálcio, titânio, níquel e cobre como elementos minoritários. Estes últimos elementos químicos devem ser resultado da contaminação com elementos do

solo durante o período de enterramento das moedas (o cobre apresenta teores muito reduzidos, não compatíveis com uma matriz metálica). O crómio pode resultar da aplicação de produtos de conservação após a recuperação das moedas, sendo os produtos à base deste elemento muito utilizados na proteção contra a corrosão de artefactos em ferro (Milošev, 2019). Assim sendo, as análises indicaram que as quatro moedas foram produzidas em ferro, estando agora significativamente corroídas. Por esta razão, são mais leves do que as restantes moedas em bronze, dado que esta liga metálica é mais resistente à corrosão.

Haubner et al. (2016) referem que foram produzidas inúmeras cópias em ferro na periferia do império devido a uma significativa falta de cobre no final do século II e início do III. Por exemplo, nas regiões de *Noricum* e *Pannonia* existiu a produção em grande escala de moedas em ferro, cujos exemplares (subferrati) consistem num núcleo de ferro revestido com uma liga de cobre (Pfisterer, 2006). As análises efetuadas às moedas da Lapa Rasteira não permitiram identificar a existência de um revestimento em liga de cobre, sendo provavelmente estes exemplares simples cópias produzidas em ferro.

No seu estado atual, este conjunto termina com dois *solidi* de Honório (Cat. 12-13). Segundo Kent (1994, p. 324), a sua cunhagem teve lugar entre 404 e 408 d.C. Não obstante, Georges Depeyrot admite que a cronologia desta emissão poderá estender-se até 416 d.C., por ocasião das várias estadas do Imperador em Roma: em 404 na celebração do seu sexto consulado, em 407-408, em 411 para os *vicennalia* e, finalmente, em 416 para comemorar o triunfo sobre Prisco Átalo (Depeyrot 1996a, p.151).

Estamos na presença de exemplares praticamente sem vestígios de uso, circunstância que nada tem de excepcional se considerarmos que o ouro não tinha uma utilização corrente, estando destinado essencialmente ao aforro enquanto reserva de valor, ao pagamento de importantes transações e de avultados impostos (Depeyrot 1996b, p.18-23), ao mesmo tempo que era um reflexo do prestígio económico e social dos indivíduos. Não obstante, está bem documentado o incremento da circulação da moeda áurea a partir do último terço do século IV e durante os inícios da centúria seguinte (Ripollès, 2002, p. 213-214; Bost et alii, 1992, p. 36 e 88, Fig. 5).

### 3.2. AS CERÂMICAS TARDO-ROMANAS DA SALA I

A presença na Sala I da mesma gruta de vários fragmentos de cerâmicas tardo-romanas levou-nos a analisar também esse conjunto.

Dado o panorama atual dos conhecimentos sobre cerâmicas comuns romanas na Lusitânia e a localização geográfica em causa, pareceu adequado concentrar a análise tipológica das duas dezenas de peças cerâmicas identificáveis na comparação com o material de Conimbriga, único sítio arqueológico oferecendo uma amostragem alargada e datada dessas produções. A coincidência das produções é efetivamente marcante (com duas únicas exceções).

As peças nº 1 a 3 correspondem a pequenas painelas de cerâmica quartzítica e/ou calcítica dos tipos das *Fouilles de Conimbriga V* (= J. Alarcão 1975) 334-337.

No mesmo fabrico cerâmico, a peça nº 5 corresponde ao tipo das *Fouilles de Conimbriga V* 382.

Estas cerâmicas surgem em Conimbriga do séc. I d.C. até aos níveis de abandono e destruição da cidade.

As taças nº 8 a 10 correspondem a produções de cerâmica alaranjada fina do tipo das *Fouilles de Conimbriga V* 621, forma que foi também produzida em cerâmica do Avelar, tipos das *Fouilles de Conimbriga V* 675-678.

O primeiro destes tipos é conhecido em Conimbriga nos níveis de destruição do fórum; os restantes, para além disso, são conhecidos nos níveis de remodelação e destruição das insulas nos séc.s IV e V d.C.

O potinho nº 11 é idêntico ao tipo das *Fouilles de Conimbriga V* 566, produzido em cerâmica alaranjada fina. A distribuição estratigráfica deste tipo, que é relativamente comum, é idêntica à das taças antes mencionadas.

As bilhas nº 14, 15 e 17 (e, por extensão – vd. Nota ao c) ao catálogo -, os nº 19-21) correspondem ao tipo das *Fouilles de Conimbriga VI* (= Alarcão 1976) 23-24. O fabrico é idêntico ao da cerâmica alaranjada fina (Fabrico 4, id. ibid., 44), distinguindo-se desta apenas pela adição da pintura a branco. A peça que melhor ilustra este tipo de bilha é um fragmento proveniente do Castro de Fiães da Feira (A. Alarcão 1975, nº 18).

Os fragmentos nº 16 e 18 não têm paralelo exato em Conimbriga, mas integram-se claramente na mesma produção.



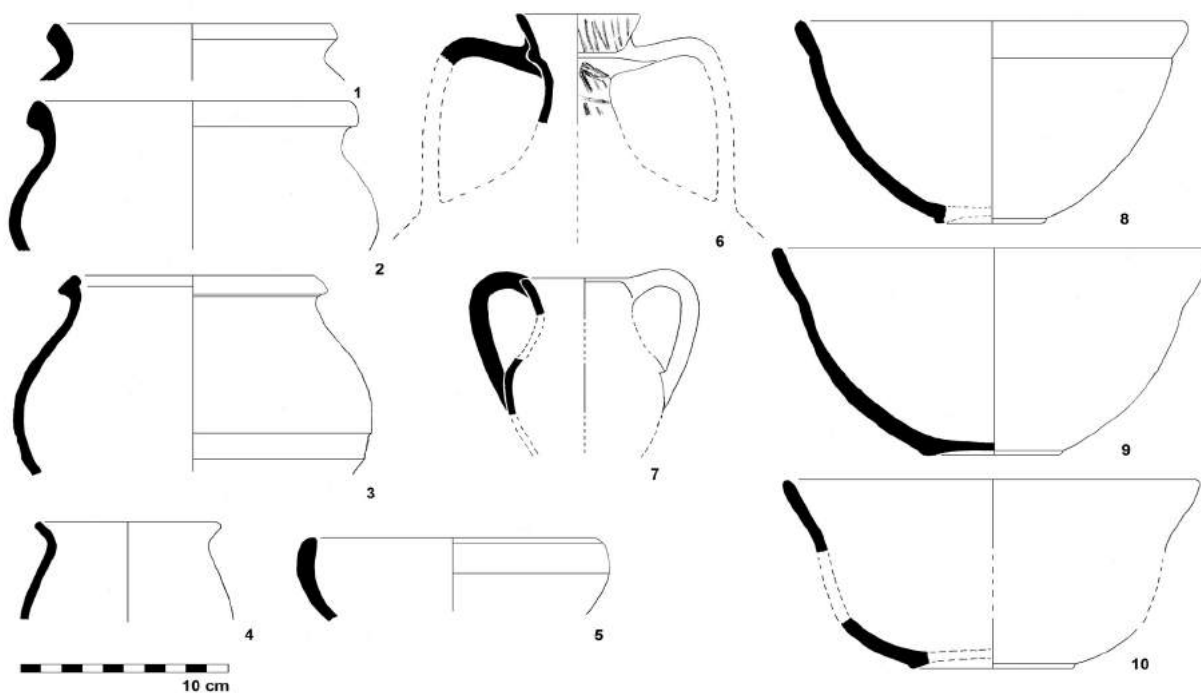


Figura 6:  
Cerâmicas  
comuns da  
Sala I.

Estas cerâmicas pintadas não podem ser datadas na estratigrafia tradicional de Conimbriga (Escavações luso-francesas: cf. Alarcão 1976, 46), sendo atribuíveis, por outras considerações, ao séc. V d.C. Escavações mais recentes confirmam essa datação (Vieira et al. 2021, 159 [Casa do tridente e da espada]). A sua ocorrência neste conjunto comprova essa datação.

As peças nº 22 e 23 são de difícil análise devido à escassez dos fragmentos sobreviventes; os nºs 26 e 27 podem pertencer-lhes. Correspondem genericamente aos tipos das *Fouilles de Conimbriga V 582-583*, que não são datáveis estratigraficamente.

A peça nº 2 é um potinho de torneamento muito simples, num fabrico *sui generis*. Deve corresponder a uma pequena produção localizada, de origem inidentificável, por agora.

Os vasos nº 24 e 25 são produções em cerâmica alaranjada fina, no caso do nº 24 com vestígios de pintura a branco, que todavia mostram uma forma não imediatamente reconhecível, semelhante a um pequeno *amphoriskos*. Pequenos potinhos nesta produção (e em cerâmica cinzenta fina, que com ela partilha muitas formas) são bem conhecidos, bem como taças bi-ansatas de maiores diâmetros. No entanto, por agora, não são identificáveis paralelos exatos para estes vasos.

O nº 29 é um vidro de cronologia tardia, como as cerâmicas.

Os 29 números de catálogo referenciados correspondem a um número mínimo de vinte peças cerâmicas e uma peça de vidro. A sua cronologia, em análise interna do conjunto, centra-se nos finais do séc. IV e séc. V.

O conjunto tem uma composição que, pese embora a escassez de contextos comparáveis, pode julgar-se inusual:

- 7 peças (33% do total) são pequenos vasos de cozinha, maioritariamente com vestígios de uso, mas todos de pequena dimensão.
- 4 peças cerâmicas e uma peça de vidro (c. 23%) são taças de servir, designáveis como *acetabuli* (Hilgers 1969, 33-34).
- 9 peças (c. 44%) podem classificar-se como *urcei* ou *urceoli* (op. laud. 298-300), vasos destinados ao transporte de líquidos de distintas naturezas e em quantidades variáveis.

Visto desta forma o conjunto não representa, prima facie, um conjunto funcional em termos habitacionais normais, onde se esperaria a presença de vasos de cozinha de maiores dimensões, de alguns destinados à armazenagem e uma menor percentagem de vasos de servir (que são, apesar de tudo, de um relativo luxo). Deve ser notada a predominância das jarras (pintadas ou não) em ambientes funerários em todo o ocidente da península. Este facto está certamente ligado à prática das oferendas de comida e bebida (vinho)

nas sepulturas, o que acompanha a predominância da inumação em datas tardias (Toynbee 1971 37, 51-53, 62 em especial n. 253 c/ ref. a ILS e CIL; Dunbabin 2003, 127). É, portanto, lícito afirmar que pelo menos os *urceoli* do conjunto (mais de um terço do total de peças identificadas), se destinariam a vinho, o que reforça o carácter inusual do conjunto.

Por outro lado, é manifesta a inexistência, por agora, de evidências comparáveis ao contexto da Lapa Rasteira (cf. Lavan *et al.*, 2008), que possam eventualmente permitir desenvolver algum raciocínio sobre o que esse contexto representa. Preliminarmente pode avançar-se a hipótese de estes vasos representarem os restos de rituais funerários realizados num espaço vestibular ao espaço de uso funerário, que é testemunhado pelos restos humanos contemporâneos recolhidos na sala II.

## 4. CATÁLOGO DE MATERIAIS

### 4.1. NUMISMÁTICOS

1. LRC II, D20, na 3, CAM A, nº 96A

AE3, Valentiniano I ou Valente (?), Casa da moeda indeterminada, 364-375 d.C.

A/ D N VALE [...]; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ [GLOR]IA RO - [MANORVM]; Imperador para a direita, segurando lábaro com a mão esquerda e arrastando cativo com a direita

Marca: ?

0,20g; 15,5-16mm; 12h.

Fig. 5, 1.

2. LRC II, D20, na 3, CAM A, nº 96B

AE3, Valentiniano I ou Valente (?), Casa da moeda indeterminada, 364-375 d.C.

A/ [D N] VALE [...]; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ Ilegível; tipo *Gloria Romanorum*; Imperador para a direita, segurando lábaro com a mão esquerda e arrastando cativo com a direita

Marca: ?

1,19g; 15-16mm; 11h.

Não ilustrada.

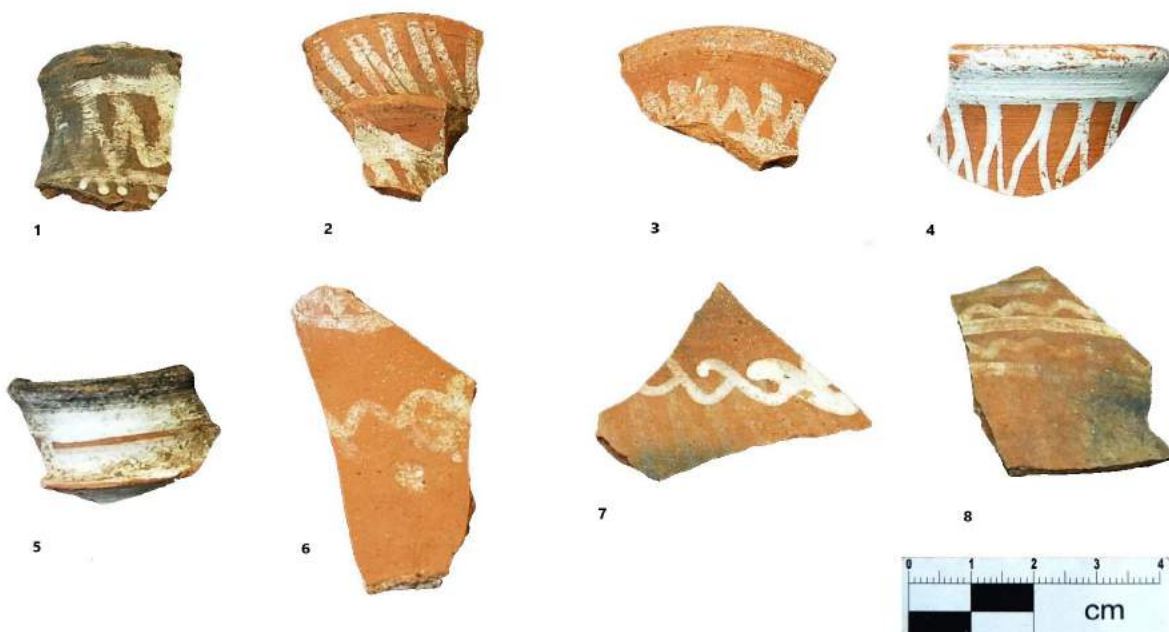
3. LRC II, D 19, na 1, CAM A, nº 14A

AE2, Imperador indeterminado, Tessalonica, 378-383 d.C., LRBC 1823-1826.

A/ [...] AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ REPAR[ATIO REIPVB]; Imperador em pé, de frente,

Figura 7: Cerâmicas pintadas da Sala I.



com a cabeça voltada para a esquerda, ergue mulher ajoelhada com a mão direita e segura globo nicéforo com a esquerda

Marca: - Γ//SMTE[S]

4,32g; 21-23,5 mm; 12h.

Não ilustrada.

4. LRC II, D19, na, CAM A, nº 14G

AE2, Imperador e casa da moeda indeterminados, 378-387 d.C.

A/ [...] AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ [RE]PA[RATIO REIPVB]; Imperador em pé, de frente, com a cabeça voltada para a esquerda, ergue mulher ajoelhada com a mão direita e segura globo nicéforo com a esquerda

Marca: - -//[...]

0,60g; 21-23,5mm; 12h.

Fig. 5, 2.

5. LRC II, D 19, na 1, CAM A, nº 14E

AE2, Teodósio, Heracleia, LRBC 1989, 393-395 d.C.

A/ D N THEODO - SIVS P F AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ GLORIA ROMANORVM; Imperador em pé, de frente, com a cabeça voltada para a direita, segurando lábaro na mão direita e globo na esquerda

Marca: - \*//SMHA

3,03 g; 20-22mm; 12h.

Fig. 5, 3.

6. LRC II, D19, na 1, CAM A, nº 14B

AE2, Teodósio, Heracleia, 393-395 d.C., LRBC 1989

A/ D N THEODO - SIVS P F AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ GLORIA ROMANORVM; Imperador em pé, de frente, com a cabeça voltada para a direita, segurando lábaro na mão direita e globo na esquerda

Marca: - \*//SMHA

0,43g; 20-21,5mm; 12h

Fig. 5, 4.

7. LRC II, D19, na 1, CAM A, nº 14D

AE2, Teodósio, Heracleia, 393-395 d.C., LRBC 1989

A/ D N THEODO - SIVS P F AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ GLORIA ROMANORVM; Imperador em pé, de frente, com a cabeça voltada para a direita, segurando lábaro na mão direita e globo na esquerda

Marca: - \*//SMH[...]

3,90g; 20-23mm; 12h.

Não ilustrada.

8. LRC II, D19, na 1, CAM A, nº 14H

AE2, Teodósio, Heracleia, 393-395 d.C., LRBC 1989

A/ D N THEODO - SIVS P F AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ GLORIA ROMANORVM; Imperador em pé, de frente, com a cabeça voltada para a direita, segurando lábaro na mão direita e globo na esquerda

Marca: - \*//SMH[...]

0,60g; 20-22,5mm; 12h

Fig. 5, 5.

9. LRC II, D19, na1, CAM A, nº 14F

AE2, Honório, Casa da moeda oriental, 393-395 d.C.

A/D N HONORI[VS P F AVG]; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ GLORIA ROMANORVM; Imperador em pé, de frente, com a cabeça voltada para a direita, segurando lábaro na mão direita e globo na esquerda

Marca: - -//SM[...]

4,20 g; 21-23 mm; 12h.

Não ilustrada.

10. LRC II, D 19, na 1, CAM A, nº 14C

AE2, Honório, Casa da moeda oriental, 393-395 d.C.

A/ D N HONOR[IVS P F AVG]; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ GLORIA ROMANOR[VM]; Imperador em pé, de frente, com a cabeça voltada para a direita, segurando lábaro na mão direita e globo na esquerda

Marca: - -//SM[...]

0,64g; 21-23mm; 12h.

Não ilustrada (não limpa, mal conservada).

## 11. LRC II D 19, na 4, CAM A, nº 374

AE2, Imperador e casa da moeda indeterminados, finais do séc. IV

3,95g, 22-23 mm.

Não ilustrada.

## 12. LRC II, D 19, na 3, CAM A, nº 264

*Solidus*, Honório, Roma, 404-408 d.C., cf. RIC X 1252

(*Solidus* do tipo "Milan style"; cfr. RIC X, p. 129)

A/ D N HONORI - VS P F AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ VICTORI - A AVGGG; Imperador para a direita com estandarte e globo nicéforo, calcando prisioneiro que se volta para ele

Marca: R M//COMOB

4,47g; 21mm; 6h

Obs: pouco ou quase nenhum desgaste. Fig. 5, 6.

## 13. LRC II, D 19, na 3, CAM A, nº 292

*Solidus*, Honório, Roma, 404-408 d.C. (RIC X)/404-416 d.C., cf. RIC X 1252

A/ D N HONORI - VS P F AVG; busto para a direita, com diadema de pérolas, drapejado e couraçado

R/ VICTORI - A AVGGG; Imperador para a direita com estandarte e globo nicéforo, calcando prisioneiro que se volta para ele

Marca: R M//COMOB

4,39g; 20-21mm; 6h

Obs: pouco ou quase nenhum desgaste. Fig. 5, 7.

## 4.2. CERÂMICOS

Notas:

A. a associação dos fragmentos de fundo aos restantes fragmentos das peças nº 8, 9 e 10 é a reconstituição mais provável das peças presentes, mas não é absolutamente segura, pois os fragmentos não são adjacentes.

B. os fragmentos catalogados sob o nº 13 devem pertencer às peças nº 8, 9, 10 ou 12, mas os fragmentos não são adjacentes.

C. os fragmentos catalogados sob os nº 19-21 podem pertencer às peças nº 14-17, mas os fragmentos não são adjacentes e o esquema decorativo é indeterminável.

- 4 fragmentos de bordo de uma pequena panela de cerâmica calcítica/quartzo-micácea, de cor alaranjada, mostrando sinais de fogo junto ao bordo. Bordo espessado no exterior. Diam. abertura 14cm, esp. parede 4mm. Fragmentos LRC: IL 10 s/c 35, 128, 137; IL 11 s/c 47. Fig. 6, 1.
- 4 fragmentos de bordo de uma pequena panela de cerâmica calcítica, de cor vermelha no interior, acastanhada no exterior, mostrando sinais de fogo no exterior. Bordo espessado no exterior. Diam. abertura 16cm, esp. parede 6mm. Fragmentos LRC: IN 10 38, s/c 5, 177, 264. Fig. 6, 2.
- fragmento de bordo e bojo de panela em cerâmica gresosa, alaranjada no interior, castanha no exterior, com sinais de fogo no exterior e vestígios de calcite depositada. Bordo triangular no exterior, arredondado no interior. Diam abertura 13cm; diam. max c. 19cm, esp. parede 4mm, larg. bordo 10mm. Fragmento LRC: II D20 4A 147. Fig. 6, 3.
- 2 fragmentos adjacentes de bordo e colo de pequena panela ou potinho de cerâmica quartzítica grosseira, de cor castanho acinzentado. Bordo extrovertido simples. Diam. abertura 9cm, esp. parede 3mm. Fragmentos LRC: IM 10 s/c 127; IL 11 s/c 16. Fig. 6, 4.
- fragmento de bordo de uma frigideira de cerâmica calcítica/quartzo-micácea, de cor alaranjada, mostrando fortes sinais de fogo. Bordo espessado e reentrante no interior. Diam. max 15cm aprox., esp. parede 6mm. Fragmento LRC: IL 10 s/c 36. Fig. 6, 5.
- fragmento de fundo de vaso de forma não identificável em cerâmica quartzítica de cor cinzento. Fundo liso sem marcação. Esp. fundo 14mm, parede 6mm, diam. indeterminável. Fragmento LRC: IL 11 s/c 39. Não ilustrado.
- fragmento de fundo de vaso de forma não identificável em cerâmica quartzítica de cor cinzento, mostrando efeitos de sobre-exposição a altas temperaturas (sinterização e bolhas). Fundo liso assinalado exteriormente. Esp. fundo 9mm, parede 10mm, diam. indeterminável. Fragmento LRC: IL 10 58. Não ilustrado.
- 9 fragmentos de uma taça hemisférica com bordo marcado, em cerâmica alaranjada fina. Bordo arredondado, pé em bolacha. Diam. abertura, 19cm, diam. pé 6cm, alt. c. 10cm, esp. pé 9mm, esp. parede 5mm. Fragmentos LRC: IL 9 s/c 11; IM 9 54;

- IL 10 56, s/c 13, 34, 175; IN 10 s/c 63, 141; Rec./Sup. s/c 14. Nota A. Fig. 6, 8.
9. 5 fragmentos de uma taça hemisférica com bordo marcado, em cerâmica alaranjada fina. Bordo arredondado, pé em bolacha. Diam. abertura, 21,5cm, diam. pé 7cm, alt. c. 110mm, esp. pé 7mm, esp. parede 4mm. Fragmentos LRC: IM 9 s/c 989; IL 10 s/c 30; IL 11 s/c 40; IM 10 34, s/c 199. Nota A. Fig. 6, 9.
  10. 5 fragmentos não adjacentes de uma taça hemisférica com bordo marcado, em cerâmica alaranjada fina. Bordo arredondado, pé em bolacha. Diam. abertura, 20cm, diam. pé 8cm, alt. 10cm aprox., esp. pé 7mm, esp. parede 5mm. Fragmentos LRC: IL 9 s/c 2A; IL 10 s/c 12; IM 10 s/c 159, 187; IN 10 s/c 142. Nota A. Fig. 6, 10.
  11. 2 fragmentos de fundo e 1 fragmento de bordo de um potinho em cerâmica alaranjada fina, com decoração de traços verticais brunidos sobre a parte externa do bordo. Fundo liso, bordo extrovertido de lábio simples. Diam. fundo 9cm; outras dim. indetermináveis. Fragmentos LRC: IL 10 23; IL 11 s/c 24; IN 10 s/c 64. Não ilustrado.
  12. fragmento de fundo de provável taça em cerâmica alaranjada fina. Diam. 4cm, esp. max. 4mm. Fragmento LRC: IM 11 s/c 30. Não ilustrado.
  13. 7 fragmentos de bordos de taças de cerâmica alaranjada fina. Esp. 4 mm aprox., diam. indeterminável. Fragmentos LRC: IL 10 s/c 138; IM 9 s/c 28; IM 10 s/c 200; IM 11 s/c 3A, 22; IN 9 s/c 64; IN 10 s/c 29. Nota B. Não ilustrado.
  14. 4 fragmentos de gargalo e asa de uma bilha de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando uma faixa de ziguezague entre traços horizontais, de que o inferior é decorado com pequenos traços pendentes, formando uma franja. Larg. asa 28mm, outras dimensões indetermináveis. Fragmentos LRC: IM 11 s/c 18, 21; IN 9 s/c 27; IN 11 s/c 20. Fig. 7, 1.
  15. 3 fragmentos de bordo e asa de uma bilha de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando uma faixa de ziguezague sobre o bordo e vestígios de uma outra sobre o colo, traçada entre traços horizontais, de que o inferior é decorado com pequenos traços pendentes, formando uma franja. Diam. abertura 6cm, larg. asa 24mm. Fragmentos LRC: IL 9 s/c 13; IL 11 s/c 114; IM 9 s/c 101. Fig. 6, 6 e fig. 7, 2.
  16. fragmento de bordo de uma bilha de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando uma faixa de ziguezague sobre o bordo traçada entre traços horizontais, dos quais o superior cobre o lábio. Diam. abertura 5cm. Fragmento LRC: IL 11 s/c 113. Fig. 7, 3
  17. fragmento de bordo de uma bilha de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando uma faixa de ziguezague fino sobre o bordo e uma faixa larga cobrindo o lábio. Diam. abertura 6cm. Fragmento LRC: IL 10 57. Fig. 7, 4.
  18. fragmentos de bordo de uma bilha de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando faixas cobrindo toda a superfície, deixando estreitos filetes em reserva a meio do bordo e sobre a carena de onde este arranca. Diam. abertura 3cm. Fragmento LRC: IM 10 s/c 147. Fig. 7, 5.
  19. fragmento de pança de vaso de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando duas faixas decorativas paralelas, um meandro solto e outro entre traços. Dimensões indetermináveis. Fragmento LRC: IM 9 s/c 102. Nota C. Fig. 7, 6.
  20. 3 fragmentos de pança de vaso de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando uma faixa decorativa de SS encadeados, com ponto acusado na extremidade de cada um. Dimensões indetermináveis. Fragmentos LRC: IL 9 s/c 12; IM 11 s/c 23; IM 12 s/c 9. Nota C. Fig. 7, 7.
  21. 3 fragmentos de pança de vaso de cerâmica alaranjada fina pintada a branco, mostrando uma faixa decorativa com um meandro entre traços horizontais. Dimensões indetermináveis. Fragmentos LRC: IM 10 s/c 77, 149; IM 11 s/c 3A. Nota C. Fig. 7, 8.
  22. fragmento de bordo de uma bilha de cerâmica alaranjada, mostrando arranque de asa. Diam. abertura 6cm aprox. Fragmento LRC: IN 11 s/c 7. Não ilustrado.
  23. 4 fragmentos de bojo e asa de uma bilha de cerâmica alaranjada, de secção curva. Alt. min. asa 13cm, larg. 31mm. Fragmentos LRC: IM 11, s/c 10, 20, 23; IN 10 s/c 127. Não ilustrado.
  24. 5 fragmentos de bordo e asas de um pequeno vaso aberto com duas asas, de cerâmica alaranjada fina, com vestígios de pintura a branco. O bordo é simplesmente esvasado e a asa de fita, arrancando

- do bojo e ligando diretamente ao lábio. A pintura a branco parece formar faixas sobre o bojo, à altura do arranque da asa e sobre o bordo. Diam. abertura 9cm aprox., asa larg. 24mm e alt. min. 7cm, esp. parede 2 a 3mm. Fragmentos LRC: IM 10 s/c 47, 148; IM 11 s/c 11 24; IM 12 s/c 1F. Não ilustrado.
25. 4 fragmentos de bordo e asas de um pequeno vaso aberto com duas asas, de cerâmica alaranjada fina. O bordo é simplesmente esvasado e a asa de secção em D, arrancando do bojo e ligando diretamente ao lábio. Diam. abertura 6cm aprox., asa alt. 6cm e secção 9x17mm, esp. parede 3mm. Fragmentos LRC: IM 11 s/c 10, 20, 23; IN 10 s/c 127. Fig. 6, 7.
26. fragmento de fundo e bojo de vaso de cerâmica alaranjada. Fundo liso. Esp. parede 1cm, outras dim. indetermináveis. Fragmento LRC IL 9 s/c 28. Não ilustrado.
27. fragmento de fundo de vaso (bilha?) de cerâmica alaranjada. Pé em bolacha. Diam. 10cm, esp. parede 1cm. Fragmento LRC: IM 11 s/c 6. Não ilustrado.
28. 2 fragmentos de *imbrices*. Fragmentos LRC: IN 11 s/c 1B, 2F. Não ilustrados.
29. fragmento de bordo de taça de vidro de cor verde-escuro. Bordo enrolado a fogo com espaço vazio no enrolamento. Esp. parede 2,5mm, outras dim. indetermináveis. Fragmento LRC: IL 9 s/c 21. Não ilustrado.

## CONCLUSÕES

Consideramos que encontrar uma explicação simples e racional para as circunstâncias que levaram à presença destes conjuntos de mobiliário cerâmico e de moedas nas condições em que chegaram até nós, é uma impossibilidade.

As hipóteses são várias. Louças e moedas corresponderão a uma única ocupação da Lapa Rasteira ou existiram várias utilizações desfasadas no tempo? A escassa margem de cobertura entre a datação por radiocarbono de um dos indivíduos exumados na gruta e o conjunto numismático, parecem fazer a balança pender para este último caso. E esse indivíduo, foi lá sepultado ou, pura e simplesmente, morreu lá por acidente? O facto de, aparentemente, todas as ossadas humanas descobertas se encontrarem em posição secundária não facilita em nada a nossa interpretação.

A dissociação espacial entre louças da Sala I e moedas da Sala II, sugere que a primeira terá sido eventualmente utilizada como espaço habitacional. Outra hipótese é a de que a Sala I tenha funcionado como espaço de desenvolvimento de rituais do *funus*, dos indivíduos inumados na Sala II; as características particulares do conjunto cerâmico podem entender-se como corroborando esta hipótese (que é, todavia, contrariada pelas alegações seguintes).

Quanto à sala II, apesar de as suas exíguas dimensões terem permitido algumas inumações, não reuniria as melhores condições de habitabilidade, motivo pelo qual terá servido para a ocultação das moedas. A numismática dificilmente suporta uma interpretação como oferenda fúnebre e a utilização do espaço como necrópole tardo-romana parece pouco provável; vejam-se, a título de exemplo, os trabalhos de Perassi 2001, p. 101-114; Ceci, 2005, p.407-416; Brown, 2013 e Doyen, 2017, p. 93-100, sobre a presença da moeda em contextos funerários e respetiva interpretação. Sem uma datação radiocarbónica das várias ossadas recolhidas neste espaço, não é possível resolver de forma cabal esta questão.

Considerando uma possível utilização não funerária da gruta, como refúgio de um ou vários indivíduos, quem seriam estas pessoas que viveram na Lapa Rasteira do Castelejo? Por que motivo alguém viveria numa gruta, em lugar ermo, acompanhado por um mínimo de objetos (cerâmicos) que lhe terão garantido alguma capacidade de sobrevivência, em qualquer caso, à margem da sociedade? São apenas pistas de interpretações possíveis - e muitas outras se poderiam seguramente colocar - para as quais não temos, de momento, uma resposta satisfatória.

Considerando a cronologia dos materiais recolhidos, pode colocar-se a hipótese de que esta ocupação tardia não será alheia a algumas das perturbações que afetaram a Hispânia logo a partir dos meados do século IV, com a revolta dos *bagaudes* (Sayas Abengochea e García Merino, 1986, p. 149-152 e 508), e nos inícios do século V, nomeadamente o conflito que opôs os partidários de Constantino III e os de Honório (Fernández Portaencasa, 2020, p. 217-243), cujas ondas de choque terão afetado a Lusitânia, ou a chegada dos povos germânicos e o clima de instabilidade daí decorrente e que se prolongou no tempo de forma duradoura (Alarcão 2018, p. 311 e segs.).

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Câmara Municipal de Porto de Mós, e particularmente à sua Técnica Superior, Dr<sup>a</sup> Luísa Machado, todas as facilidades concedidas no acesso aos materiais. Agradecemos ao Eng<sup>o</sup> António Monge Soares a colaboração prestada na calibração da datação radiocarbónica e na discussão dos resultados.

## BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, A. M. (1975). Céramiques peintes. In A propos des céramiques de Conimbriga. Inst. Arqueologia, Coimbra (*Separata de Conimbriga XIV*), pp. 102-107.
- Alarcão, A. M. (1976). Céramiques peintes. In Alarcão, J. et al., *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*, De Boccard, Paris, pp. 43-50.
- Alarcão, J. (1975). *Fouilles de Conimbriga V. La céramique commune locale et régionale*, De Boccard, Paris.
- Alarcão, J. (2018). *A Lusitânia e a Galécia do séc. II A.C. ao séc. VI D.C.*, Imprensa da Universidade, Coimbra
- Azevedo, P. A. (1899-1900). Notícias archeologicas do seculo XVIII, *O Archeologo Português* 5, 115-120.
- Barandiarán Maestu, I. (1971). Monedas romanas de Solacueva (Jócano, Alava), *Investigaciones Arqueológicas en Alava (1957-1968)*, Instituto Alavés de Arqueologia, Vitória, pp. 175-202.
- Bost, J.-P.; Campo, M.; Gurt, J.M. (1992). Trouvailles d'aurei et de solidi dans la Péninsule Ibérique. In Brenot, Cl. E Lorient, X. (dir.), *L'or monnayé: trouvailles de monnaies d'or dans l'Occident romain*, Paris, CNRS (Cahiers Ernest Babelon 4), pp. 33-89.
- Brown, L. (2013). *Charon's Obol? An archaeological study of the role of coins in Roman burial ritual (with case studies from Roman Italy, Germany, Britain and unconquered Scandinavia)*, Edimburgo, Universidade de Edimburgo (dissertação de doutoramento inédita).
- Ceci, F. (2005). La deposizione della moneta nella tomba: continuita di un rito tra paganesimo e cristianesimo, *Histria Antiqua*, 13, 407-416.
- Cepeda-Ocampo, J. J. (1990). *Moneda y circulación monetária en el País Vasco durante la antigüedad (siglos II a.C.-V d.C.)*, Bilbao Bizkaia Kutxa, Bilbao.
- Cepeda-Ocampo, J. J. (2000). Maiorina Gloria Romanorum. Monedas, tesoros y áreas de circulación en Hispania en el tránsito del siglo IV al siglo V, *Archivo Español de Arqueología*, 73, 161-192.
- Cepeda-Ocampo, J. J. e Unzueta Portilla, M. (1988). Numismática bajoimperial romana del Norte de la Península Ibérica, *Kobie* 17, 135-155.
- Correia, V. H. (ed.) (2021). *Conimbriga. Catálogo das coleções*, 3ª edição, DGPC/Blue Book, Lisboa.
- Cruz, A. R. G. P. da (2011). *Lapa Rasteira do Castelejo – campanha arqueológica de 2011 (relatório da intervenção)* <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/> (acedido em 1 de Março de 2023).
- Cruz, A. R. G. P. da et alii (2012). *Relatório da Lapa Rasteira do Castelejo – sala II - campanha de 2012 (relatório da intervenção)*. <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/> (acedido em 1 de Março de 2023)
- Depeyrot, G. (1996a). *Les monnaies d'or de Constantin II à Zénon (337-491)*, Moneta, Wetteren, (Col. Moneta 5).
- Depeyrot, G. (1996b). *Crisis e inflación entre la Antigüedad y la Edad Media*, Editorial Crítica, Barcelona.
- Doyen, J.-M. (2017). Une monnaie pour le mort – des monnaies pour les vivants. L'obole à Charon: la fin d'un mythe ?, in Hanut, F. (dir.), *Du bûcher à la tombe. Diversité et évolution des pratiques funéraires dans les nécropoles à crémation de la période gallo-romaine en Gaule septentrionale*, Service public de Wallonie, Namur, pp. 93-100.
- Dunbabin, K. M. D. (2003). *The Roman banquet*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Escortell Ponsoda, M. (1973). El tesorillo romano-bizantino de Chapipi, *Archivum* 23, 43-54.
- Fanjul Peraza, A.; Juaneda Gavelas, A.; García Flórez, R.; Ceballos Hornero, A.; Muñoz Fernández, E.; Llamosas San Miguel, C. (2021). El tesorillo tardorromano de la cueva de La Cuesta de Berció (Grado, Asturias). Primeras valoraciones en su contexto cantábrico, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 47 (2), 287-299.
- Fernández Portaencasa, M. (2020) A Fifth Century "Gallic Empire": Hispania as part of the Constantine III usurpation, *Studia Historica. Historia Antigua*, 38, 217-243.

- García Figuerola, M. (1999). *Cuatro estudios sobre el Ae2 teodosiano y su circulación en Hispania*, BAR publishing, Oxford (BAR-IS 802).
- Graça, A. (2009-2010). Relatório de escavação da Lapa Rasteira do Castelejo. In Cruz, A. (ed.) (2009/2010) – *Ângulo* (edição electrónica). Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar. [http://www.cph.ipt.pt/angulo2006/img/09-10/rel\\_LRC09.pdf](http://www.cph.ipt.pt/angulo2006/img/09-10/rel_LRC09.pdf)
- Graça, A. (2010-2011). Relatório da escavação da Lapa Rasteira do Castelejo. In Cruz, A. (ed.) (2010/2011) – *Ângulo* (edição electrónica). Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar. [http://www.cph.ipt.pt/angulo2006/img/10-11/relatorio\\_LRC10.pdf](http://www.cph.ipt.pt/angulo2006/img/10-11/relatorio_LRC10.pdf)
- Haubner, R., Strobl, S., Zbiral, J., Gusenbauer, C., Pintz, U. (2016). Metallurgical characterization of a coated Roman iron coin by analytical investigations. *Archaeometry*, 58/3, 441-452.
- Herrmann, B.; Grupe, G.; Hummel, S.; Piepenbrink, H.; Schutkowski, H. (1990). *Praehistorische Anthropologie*. Leitfaden der Fels und Labormethoden, Springer Verlag, Berlin.
- Hilgers, W. (1969). *Lateinische gefässnamen, Rheinland Vlg*, Dusseldorf.
- Lavan, L.; Swift, E e Putzeys, T. (2008). *Objects in context. Objects in use*, Brill, Leiden.
- Lechuga Galindo, M. (1985). Numismática tardorromana de la región de Murcia. I. Ocultaciones y conjuntos monetarios, *Antigüedad y Cristianismo* 2, 195-230.
- Carson, R. A. G.; Hill, P. V.; Kent, J. P. C (1978). *Late Roman Bronze Coinage A. D. 324-498*, Spink & Son Ltd., Londres (=LRBC).
- Marques, D. S. S. (2023). *Contributos para a circulação monetária tardia da Lusitânia: os tesouros monetários do Setor G XVII e da Basílica de Conimbriga e os do Logradouro, Largo da Amoreira e Chão dos Cardos de Idanha-a-Velha*, (Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Arqueologia e Território), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Marques, D. S. S.; Ruivo, J.; Correia, V. H. (n.p.). Notas sobre dois conjuntos monetários tardo-romanos de Conimbriga, *Nummus* 45, no prelo.
- Martínez Chico, D. (2020). *Los tesoros imperiales de Hispania*, (dissertação de doutoramento inédita), Universidade de Valência, Valência.
- Milošev, I. (2019). Contemporary modes of corrosion protection and functionalization of materials. *Acta Chimica Slovenica* 66, 511-533.
- Perassi, C. (2001). Le monete della necropoli: osservazioni sul rituale funerario. In Sannazaro, M. (ed.), *Ricerche archeologiche nei cortili dell'Università Cattolica. La necropoli tardoantica, Vita e pensiero ed.*, Milão, pp. 101-114
- Pfisterer, M. (2006). *Limesfalsa und subferrate Kleingeldkopien: Römisches Ersatzgeld am Donaulimes* (PhD thesis) Universität Wien, Viena.
- Reimer P.; Austin, W.; Bard, E.; Bayliss, A.; Blackwell, P.G.; Bronk Ramsey, C.; Butzin, M.; Cheng, H.; Edwards, R.L.; Friedrich, M.; Grootes, P.M.; Guilderson, T.P.; Hajdas, I.; Heaton, T.J.; Hogg, A.G.; Hughen, K.A.; Kromer, B.; Manning, S.W.; Muscheler, R.; Palmer J.G.; Pearson, C.; van der Plicht, J.; Reimer, R.W.; Richards, D.A.; Scott, E.M.; Southon, J.R.; Turney, C.S.; Wacker, L.; Adolphi, F.; Bantgen, U.; Capano, M.; Fahrni, S.; Fogtmann-Schulz, A.; Friedrich, R.; Kahler, P.; Kudsk, S.; Miyake, F.; Olsen, J.; Reinig, F.; Sakamoto, M.; Sookdeo, A.; Talamo, S. (2020). The IntCal20 Northern Hemisphere radiocarbon age calibration curve. *Radiocarbon* 62. doi: 10.1017/RDC.2020.41.
- Kent, J. P. C. (1981). The Roman Imperial Coinage, VIII. The family of Constantine I A. D. 337-364, Spink & Son Ltd., Londres (=RIC VIII).
- Kent, J. P. C. (1994). *The Roman Imperial Coinage. X- The divided Empire and the fall of the western parts AD 395-491*, Spink & Son, Ltd., Londres (=RIC X).
- Ripollès, P. P. (2002). La moneda romana imperial y su circulación en Hispania, *Archivo Español de Arqueología*, 75, 195-214.
- Ruivo, J. (2021). O tesouro de *solidi* de Conimbriga e a circulação do ouro na cidade após o final da dominação romana. In Correia, V. H. e Ruivo, J. S. (eds.), *Conimbriga diripitur. Aspectos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 81-93.
- Sayas Abengochea, J. J.; García Moreno; L. A., (1986). *Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos*, Ed. Labor, Barcelona (Tuñon de Lara, M. [dir.] Historia de España II).
- Silva, A. M. (1996). *O Hipogeu de Monte Canelas I (IV-III milénios a. C.): Estudo paleobiológico da população humana exumada* (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica). Dep. de Antropologia, FCTUC, Coimbra (policopiado).



- Stuiver, M., and Reimer, P.J. (1993). Extended 14C Data Base and Revised CALIB 3.0 14C Age Calibration Program, *Radiocarbon*, 35-1, 215-230.
- Tomé, T. (2009-2010). Lapa Rasteira do Castelejo (Alvados, Porto de Mós) – Relatório do estudo laboratorial dos restos ósseos humanos exumados na campanha de escavação de Outubro de 2009. In Cruz, A. (ed.) (2009/2010) – *Ângulo* (edição electrónica). Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar. <http://www.cph.ipt.pt/angulo2006/img/09-10/AMSrelLRC.pdf>
- Tomé, T. (2010-2011). Lapa Rasteira do Castelejo (Alvados, Porto de Mós) – Relatório do estudo do espólio osteológico humano exumado nas campanhas de 2009 e 2010. In Cruz, A. (ed.) (2010/2011) – *Ângulo* (edição electrónica). Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico Tomar. [http://www.cph.ipt.pt/angulo/download/rel\\_antropologia\\_LRC09\\_10.pdf](http://www.cph.ipt.pt/angulo/download/rel_antropologia_LRC09_10.pdf)
- Tomé, T. (2011). *Relatório do estudo dos restos osteológicos humanos exumados da Sala 2 da Lapa Rasteira do Castelejo (Alvados, Porto de Mós)*, IPT, Tomar (Relatório não publicado).
- Toynbee, J. M. C. (1971). *Death and burial in the Roman world*, Cornell University Press, Ithaca NY.
- Ubelaker, D., 1989, *Human Skeletal Remains: Excavation, Analysis, Interpretation*, 2ª edição, Taraxacum, Washington DC.
- Utrilla Miranda, P. e Redondo Veintemillas, G. (1979). Monedas de bronce de época constantiniana halladas en la cueva de Abauntz (Navarra), *Príncipe de Viana* 154-155, 31-40.
- Utrilla Miranda, P. (1982). El yacimiento de la cueva de Abauntz (Arraiz, Navarra), *Trabajos de Arqueología Navarra* 3, 203-345.
- Van Calker, D. S. (2020). *Revisitar a Lapa da Galinha (Alcanena, Santarém): as práticas funerárias no Maciço Calcário Estremenho (4º e 3º milénios a.n.e.)*, (Dissertação de mestrado em Arqueologia) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Velázquez Jiménez, A. (1983). El tesorillo de Torrecaños, Guareña (Badajoz), una contribución al estudio de la circulación monetaria durante el Bajo Imperio en el territorium emeritense, *Augusta Emerita I*, Madrid, Ministerio de Cultura (EAE 126), pp. 81-190.
- Vieira, T. G.; Ferreira, A. F. e Correia, V. H. (2021). A desagregação do espaço urbano I: escavações na Casa do tridente e da espada. In Ruivo, J. e Correia, V. H. (eds.) *Conimbriga diripitur. Aspetos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 145-162.
- Zbyzewski, G.; Manupella, G.; Assunção, C. F. T. (1970). *Folha 27A Vila Nova de Ourém*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa (Carta Geológica de Portugal, escala 1:50.000).
- Zbyzewski, G.; Manupella, G.; Assunção, C. F. T. (1974). *Notícia explicativa da Folha 27A Vila Nova de Ourém*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa (Carta Geológica de Portugal, escala 1:50.000).



# Paisagens Neolíticas na Bacia do Ave, Noroeste de Portugal. Revisão da Literatura

ANA M. S. BETTENCOURT <sup>A</sup>

<sup>A</sup> Investigadora do Lab2PT; Docente do Departamento de História da Universidade do Minho.

Email: [anabett@uaum.uminho.pt](mailto:anabett@uaum.uminho.pt)

Recebido em:

13 de Dezembro de 2022

Aceite em:

20 de Dezembro de 2023

Publicado em:

28 de Dezembro de 2023

## RESUMO

### Palavras-chave:

Noroeste de Portugal;

Bacia hidrográfica do rio Ave;

Paisagens neolíticas funerárias;

Megalitismo;

Usos na longa discronia.

Com este texto efetua-se o primeiro estado da arte sobre o Neolítico da bacia hidrográfica do rio Ave, no Noroeste de Portugal. Trata-se de um período cronológico para o qual se desconhecem contextos de povoado, motivo pelo qual a síntese se centra no estudo do que se conhece sobre os monumentos funerários, nomeadamente os monumentos megalíticos, a par de parcas evidências de outro tipo de contextos.

É realizada, igualmente, uma análise sobre o papel simbólico e social deste tipo de cenários na longa diacronia, reusados desde o Calcolítico até, provavelmente, a Idade do Ferro.

## ABSTRACT

### Key-words:

Northwest Portugal;

Ave river basin;

Neolithic funerary landscapes;

Megalithism;

Uses in the long diachrony.

This text constitutes the first state-of-the-art on the Neolithic of the Ave river basin, in north-western Portugal. It is a chronological period for which no settlement contexts are known, which is why the synthesis is focused on the study of what is known about funerary monuments, namely the megalithic monuments, along with scarce evidence of other types of contexts.

An analysis is also carried out on the symbolic and social role of this type of scenarios in the long diachrony, reused from the Chalcolithic to, probably, the Iron Age.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo do Neolítico na bacia do Ave tem sido absolutamente casuístico, o que dificulta qualquer tentativa de síntese sobre o tema.

Não se conhece qualquer povoado desta cronologia, sendo apenas conhecidas expressões funerárias, materializadas por monumentos megalíticos e, eventualmente, ocupações de abrigos graníticos, assim como expressões de Arte Atlântica Clássica e de Arte Esquemática Antiga que, segundo vários autores, emergiram nesta cronologia. No entanto, a articulação entre estas manifestações rupestres e os monumentos funerários é um estudo que está por fazer.

Quanto aos monumentos funerários megalíticos, as suas primeiras referências na bacia do Ave são feitas por Francisco Martins Sarmiento, ainda no século XIX, tendo este autor referido diversas mamoaas nos concelhos de Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Braga, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Lousada, Trofa, entre outros, que vai descrevendo e dando conta do seu

estado de conservação (Sarmiento 1901, 1902, 1933, 1999<sup>1</sup>). É pela sua obra que se sabe que, à época, muitos monumentos já tinham sido violados por aqueles que apelida de ciprianistas, ou seja, os que procuravam tesouros nestes locais, munidos do Livro de S. Cipriano. Também nos vai indicando os que foram exploradas por si (Mamoas da Antela, da Bouça Nova, da Bouça da Agrela, da Gandra, entre outras) (Fig. 1), descrevendo pormenores do espólio encontrado, mas sem grandes desenhos ou esboços relativos aos aspetos estruturais (Sarmiento 1901, 1902). A propósito das Mamunhas da Gandra, na freguesia de Sande São Lourenço, em Guimarães, Sarmiento (1901: 128) diz o seguinte: "São quatro. Duas dentro do círculo antigo da bouça. Estas não produziram absolutamente nada. Um d'ellas tinha uns fragmentos de *barro antigo*, o que prova ainda a mão demolidora do saqueador. A terceira, já fora da parede antiga, deu uma grande quantidade de bastilhas de *seixo negro*, que eu entendo ter sido quebrado e lançado ahi intencionalmente; alguns

<sup>1</sup> Obras póstumas.

fragmentos de louça muito grossa, ½ centímetro talvez; uma pedra de raio (lêde crystal de rocha); um pedaço de lasca de quartzo com uma veia de ferro, e – coisa preciosa – uma *machadinha de schisto*”.

Este erudito vai dando notícias de monumentos escavadas por membros do clero (como o Abade Oliveira Guimarães) e por populares (Sarmento 1933).

De destacar a compra que efetua de alguns e que doa à Sociedade Martins Sarmento. É o caso da Mamoá a norte da Bouça Nova, na extrema das freguesias de São Tomé de Caldelas e de São Cláudio do Barco, perto das Caldas das Taipas, assim como de mais quatro pequenos monumentos ou “pedras semelhantes a marcos<sup>2</sup>”, em 2 de julho de 1892. De assinalar, ainda, a compra de um outro monumento megalítico, na freguesia de São Salvador de Briteiros, a 9 de agosto de 1894. Trata-se da Mamoá da Bouça da Agrela ou da Gândara. Todos estes imóveis foram inspecionados por Mário Cardoso na primeira metade do século XX (Cardoso 1950).

O interesse de Martins Sarmento pelo passado, estende-se, também, a outras personagens nos finais dos séculos XIX e primeira metade do século XX, como Ricardo Severo e Artur Cardoso (1886), Manuel

<sup>2</sup> Cardoso (1950, p. 449).

Macedo (1896), Abade Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa (Lima 1940), Abade de Sousa Maia (1908) e Carlos Teixeira (1948). Já na segunda metade do séc. XX, Afonso do Paço (Paço e Pinto, 1961), Elísero Pinto e Rigaud de Sousa (Pinto e Sousa, 1978), Carlos Teixeira (Teixeira *et al.*, 1965), Fernando Lanhas e Pinho Brandão (1969), António do Rosário (1974), entre outros, foram explorando ou dando informações sobre monumentos megalíticos, trabalho que permite a Vítor Oliveira Jorge (1978, 1982) editar as primeiras sínteses de inventariação do megalitismo do Norte de Portugal. Posteriormente, publicaram-se algumas cartas arqueológicas e artigos onde se inventariaram monumentos megalíticos já conhecidos ou se dá a notícia de outros (Queiroga, 1985; Dinis 1989; Moreira A., 1991; Regalo e Brito, 1991; Fontes, 1993; Bettencourt e Silva, 2003; Fontes e Roriz, 2007; Barbosa, 2009). Paralelamente, surgem publicações cujo objetivo é o estudo de materiais provenientes de escavações antigas ou a elaboração de sínteses locais (Jorge S. 1978; Cruz e Brito, 1991; Bettencourt 2013b; Gonçalves, 2013).

Se foram muitas as explorações realizadas em mamoás pelos eruditos entre os finais dos séculos XIX e os meados do XX (Bouça da Agrela ou da Gândara e Mamoinha da Bouça do Domingos de Melres, em



Figura 1:  
Mamoá da  
Bouça da Agrela  
ou Gândara, em  
Guimarães,  
explorada  
por Martins  
Sarmento  
(Cardoso 1950, p.  
450).

Guimarães (Martins Sarmento); Matamá e Lapinha, também em Guimarães (Abade Oliveira Guimarães); Antelas das Alminhas e Farilha, em Vila do Conde e Antela dos Córregos, em Santo Tirso (Abade de Sousa Maia); Mamoas de Guilhabreu e de Vilar, também em Vila do Conde (Elísero Pinto); Mamoas da Antela da Bouça dos Corgos, em Santo Tirso (Serpa Pinto); Mamoas do Monte Grande, igualmente em Santo Tirso (Félix Alves Pereira, Ricardo Severo e Abade de Sousa Maia), as primeiras escavações cientificamente conduzidas só se verificam nas Mamoas 1 e 2 de Mar de Água, em Famalicão, por iniciativa de Margarida Moreira (2007, 2009); na Mamoas de Leira das Mamas, Braga, por iniciativa de Orlando Sousa e, posteriormente, de Eduardo Jorge Lopes da Silva (Bettencourt, 2013a); na Mamoas 1 da Tojeira, na Póvoa de Lanhoso, por Rui Barbosa (Barbosa, 2009<sup>3</sup>; Gonçalves, 2013) e na Mamoas da Ermida, em Santo Tirso, por Lídia Baptista (Baptista, 2019; Baptista e Oliveira, 2022, Vale e Baptista, 2022) (Fig. 2).

A par destes trabalhos verificaram-se, ainda, trabalhos de limpeza na Mamoas da Ínsua, Vila do Conde, pelo Gabinete de Arqueologia deste município e limpeza

<sup>3</sup> Sobre este assunto foram, ainda, tidos em conta os dados da palestra proferida na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, a 13 de novembro de 2008, por Rui Barbosa, com o título "Monumento sob tumulus/dólmen da Tojeira (Calvos, Póvoa de Lanhoso). Balanço dos trabalhos realizados" e da comunicação apresentada por Rui Barbosa e Luís Gonçalves, em 2014, no "3rd. ENARDAS Colloquium. Living places, experienced places. The Northwestern Iberia in Prehistory", intitulada "O monumento megalítico da Tojeira, Póvoa de Lanhoso, NE de Portugal. Características construtivas e práticas deposicionais". Agradecemos aos autores a cedência de fotografias para publicação.

das camadas húmusas das Mamoas 1 da Serra do Carvalho e da Pena Província 5, na Póvoa de Lanhoso, no contexto de uma ação de educação ambiental (Correia *et al.*, 2019).

Algumas destas escavações não foram continuadas, por motivos diversos, e apenas uma delas foi alvo de publicação monográfica (Moreira *et al.*, 2022). De salientar, ainda, um estudo sobre o espólio da coleção do Abade de Sousa Maia, da autoria de Domingos Cruz e de Mário Brito (1991). Assim, apesar de se conhecerem inúmeros monumentos escavados na bacia do Ave, a síntese das paisagens funerárias neolíticas deste território está por fazer, pretendendo-se, com este texto, contribuir para o seu estado da arte.

## 2. PAISAGENS FUNERÁRIAS

De uma forma geral podemos assumir, com os dados existentes, que a maioria dos enterramentos neolíticos da bacia do Ave, se efetuaram no interior de criptas megalíticas.

Na ausência de uma cartografia do megalitismo para esta área, é com base na bibliografia que se pode afirmar que as comunidades neolíticas habitaram a totalidade do território, tendo construído monumentos de grande investimento na plataforma litoral, no fundo dos vales e em contextos de altitude, entre os 25 metros e cotas superiores a 550 metros. Em termos da distribuição espacial dos monumentos a uma escala mais reduzida de análise, sabe-se que estes se construíram em núcleos, num território relativamente

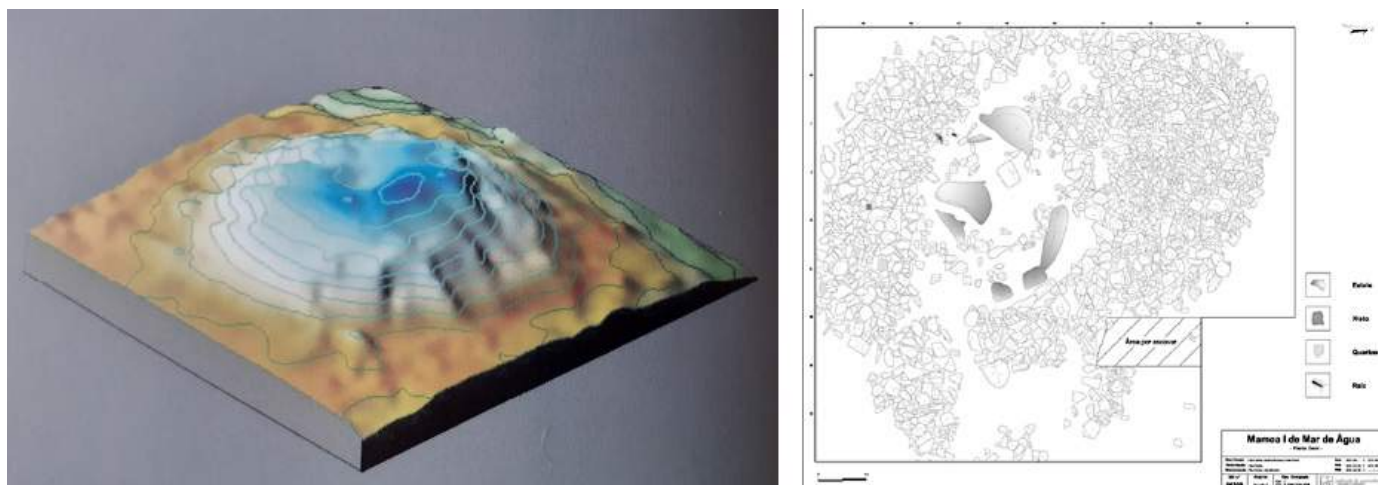


Figura 2: Modelo digital do terreno da Mamoas de Mar de Água 1, Vila Nova de Famalicão (Moreira M. 2007) e decapagem do monumento com área central e contraforte (Moreira M. 1992).

circunscrito, ou seja, em necrópoles nucleadas, por vezes inscritas em necrópoles alongadas, que se parecem ir formando à medida que estes núcleos se vão erguendo, numa complexidade de interligações visuais que seria interessante aprofundar, por serem intencionais e se constituírem como marcos espaciais.

Como exemplos de necrópoles nucleadas temos os casos das de Redundo, em Monte Córdova, Santo Tirso (Moreira A., 1991), da Carvalha, na Póvoa de Lanhoso, composta, pelo menos, por dois monumentos (Mamoas da Tojeira e do Madorro). No entanto, a maioria, corresponde a necrópoles alongadas, como a do Monte de São Jorge, em Fafe, com mais de uma dezena de monumentos (Pereira, 2017), ou a da Serra do Carvalho, atualmente com oito monumentos (Regalo e Brito, 1991; Bettencourt e Silva, 2003; Correia *et al.*, 2019) (Fig. 3). Estas necrópoles são de extrema importância na medida em que possibilitam traçar rotas e caminhos percorridos pelos agricultores e pastores neolíticos.

O lugar escolhido para a implantação destes monumentos terá obedecido a diversas variáveis de âmbito, simultaneamente simbólico e prático, num período em que a dicotomia sagrado-doméstico não teria qualquer expressão. Estes construíram-se, preferencialmente, em áreas graníticas, não raro perto de afloramentos que possibilitavam a extração de esteios (Mar de Água 1 e 4) (Fig. 4).

Neste caso concreto, é óbvio que os monumentos se edificaram numa mancha de monzogranito de grão médio, de tendência porfiroide e de duas micas, ou seja, os Granitos de Airão - a melhor rocha para

construção da área, como bem assinalou António Dinis (1989). No entanto conhecem-se alguns em áreas de xisto, como a Mamoas de Gondifelos, em Famalicão, embora na área de contacto entre xistos e granito. Já a Mamoas de Leira de Mamas, em Lamas, foi construída sobre um relevo residual de micaxistos alterados, de 172 metros de altitude, no seio das aluviões do vale do rio da Veiga, o que lhe conferiu um carácter de imponência (Bettencourt, 2013a).

Relativamente a aspetos construtivos sabe-se que vários montículos artificiais que cobrem as câmara e eventuais corredores foram construídos com sedimentos siltsosos, o que implicava a sua cobertura com couças líticas superficiais e a sua delimitação com anéis líticos periféricos para que a ação erosiva fosse minorizada (Mamoas de Redundo 1 e 2, Mamoas 1 e 3 de Mar de Água, Mamoas 2 da Serra dos Carvalhos, Mamoas 5 da Pena Província, Mamoas 1 da Tojeira). Noutros casos, foram usados solos argilosos e compactos, como é o caso da Mamoas de Leira das Lamas e, provavelmente, da Mamoas de Guilhabreu, que segundo Afonso do Paço e Elísero Pinto (1961, p. 5) era composta por “terra barrenta, compacta e escura, trazida para ali de local mais a nascente”. Também há a registar casos de montículos formados por depósitos areno-argilosos com aglomerados pétreos na periferia, como é o caso da Mamoas da Ermida (Baptista e Oliveira, 2022).

A altura dos montículos, meramente indicadora, pois estes foram alterados por agentes erosivos e violação ao longo dos tempos, é variável entre os c. de 0,60

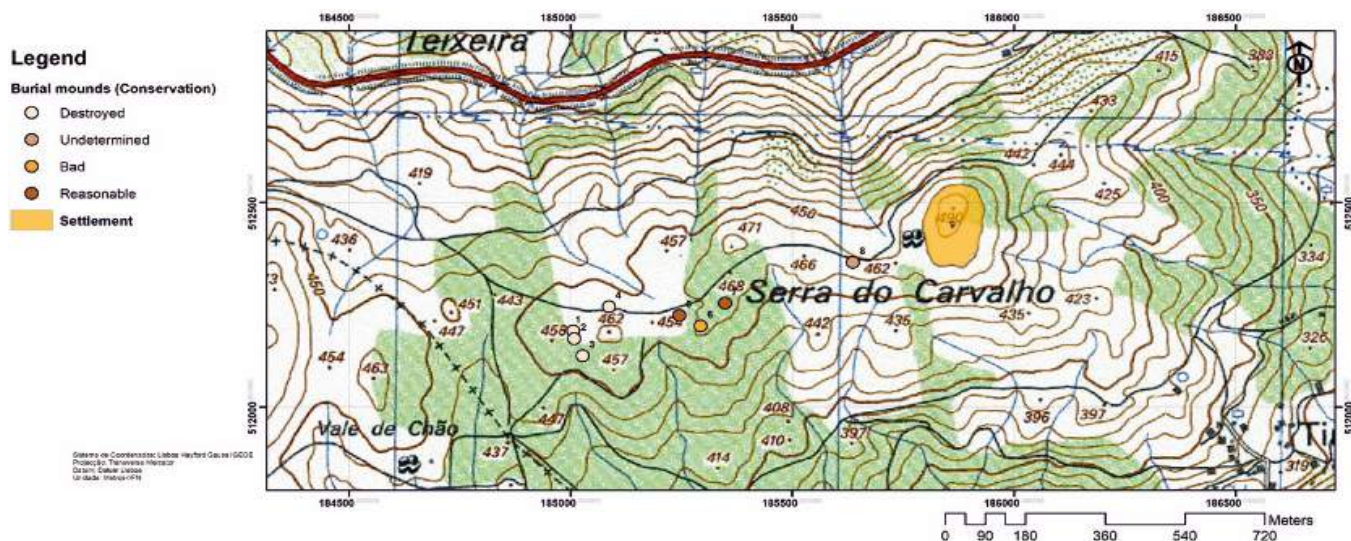


Figura 3: Necrópole da Serra do Carvalho, Póvoa de Lanhoso (Correia *et al.* 2019).

metros e os c. de 2,5 metros (neste caso da Mamoa 1 do Folão/Fulão e da Mamoa de Vilar), indiciando que alguns teriam câmaras de grandes dimensões e, por consequência, de grande investimento construtivo. Quanto aos diâmetros, o maior número de monumentos para os quais há medidas, tem entre 21 e 30 metros, seguido dos que medem entre os 11 e os 20 metros. Excepcionalmente, há monumentos com diâmetros superiores a 30 metros, como é o caso do Monte Grande, na Trofa, com cerca de 36 metros. Os contornos são subelípticos ou subcirculares, indiciando a existência de monumentos com câmaras simples e com câmara e corredor. Em termos das criptas funerárias existiram monumentos de câmara poligonal (Mamoa da Ermida) (Baptista, 2019); de câmara poligonal irregular (Antela das Alminhas) (Maia, 1908) de câmara indeterminada e corredor curto, virado a sudeste (Mamoa de Leira das Mamas) (Bettencourt, 2013a) (Fig. 5). Deve destacar-se a descrição que Sarmiento (1999, p. 292) dá da Mamoa do Folão/Fulão 1 dizendo que segundo relatos esta era “formada por uma grande pedra sustentada em outras oito e os suportes numa posição um pouco oblíqua”.

Um caso curioso é o da Mamoa 1 da Tojeira, onde, na área nascente, sem anel lítico periférico, o substrato

geológico foi cortado e afeiçoado<sup>4</sup>, constituindo uma característica inédita no contexto do megalitismo do Norte de Portugal. Nesta área também foram efetuados depósitos de artefactos (um machado, um recipiente cerâmico e uma ponta de seta em xisto) (Fig. 6).

Algumas câmaras foram gravadas e ou pintadas. Tal é o caso da Leira das Mamas, com motivos reticulados, pintados a branco (Bettencourt, 2013a; Oliveira *et al.*, 2017), diretamente sobre o esteio o que, por paralelos com a Galiza, indicia uma cronologia da primeira metade do 4º milénio AC (Fig. 5). Segundo Martins Sarmiento (1886, p. 142), a Mamoa da Bouça do Folão/Fulão 1, em Vila do Conde, teria esteios gravados. Diz ele “Segundo acrescenta o padre, mas com pouca segurança, um dos suportes tinha a gravura de uma ave. Já o lavrador que m indicou a mamoa rosara que as pedras tinham sinais”. De referir, ainda “vestígios de matérias corantes” na Antela das Alminhas, conforme informação de Sousa Maia (1908), que não sabemos se foram usados no contexto de ritos associados às deposições humanas ou à pintura dos esteios da cripta funerária.

<sup>4</sup> Segundo a comunicação apresentada por Rui Barbosa e Luís Gonçalves, em 2014, já referida na nota 3.



Figura 4: Localização da Mamoa de Mar de Água 1 em relação a afloramentos graníticos existentes nas imediações.

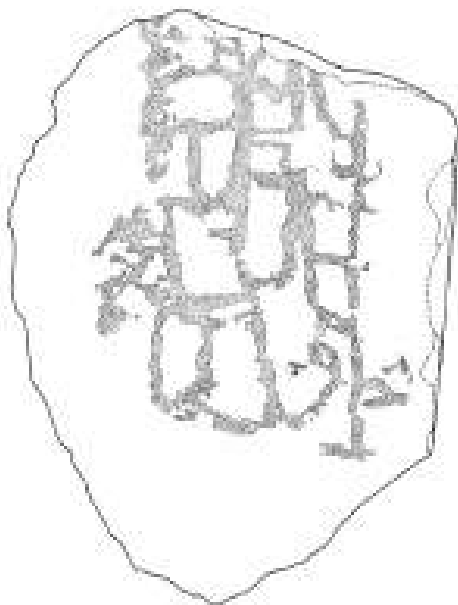


Figura 5: No topo: câmara hipoteticamente reconstituída da Mamoa de Leira das Mamas, em Braga. Em baixo: esteio pintado e decalque do mesmo (Bettencourt 2013a, adaptado).





Figura 6: Prospecções geofísicas e sanja norte aberta na Mamoa da Tojeira 1, Póvoa de Lanhoso (Gonçalves, 2013); entrada nascente do monumento onde se pode observar o substrato rochoso afeiçoado e a deposição de um machado no exterior de um semicírculo de pedras (cortesia de Rui Barbosa).



Figura 7: No topo: pontas de seta da Bouça dos Córregos, Santo Tirso (cortesia da Câmara Municipal de Vila do Conde). Em baixo: dois micrólitos da Mamoa da Leira das Mamas, em Braga (cortesia do Museu D. Diogo de Sousa); um micrólito da Mamoa Mar de Água 1, Vila Nova de Famalicão (cortesia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão) e lasca cortical da Mamoa da Leira das Mamas (cortesia de Jorge Guedes).



Figura 8: No topo: machados da Bouça dos Córregos, Santo Tirso (cortesia da Câmara Municipal de Vila do Conde) e cristais de quartzo da Mamoa da Ínsua, Vila do Conde (Bettencourt 2013b); Em baixo: machados, goiva e eventual ídolo sobre seixo polido da Mamoa de Lamas, Braga (cortesia do Museu D. Diogo de Sousa) e moinhos manuais da Antela das Alminhas, Vila do Conde (Bettencourt 2013b).

Em relação ao caso da Leira das Mamas, através de análises multidisciplinares, sabe-se que a tinta branca foi feita com caulino misturado com óleos vegetais, provavelmente de resinas de *Pinaceae*, estabilizado a altas temperaturas (Oliveira *et al.*, 2017). Deve referir-se, também, o aparecimento de blocos pétreos com covinhas, no anel lítico da Mamoa da Ermida (Baptista e Oliveira, 2022; Vale e Baptista, 2022).

Os ritos e práticas funerárias são os aspetos menos conhecidos, sobretudo no que se refere ao tratamento dos corpos devido à violação dos monumentos e à constituição dos solos, maioritariamente ácidos. Sabe-se, no entanto, que os mortos eram enterrados com oferendas e, por vezes, com adornos no âmbito da indumentária funerária. Quanto às oferendas, estas só podem ser analisadas em termos formais e no que toca às matérias com que foram elaboradas, por se desconhecer a sua disposição espacial no contexto dos monumentos. As exceções são a Mamoa da Tojeira 1, onde todos os artefactos foram encontrados no

acesso da câmara, e na Mamoa da Ermida, onde todos se concentravam na área de desmantelamento do monumento, ainda durante o Neolítico (Baptista e Oliveira, 2022).

Em termos formais os mortos foram enterrados com micrólitos trapezoidais (em sílex); pontas de seta (em sílex, xisto, quartzito, quartzo) e lâminas (em sílex, xisto, quartzito e quartzo, por vezes hialino); lascas de sílex e de quartzo, núcleos, enxós, machados, goivas, moinhos manuais (dormentes e moventes), percutores, seixos rolados, cristais de quartzo e recipientes cerâmicos de perfis globulares ou semiesféricos, quase sempre lisos, embora ocorram alguns com decoração incisa ou impressa, imediatamente abaixo do bordo (Figs. 7, 8 e 9).

De destacar os vasos com decoração em forma de crescentes da Mamoa de Leira de Mamas, uma gramática comum em contextos funerários no Noroeste de Portugal (Fig. 9). Partindo do princípio de que as decorações cerâmicas correspondem a iconografias de grande simbolismo, cabe perguntar



Figura 9: Em cima, à esquerda: recipientes da da Mamoa de Lamas, Braga; à direita: recipiente do Mamoa da Tojeira 1, Póvoa de Lanhoso (cortesia de Rui Barbosa); Em baixo, à esquerda: recipiente da Antela de Farilhe, Vila do Conde (Bettencourt 2013b) e fragmento de vaso com decoração impressa da Mamoa da Matamá, Guimarães (V. Jorge 1982, vol. 2, p. 88).

se os crescentes, sempre orientados para o lado direito, simbolizarão a lua em quarto crescente. Ao ser assim, parece lícito perguntar-se se terá existido uma associação simbólica entre a morte e o ciclo lunar.

Neste caso, em fase de regeneração, os seixos rolados aparecem em diversas mamoaas, quer de altitude (como em Mar de Água 1), como em monumentos mais litorais (Mamoa de Vilar ou Ínsua, Antela das Alminhas e Farilhe, em Vila do Conde). O mesmo ocorre em monumentos perto de rios (Leira das Mamas), onde um seixo rolado parece ter sido escolhido pela sua forma grosseiramente antropomórfica, possibilitando colocar a hipótese de poder ser um ídolo, similar a muitos ocorridos noutros contextos megalíticos do Noroeste (Fig. 8). Sendo a deposição de seixos um comportamento mais ou menos comum em muitos monumentos do Noroeste, a intencionalidade de vincular a morte com contextos aquáticos, onde estes se formam, parece óbvia.

Também se deve referir que a maioria destes objetos, nomeadamente os líticos, com exceção dos moinhos manuais dormentes, quando encontrados em contextos menos perturbados, foram depositados inteiros e sem evidências de uso. Tal revela que são

feitos, expressamente, para acompanhar os defuntos indicando a importância deste equipamento, que, pela forma, parecem metaforizar diversas atividades a saber: a caça; o abate da floresta e a agricultura; o trabalho da madeira; a confeção de utensílios líticos, entre outros. Partindo deste axioma, é de colocar a hipótese de que as populações neolíticas acreditariam na possibilidade de uma vida para além da morte, para a qual necessitavam de um conjunto de artefactos estandardizados. Esta hipótese da morte como um ciclo de renascimento parece estar de acordo com a existência de iconografia associada ao ciclo lunar e com a orientação nascente-poente de vários monumentos providos de corredor.

Quanto aos objetos de adorno destacam-se as contas de colar, sempre raras, nomeadamente as da Mamoa da Ermida, em Santo Tirso (Baptista, 2019; Baptista e Oliveira, 2022; Vale e Baptista, 2022) e as da Mamoa de Guilhabreu, em Vila do Conde, todas em pedra verde, tendo uma de Guilhabreu sido classificada como sendo de variscite por Vítor Jorge (1986, p. 853). As rochas verdes (variscite e talco) são uma matéria rara, talvez só usada na ornamentação de cadáveres de estatuto social mais importante. O seu significado simbólico e



Figura 10: Recipientes cerâmicos encontrados na Bouça do Pique, Vila Nova de Famalicão (cortesia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão).

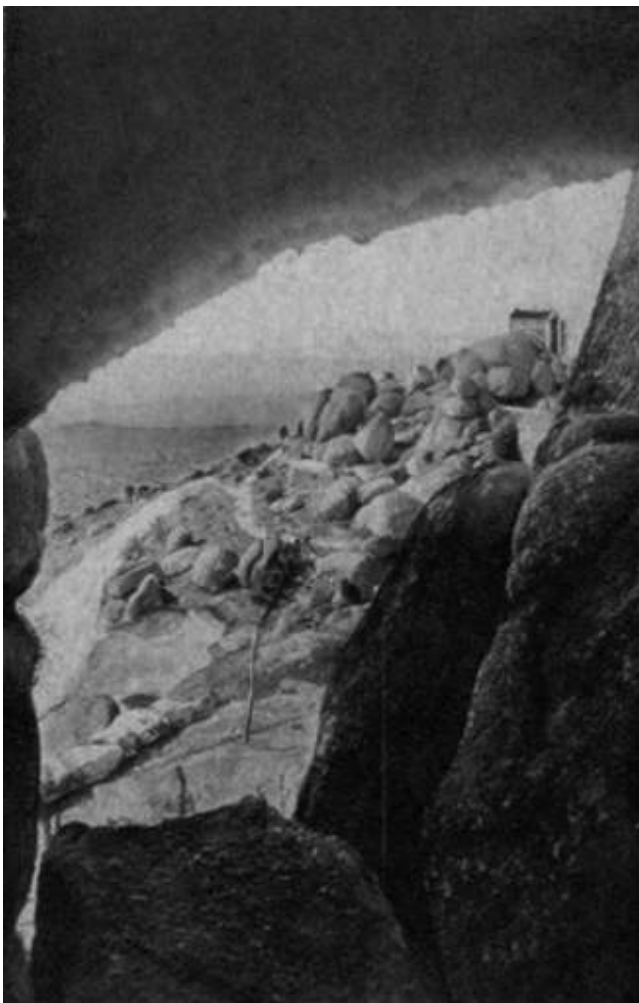


Figura 11: Monte da Penha, em Guimarães, antes dos arranjos urbanísticos (Sampaio et al. 2009) e ponta de seta de base triangular (cortesia da Sociedade Martins Sarmento).

social originou grande intercâmbio suprarregional. O mesmo se pode dizer do sílex, que não existindo na região terá sido, provavelmente, originário da Figueira da Foz-Cantanhede (no caso do sílex acinzentado e opaco, do Jurássico) ou do Souto da Carpalhosa-Leiria ou da Nazaré (no caso do sílex mais avermelhado do Cretácico). Trata-se de uma matéria menos comum do que o xisto ou o quartzo, no fabrico de artefactos em pedra lascada, nesta área, indiciando, mais uma vez, distinção social entre alguns cadáveres. Ainda em relação ao mundo funerário Neolítico, cabe perguntar se os vasos da Bouça do Bique, em Famalicão, associados a um machado, encontrados no subsolo (Sousa 1987) e em área de vários abrigos graníticos, não seriam reveladores da existência de outros contextos funerários não megalíticos (Fig. 10).

De salientar que a deposição destas peças é óbvia, pelas suas condições de conservação, pelo que a hipótese, tantas vezes repetida, de que seriam provenientes de um povoado, é difícil de aceitar. De salientar que diversas prospeções no local, não possibilitaram encontrar indicadores seguros da existência de um povoado. Quanto à sua cronologia salienta-se que estes vasos, na verdade, não são de tipo Penha (esta designação deve usar-se para

recipientes com decoração metopada). São providos de decoração com triângulos incisos preenchidos com puncionamentos fazendo lembrar organizações decorativas que S. Jorge (1986) afirma terem origem no V milénio AC, podendo, portanto, ser Neolíticos. O uso de abrigos graníticos no Neolítico, também poderá ter-se verificado no Monte da Penha, em Guimarães, de onde se exumaram algumas pontas de seta de base triangular (Sampaio *et al.*, 2009) (Fig. 11).

### 3. IMPACTO DA PAISAGEM MEGALÍTICA NO TEMPO E NO ESPAÇO

As paisagens megalíticas permaneceram ativas no período subsequente - o Calcolítico, embora talvez só reutilizadas, a partir dos meados do 3º milénio AC. Essa reutilização manifesta-se através de reconfigurações na área das câmaras primitivas, como é o caso da Mamoa da Ermida (Baptista e Oliveira, 2022) e da deposição de recipientes campaniformes. Tal ocorreu na Mamoa 1 de Mar de Água, na extremidade nascente da Mamoa de Guilhabreu (Paço e Pinto 1961) e, recentemente, do lado sudeste do montículo da Mamoa da Ermida (onde ocorreram 3 vasos, um deles incompleto, no interior de um covacho) (Fig. 12).



Figura 12: No topo: vasos campaniformes encontrados no montículo da Mamoa da Ermida, Santo Tirso (Baptista 2019); campaniforme pontilhado geométrico da Mamoa de Mar de Água 1 (cortesia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão) e campaniforme pontilhado geométrico da Mamoa de Guilhabreu, Vila do Conde (Bettencourt 2013b). Em baixo: fragmentos de braçais de arqueiro da Mamoa de Monte Grande, Trofa (Brito, 2007); vaso proveniente da Mamoa da Lapinha (V. Jorge 1982, vol. 2, p. 89) e fíbula de tipo Trasmontano (Ponte 32), encontrada na Mamoa de Mar de Água 1 (cortesia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão).

Quer para a Mamoa de Guilhabreu (Paço e Pinto 1961, p. 14) quer para a de Ermidas (Baptista, 2019; Baptista e Oliveira, 2022) estas ocorrências foram consideradas como representativas de utilizações secundárias ou reconfigurações destes monumentos. Deste período genérico será uma ponta em cobre de tipo Palmela e um braçal de arqueiro, em xisto, encontrado na Mamoa da Ínsua ou de Vilar (Teixeira *et al.*, 1965) e os braçais de arqueiro da Mamoa de Monte Grande (Moreira A 2007, p. 48) (Fig. 12). Estes dados traduzem a tendência observada no restante Noroeste ibérico, onde o escasso número de monumentos megalíticos com presença de deposições deste período, revela que, apesar de importantes e significantes na paisagem calcólítica, não foram locais preferenciais de enterramento. Talvez tenham sido usados apenas para depositar os restos humanos de elementos sociais importantes, como indicia o tipo de artefactos encontrados, sempre peças de exceção.

Na Idade do Bronze, apenas se conhece a reutilização de três monumentos megalíticos. Trata-se da Antela das Alminhas ou de Farilhe, em Vila do Conde, onde se terá depositado um possível cadinho, embora esta peça também possa ser um vaso miniatura (Maia, 1908; Bettencourt, 2013b). Outro caso é o da Mamoa da Lapinha, onde foi depositado um recipiente deste período (Jorge 1982) (Fig.12). Há, ainda, uma possível espiral, em cobre, da Bouça dos Córregos, referida nos inéditos de Serpa Pinto como um anel de cobre (Lopez Cuevillas e Bouza Brey 1929; Cruz e Brito 1991).

Quanto à Idade do Ferro cabe perguntar se a fíbula de bronze (Moreira M. 2007, 2009), de tipo Transmontano, encontrada na Mamoa 1 de Mar de Água, não corresponderia a um enterramento intencional, efetuado durante este período, visto tratar-se de objeto que se associa ao vestuário (Fig. 12). Se bem que os indícios funerários deste período sejam raros a existência de reutilização posterior à Idade do Bronze, em contextos megalíticos, é um fenómeno conhecido noutros contextos (Silva, 2004).

Durante a Idade Média e Moderna, a importância dos monumentos megalíticos como referentes espaciais, está atestada na bacia do Ave pela documentação destas épocas (Soares, 1987; Pizarro, 1958, entre outros). Um caso exemplificativo da manutenção da importância destes monumentos até à atualidade é o marco administrativo que divide as freguesias de Vale de S. Cosme e Vermoim, no concelho de Vila Nova de Famalicão, existente no centro da Mamoa de Mar de

Água 1, demonstrando a sua utilidade e integração no quotidiano das populações (Fig. 13). A integração destes monumentos no modo de vida tradicional e a sua referência como marcos espaciais até, pelo menos, os meados do séc. XX, materializou-se, igualmente, pelos microtopónimos que foram dados a alguns, por vezes, associados a lendas, como é o caso da Mamoa do Folão/Fulão 1, conhecida por Casa da Moura e associada à lenda que refere ter sido o teto da anta trazido à cabeça de uma moura que, simultaneamente, fiava numa roca, segundo Martins Sarmiento (1999, p. 523).

A sua destruição maciça dá-se a partir da segunda metade do séc. XX, momento em que deixam de ter utilidade como elementos ativos, no modo de vida das populações rurais, se dá a introdução de uma agricultura moderna e alterações das toponímias tradicionais. Cabe às autarquias, juntas de freguesia, em apoio com outras instituições (universidades, empresas de arqueologia) o esforço da sua inventariação, preservação e monitorização, assim como a criação de itinerários suportados por discursos cientificamente validados de integração social e identitária, por forma a que o passado possa, de novo, interagir com o presente.

## BIBLIOGRAFIA

- Baptista, L. (2019). A Mamoa da Ermida, Santa Cristina, Santo Tirso, *Artefactus*, 6, pp. 10-13.
- Baptista, L.; Oliveira, L. (2022) A intervenção arqueológica na Mamoa da Ermida. IN: A. Moreira, L. Baptista, L. Oliveira; N. Vale, eds. *A Mamoa da Ermida*. Santo Tirso: Câmara Municipal, pp. 23-50.
- Barbosa, R. (2009). Inventário arqueológico ao longo da Via Romana XVII no troço concelhio de Póvoa de Lanhoso, *Lanyoso – Revista Cultural da Póvoa de Lanhoso*, 2, pp. 7-67.
- Bettencourt, A. M.S. (2013a). O monumento megalítico de Leira das Mamas, Lamas, Braga. IN: A.M.S. Bettencourt, eds. *A Pré-História do Noroeste Português*. Territórios da Pré-história em Portugal, vol. 2. Braga/Tomar: CEIPHAR/CITCEM, pp. 149-154.
- Bettencourt, A. M.S. (2013b). Vila do Conde na Pré-história Recente, *Vila do Conde. Tempo e Território*. Vila do Conde: Câmara Municipal, pp. 46-59.



Figura 13: Marco de divisória de freguesias colocado na Mamoia de Mar de Água 1 (cortesia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão).

Bettencourt, A.M.S.; Silva, Isabel (2003). O património Pré-histórico da Póvoa de Lanhoso. Que valorização? *Cadernos do Noroeste*, 20: 1-2, pp. 633-648.

Cardoso, M. (1950). Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento, *Revista de Guimarães*, 60: 3-4, pp. 405-486.

Correia, M.; Pereira, G. R.; Fernandes, O. (2019). Towards the public: the contributions of public archaeology at Serra do Carvalho, *Journal in Public Archaeology*, 9, pp. 39-64.

Cruz, D. J.; Brito, M. (1991). A colecção arqueológica do Abade Sousa Maia. *Boletim Cultural da Câmara Municipal. Vila do Conde*. 7, Nova Série, pp. 5-13.

Dinis, A. P. (1989). Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Famalicão – o megalitismo. *Boletim*

*Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 9, pp. 41-66.

Fontes, L. (1993). Inventário de sítios e achados arqueológicos do concelho de Braga, *Mínia*. 3ª série, 1, pp. 31-88.

Fontes, L.; Roriz, A. (2007). *Património arqueológico e arquitectónico de Vieira do Minho*. Vieira do Minho: Câmara Municipal.

Gonçalves, L. (2013). *Estudo Geoarqueológico com Georadar. Aplicação aos Contextos Arqueológicos da Pré-história Recente à Proto-história do NW de Portugal*. Braga: Universidade do Minho (Tese de doutoramento).

Guimarães, Abade O. (1900). A mamoia de Matamá, *Revista de Guimarães*, 17, pp. 150-157.

- Jorge, S. (1978). Pontas de seta provenientes de túmulos megalíticos do Noroeste de Portugal, *Mínia*, 2ª série. 1: 2, pp. 155-160.
- Jorge, S. (1986). *Povoados da Pré-história Recente (IIIº - inícios do IIº milénios a.C.) da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.
- Jorge, V. O. (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal. O distrito do Porto – os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de doutoramento – policopiada).
- Lanhas, F.; Brandão, D. P. (1969). Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico nos concelhos de Matosinhos e de Vila do Conde). *Revista de Etnografia*, 12: 2, pp. 295-343.
- Lima, A. C.P. (1940). A correspondência Martins Sarmento – P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, 50: 3-4, pp. 181-214.
- Lopez Cuevillas, F.; Bouza Brey, F. (1929). *O Oestrimínios, os Saefes e a ofliatria em Galisa* (Arquivos do Seminário de Estudos Galegos, II).
- Macedo, M. D. (1896). Alguns apontamentos arqueológicos relativos às duas freguesias de Sobreposta e Pedralva, *Revista de Guimarães*, 13: 3, pp. 121-123.
- Maia, A. de S. (1908). A necrópole do Canidelo (Terra da Maia). *Portugália*. Porto. 2, pp. 619-625.
- Maia, A. de S. (1912). Antas de Alvarelhos, Ave – *Gazeta de Santo Tirso*, 1, 4-6, set. de 1912, pp. 105-106.
- Martinho, J. P. (1986). *Actividade arqueológica no Município de Santo Tirso. 1984-1985*, Santo Tirso.
- Moreira, A. (1991). Elementos para a Carta Arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica do Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológica*, 1, pp. 28-34.
- Moreira, A. (2007). *Museu Municipal Abade de Pedrosa. Coleção Arqueológica*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal.
- Moreira, A.; Baptista, L.; Oliveira, L.; Vale, N. (2022) (Eds.) *A Mamoa da Ermida*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 64p.
- Moreira, M. (2007). Mamoa de Mar de Água, Pedra Formosa. IN: A. C. F. Silva (coord.) *Arqueologia Experimental – Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal e Museu Nacional de Arqueologia, p. 100.
- Moreira, M. (2009). Escavações Arqueológicas na Mamoa de Mar de Água. *Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*. 3ª série, 5, pp. 37-40.
- Oliveira, C.; Bettencourt, A. M.S.; Araújo, A.; Gonçalves, L.; Kuźniarska-Biernacka, I.; Costa, A.L. (2017). Integrated analytical techniques for the study of colouring materials from two NW Portuguese megalithic barrows. *Archaeometry*. 59: 6, pp. 1065-1081.
- Paço, A.; Pinto, E. (1961). Vasos campaniformes da Mamoa de Guilhabreu (Vila do Conde). *Vila do Conde*. 2, pp. 9-24.
- Pereira, G. (2017). O Monumento sob tumulus da Regedoura 2 (Fafe - NO Portugal). IN: N. Hernández Gutiérrez; J. Larrazabal; R. Portero Hernández (Eds.) *Arqueología en el valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media*. Vol. 6. Zamora: Glyphos, pp. 144-166.
- Pizarro, J. A. S. (1958). *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones: inquiriões gerais de D. Dinis, 1284: a saeculo octavo post christum vsque ad quintumdecimum ivssv academiae scientiarum olisiponesis: edita / introd., leitura e índices de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Queiroga, F. (1985). *Vila Nova de Famalicão: O conhecimento histórico-cultural do concelho através da Arqueologia*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- Regalo, H.; Brito, M. (1991). Carta Arqueológica da Póvoa de Lanhoso. IN: *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Lisboa: AAP, pp. 117-121.
- Rosário, A. (1974). Antas e mamoas no aro de antiguidade da Póvoa de Varzim. Póvoa de Varzim – *Boletim Cultural. Póvoa do Varzim*. 13: 1, pp. 5-13.
- Sampaio, H. A.; Bettencourt, A. M.S.; Alves, M. I. C. (2009). O Monte da Penha, Guimarães, como cenário de acções de incorporação e de comemoração do espaço na Pré-história da bacia do Ave. IN: A.M.S. Bettencourt, L.B. Alves (Eds.) *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interacção com os espaços naturais da Pré-História à actualidade*. Braga: CITCEM, APEQ, pp. 55-76.
- Sarmento, F. M. (1886). Aditamento à notícia arqueológica sobre o Monte da Cidade, de R. Severo e A. Cardoso. *Revista de Guimarães*, 3: 3, pp. 141-145.
- Sarmento, F. M. (1901). Materiais para a archeologia do concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães*, 18: 3-4,



pp. 117-135.

Sarmento, F. M. (1902). Materiais para a archeologia do concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães*, 19: 1, pp. 19-33.

Sarmento, F. M. (1933). *Dispersos. Colectânea de artigos publicados desde 1876 a 1899, sobre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte pré-histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Sarmento, F. M. (1999). *Antíqua. Apontamentos de Arqueologia. Leitura e Organização de António Amares das Neves*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Severo, R. e Cardoso, A. (1886). Notícia arqueológica sobre o monte da Cidade. *Revista de Guimarães*, 3: 3, pp. 137-141.

Silva, A. M.S.P. (2004). Dos povoados castrejos à dominação romana. IN: A.M.S.P. Silva (coord.) *Memórias da Terra. Património Arqueológico do concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, pp. 206-303.

Soares, F. N. (1987). *Monografia de S. Pedro de Esmeriz*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.

Sousa, J. J. R de (1978). Megalitismo nos arredores de Braga – necrópoles do Monte de Crasto. *Bracara Augusta*, 32, pp. 73-74.

Sousa, O. (1987). Dois vasos pré-histórico de Vermoim. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 7, pp. 63-67.

Teixeira, C. (1948). Nota sobre algumas construções megalíticas minhotas. *Revista de Guimarães*, 58: 1-2, pp. 110-111.

Teixeira, C., Medeiros, A., Cândido, A., Carlos T. (1965). *Carta geológica de Portugal na escala de 1:50 000: notícia explicativa da folha 9-A: Póvoa de Varzim*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

Vale, N.; Baptista, L. (2022). Catálogo. IN: A. Moreira, L. Baptista, L. Oliveira; N. Vale (eds.) *A Mamoá da Ermida*. Santo Tirso: Câmara Municipal, pp. 51-61.

